

ÍNDICE

II.5.3 – MEIO SOCIOECONÔMICO	3
II.5.3.1 – USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.....	4
II.5.3.1.1 – ÁREA DE INFLUÊNCIA DOS EMPREENDIMENTOS - ES	7
II.5.3.1.2 – ÁREA DE INFLUÊNCIA DOS EMPREENDIMENTOS – RJ	10
II.5.3.2– GRUPOS DE INTERESSE	12
II.5.3.2.1 – INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS.....	13
II.5.3.2.2 - SETOR EMPRESARIAL.....	17
II.5.3.2.3 – ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL.....	18
II.5.3.2.3.1. GRUPOS INTERESSE RELACIONADOS À ATIVIDADE PESQUEIRA	18
II.5.3.2.3.2. GRUPOS DE INTERESSE RELACIONADOS AO MEIO AMBIENTE	21
II.5.3.3.4 – OUTROS INTERESSADOS	23
II.5.3.3– ORGANIZAÇÃO SOCIAL	24
II.5.3.3.1 ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS PESCADORES	24
II.5.3.3.2. ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONG.....	31
II.5.3.3.3. ORGANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE PETRÓLEO	32
II.5.3.4– DINÂMICA POPULACIONAL	35
II.5.3.4.1. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA.....	36
II.5.3.4.2. CRESCIMENTO POPULACIONAL	39
II.5.3.4.3. ESTIMATIVAS POPULACIONAIS.....	41
II.5.3.5– FLUXOS MIGRATÓRIOS ATUAIS.....	43
II.5.3.6– INFRA-ESTRUTURA.....	46
II.5.3.6.1 - SAÚDE	46
II.5.3.6.2 - ABASTECIMENTO ÁGUA, COLETA DE LIXO E ENERGIA ELÉTRICA.....	50
II.5.3.7– ESTRUTURA PRODUTIVA.....	66
II.5.3.7.1. PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB	66
II.5.3.7.3 – PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS.....	82
II.5.3.7.4 – GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS E INDIRETOS	85
II.5.3.8– EDUCAÇÃO	86
II.5.3.9– LAZER, TURISMO E CULTURA	92
II.5.3.9.1 – LAZER E TURISMO NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA.....	96
II.5.3.10– CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	124
II.5.3.11– INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL.....	131

II.5.3.11.1 - PLANO ESTADUAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO DO ESPÍRITO SANTO - PEGC/ES	133
II.5.3.11.2 - PROGRAMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO - GERCO/RJ	135
II.5.3.11.3 - PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL – ESPÍRITO SANTO	137
II.5.3.11.4 - PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL – RIO DE JANEIRO.....	137
II.5.3.12– PRINCIPAIS RECURSOS NATURAIS UTILIZADOS E SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO.....	138
II.5.3.13– QUALIDADE DA PAISAGEM NATURAL	138
II.5.3.14– CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA:.....	140
II.5.3.14.1 CONCEITUAÇÃO DA PESCA NO BRASIL	141
II.5.3.14.2. A PESCA E A MARICULTURA NA ÁREA DE INFLUÊNCIA	145
II.5.3.14.2.3 - A PESCA ARTESANAL NA ÁREA DO CAMPO DE PARQUE DAS BALEIAS.....	181
II.5.3.14.3 - A PESCA DESENVOLVIDA POR ARMADORES E A INDUSTRIAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA	181
II.5.3.14.3.1 - A PESCA DESENVOLVIDA POR ARMADORES	182
II.5.3.14.3.1.1- NITERÓI – RIO DE JANEIRO	182
II.5.3.14.3.1.2 - ITAPEMIRIM – ESPÍRITO SANTO	183
II.3.14.3.2 - PESCA INDUSTRIAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA.....	184
II.5.3.15– IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE ETNIAS INDÍGENAS E POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS.....	190
II.5.3.15.1 - COMUNIDADES QUILOMBOLAS	190
II.5.3.15.1.1 - COMUNIDADE NEGRA DE RASA	193
II.5.3.16 – IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE TOMBAMENTOS	194

II.5.3 – MEIO SOCIOECONÔMICO

O Diagnóstico do Meio Socioeconômico foi elaborado de acordo com o Termo de Referência N° 030/06, emitido pelo ELPN/IBAMA, que trata do Desenvolvimento Integrado da Produção e Escoamento na Área Denominada Parque das Baleias e no Campo de Catuá, na Bacia de Campos.

Para elaboração do presente estudo, utilizou-se como fonte de dados secundários os dados da PETROBRAS gerados por estudos anteriores na área das Bacias de Campos e do Espírito Santo, publicações específicas realizadas pelos institutos de pesquisas socioeconômicas (IBGE, IPES, Fundação CIDE, DATASUS, INCAPER e outros), além de artigos e publicações especializadas nos temas abordados no presente estudo.

Como fontes de dados primários foram utilizadas informações de pesquisa de campo realizada em janeiro de 2007 e demais informações obtidas em pesquisas anteriores que integram o banco de dados atualizados da empresa consultora responsável pelo presente estudo.

Os procedimentos de pesquisa visaram à identificação, definição e caracterização dos grupos sociais dos municípios que potencialmente estarão sujeitos a influência dos empreendimentos aqui analisados.

Para a identificação destes grupos, foram considerados quatro principais fatores de impacto: a criação de uma zona de exclusão para as atividades pesqueiras nas áreas dos empreendimentos, as possíveis trajetórias de deriva de óleo/efluentes provenientes de possíveis acidentes na área de Parque das Baleias e Campo de Catuá, as rotas das embarcações e os municípios com direito à compensação financeira (*royalties*) decorrente da produção e escoamento na área de interesse.

A Área de Influência Indireta, para o Meio Socioeconômico, é determinada pelas possíveis trajetórias de deriva de óleo decorrentes de vazamentos acidentais na área do Parque das Baleias e Campo de Catuá, que podem, de acordo com o resultado das modelagens realizadas, alcançar a faixa costeira ao longo do litoral dos municípios de Vila Velha (ES) até Maricá (RJ).

Dessa forma, a Área de Influência Indireta dos empreendimentos compreende os seguintes municípios costeiros: Guarapari, Anchieta, Piúma e

Itapemirim no Estado do Espírito Santo e os municípios de Campos dos Goytacazes, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Araruama, Saquarema e Maricá no Estado do Rio de Janeiro.

Ressalta-se que, seguindo os critérios de distribuição de *royalties* para os municípios confrontantes e com presença de infra-estrutura de apoio, os municípios de Vitória, Vila Velha, Guarapari, Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes, Presidente Kennedy no Estado do Espírito Santo e os municípios de São Francisco de Itabapoana, São João da Barra e Armação dos Búzios no Rio de Janeiro foram incluídos na Área de Influência Direta.

A Área de Influência Direta deste estudo também compreende a área total do Parque das Baleias e do Campo de Catuá, um raio de 500 m no entorno das futuras unidades de produção, a área das instalações submarinas, o trecho marítimo do Gasoduto Sul Capixaba e as rotas das embarcações de apoio e de lançamento de duto.

A interferência nas atividades de pesca, devido à criação da zona de segurança, deverá ser sentida pelos pescadores do município de Itapemirim, que utilizam a área de Parque de Baleias como área de pesca. No entanto, deve-se considerar a possibilidade, em longo prazo, da área de Parque das Baleias vir a se tornar um pesqueiro e, com isto, atrair pescadores de outras localidades que, atualmente, não utilizam esta área para a pesca.

Com relação à base de apoio, Vila Velha abrigará a base marítima, o Terminal da CPVV. No entanto, a base está situada no canal divisor entre os municípios de Vila Velha e Vitória, assim o tráfego das embarcações de apoio e de lançamento de duto também será sentido no município de Vitória.

II.5.3.1 – USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

A Área de Influência do Projeto de Desenvolvimento Integrado da Produção e Escoamento na Área denominada de Parque das Baleias e no Campo de Catuá engloba um total de 22 municípios, oito situados no Estado do Espírito Santo e 14 situados no Estado do Rio de Janeiro. Todos sendo litorâneos.

De acordo com a classificação geopolítica dos Estados do Espírito Santo e do Estado do Rio de Janeiro, os municípios da Área de Influência integram as seguintes regiões de governo:

Quadro II.5.3.1-1- Municípios da Área de Influência, segundo o Estado e a Região de Governo.

Estado	Região de Governo e Municípios da AI	Municípios
Espírito Santo	Região Metropolitana	Vitória Vila Velha Guarapari Anchieta
	Metrópole Expandida Sul	Piúma Itapemirim Marataízes
	Pólo Cachoeiro	Presidente Kennedy
Rio de Janeiro	Norte Fluminense	São Francisco de Itabapoana São João da Barra Campos dos Goytacazes Quissamã Carapebus Macaé
	Baixada Litorânea	Rio das Ostras Casimiro de Abreu Armação dos Búzios Cabo Frio Arraial do Cabo Saquarema Araruama Marica

Fontes: IPES/ES e CIDE/RJ.

As zonas costeiras de uma forma geral, e a de interesse em particular, apresentam uma grande diversidade de situações, coexistindo áreas de industrialização, de intensa urbanização e de exploração turística de larga escala, com espaços de baixa densidade populacional e ocorrência de ecossistemas de grande significado ambiental, como áreas estuarinas e manguezais.

A Área de Influência Indireta dos empreendimentos corresponde a 11% do território do Estado do Espírito Santo e a 28% do território do Estado do Rio de Janeiro.

No que tange às áreas ocupadas por matas e vegetação nativa na área em estudo, observa-se que estas se encontram muito antropizadas. Os dados de uso da terra não estão atualizados, no entanto, de acordo com dados de uso e

ocupação do IBGE para o ano de 1996, as áreas de matas ocupavam apenas 11% do total da área de estudo, ao passo que as áreas destinadas ao uso agropecuário representavam 84% da área.

Quadro II.5.3.1 -2 – Uso das terras na Área de Influência -1996.

Área de Influência	Área total (ha)	Lavoura		Pastagens		Matas		Lavouras ou áreas agrícolas não utilizadas	
			%		%		%		%
All -ES	385.496.238	80.506.645	21	206.814.982	54	56.868.957	15	18.534.722	5
All -RJ	679.360.079	166.470.392	25	406.104.807	60	64.285.841	9	14.153.044	2
Total da All	1.064.856.317	246.977.037	23	612.919.789	58	121.154.798	11	32.687.766	3

Fonte: IBGE, 1996.

Estima-se que devido à valorização constante das áreas costeiras, este percentual tenha sofrido significativas reduções, em especial, nos municípios de Vila Velha, Guarapari e Anchieta, no Estado do Espírito Santo e em Macaé, Rio das Ostras e demais municípios das Baixadas Litorâneas, no Estado do Rio de Janeiro.

Em todas essas regiões a ocupação desordenada do solo representou, historicamente, um grave problema com reflexos significativos sobre seus recursos naturais, ameaçando, inclusive, suas vocações turísticas relacionadas à qualidade ambiental de suas áreas litorâneas.

A regulamentação do uso do solo nas regiões litorâneas vem sendo objeto de preocupação constante do poder público nas últimas décadas, bem como da sociedade civil, resultando em múltiplos dispositivos legais voltados para a regulamentação do uso e ocupação de seus territórios e a proteção de seus recursos naturais.

Apesar da regulamentação do uso do solo ser competência do poder municipal, diversos esforços reunindo as três esferas do poder e contando com o apoio, e muitas vezes, a pressão de setores organizados da sociedade civil, têm agido no sentido de disciplinar as ações que resultem em danos ao meio ambiente, ao patrimônio histórico-cultural e às populações tradicionais presentes na região.

O estabelecimento de inúmeras Unidades de Conservação e o tombamento de bens do patrimônio cultural pelas três esferas do poder representa

mecanismos significativos, embora não suficientes, para se assegurar o controle de processos espontâneos de ocupação do território. Eles necessitam, no entanto, de mecanismos mais específicos de regulamentação, de investimentos para a recuperação de danos progressos e para a solução dos conflitos de interesse.

Importantes medidas vêm sendo tomadas nos tempos atuais, cabendo destacar os processos, ora em curso, de elaboração ou de revisão, com base em processos participativos envolvendo a sociedade civil, de Planos Diretores Municipais, com o apoio do Ministério das Cidades.

A implantação do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, instituído em 1988 e já incorporado às políticas estaduais do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, através de suas Secretarias de Meio Ambiente, também tem apresentado resultados relevantes em termos do gerenciamento do uso do solo nas regiões litorâneas.

II.5.3.1.1 – ÁREA DE INFLUÊNCIA DOS EMPREENDIMENTOS - ES

A ausência de dados atualizados para o uso e ocupação das terras, bem como a falta de articulação entre as informações dos setores urbanos e rurais, impedem uma análise mais criteriosa sobre o tema.

Para sanar esta deficiência, foi elaborada uma análise têmporo-espacial da ocupação do território do Espírito Santo e dos processos socioeconômicos e políticos que a engendraram, a partir de levantamento e sistematização de bibliografia.

A partir desse levantamento foi possível compreender que a dinâmica do uso e ocupação do solo do litoral sul do Espírito Santo inscreve-se no movimento geral da organização do espaço capixaba, ora como local de desenvolvimento econômico, particularmente urbano e industrial, ora como área pressionada para atender demandas secundárias dessas atividades.

A despeito de possuir áreas cuja ocupação remonta ao ano de 1535 é somente no século XX que o território do Espírito Santo se integra: primeiramente pela expansão das áreas cafeicultoras (início do século XX) e posteriormente com sua inserção no Plano Nacional de Desenvolvimento Brasileiro, abrigando

indústrias de bens de produção articuladas com a implantação de sistemas de circulação, particularmente os portos.

A instalação desse sistema produtivo trouxe consigo uma série de outras indústrias de suporte, tais como as de produtos químicos, construção civil e de transportes. Essa industrialização temporal e espacialmente concentrada impulsionou um forte movimento migratório de mão-de-obra, qualificada ou não que, por seu turno, provocou a concentração urbana e criou demandas de serviços variados, o que também funcionou e funciona como motor de outros deslocamentos populacionais principalmente para os municípios da Região da Grande Vitória. O contingente populacional cria demanda por moradia e de serviços nas cidades, mas também promove a ocupação de outras áreas litorâneas para segunda residência ou lazer, o que por sua vez gera processos de valorização da terra, de novos fluxos migratórios, de demanda de infra-estrutura de deslocamento e de serviços.

De modo geral, o município de Vitória teve seu desenvolvimento urbano vinculado do processo de industrialização do Espírito Santo e, atualmente, em função da centralidade como capital, sendo 100% urbana, sem disponibilidade de áreas para expansão, o que promove a intensificação do processo de verticalização.

As novas descobertas de reservas de petróleo e gás natural no litoral do Estado, nesta última década, desencadearam um processo de intensificação da especulação imobiliária, nos municípios de Vitória e Vila Velha, onde já é possível perceber os impactos do aumento e concentração da urbanização.

A região Expandida Sul, incluindo os municípios Vila Velha e Viana tem seu desenvolvimento vinculado ao processo de industrialização e, principalmente, como área de expansão urbana periférica de Vitória. Vila Velha contempla realidades distintas em seu território, com as suas áreas central e sul apresentando características semelhantes às de Cariacica e Viana, com áreas de transição do rural para o urbano, ocupações precárias em torno dos principais eixos viários, índices sociais e de desenvolvimento humano de médio a baixo, contrastando assim com os índices de infra-estrutura e desenvolvimento mais altos existentes na região, assim como com destaque para a arrecadação de ICMS.

Os municípios de Guarapari, Piúma e Anchieta possuem uma ocupação antiga (aldeamentos jesuítas) e com o desenvolvimento das zonas industriais de Vitória, estes municípios foram incorporados à dinâmica do crescimento urbano-industrial da região metropolitana, em especial Guarapari. Estes municípios passaram a exercer a função de segunda residência ou turística, o que vem intensificando o processo de urbanização próximo à orla. Nas áreas interiores há o predomínio da pequena propriedade voltada à atividade pecuária e aos cultivos de café e banana. Estas categorias ocupavam, em 1996, 60%, 90% e 79% dos territórios dos municípios de Guarapari, Piúma e Anchieta, respectivamente, conforme apresentado no Quadro II.5.3.1-2, que se encontra apresentado a seguir.

Nesse sentido, destaca-se a forte influência exercida pelo município de Cachoeiro de Itapemirim sobre os municípios do extremo sul do Espírito Santo, tanto pelo contexto histórico de importante área econômica ligada a cafeicultoras, bem como pela concentração de indústrias no município, o que também pressiona a ocupação das áreas costeiras mais ao sul, sendo significativo seu papel no desenvolvimento urbano e na valorização de terras de Piúma, Marataízes e Presidente Kennedy.

Os municípios de Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy tiveram sua ocupação vinculada a atividades monocultoras de cana-de-açúcar e de pecuária. Estas categorias ocuparam, em 1996, 85%, 70% e 90% do território destes municípios, respectivamente, conforme apresentado no Quadro II.5.3.1-2, que será apresentando a seguir.

Este grupo de municípios apresenta taxas significativas de população rural e estrutura agrária baseada em pequenas propriedades. Apresentam os índices de desenvolvimento humano e municipal mais baixos do Litoral Sul e, por contraste, são os municípios mais próximos das áreas atuais de exploração de petróleo e gás natural em área marítima do Espírito Santo (em 2003 Presidente Kennedy recebeu cerca de 2.5 milhões de reais em *royalties*, o que representa aproximadamente 50 vezes sua arrecadação de ICMS). Esse contexto aponta para o processo de intensificação da especulação imobiliária e tende a gerar processos de urbanização concentrada, ampliando impactos nas áreas costeiras.

Quadro II.5.3.1-3- Utilização das Terras na All- ES – 1996.

Municípios	Área total (ha)	Lavoura	%	Pastagens	%	Matas	%	Lavouras ou áreas agrícolas não utilizadas	%
Estado	3 488 725	828 522	24	1 821 069	52	544 597	16	144 833	4
Marataizes	147 699	33 659	23	69 474	47	24 413	17	9 014	6
Anchieta	24 148	4 386	18	14 709	61	3 081	13	501	2
Guarapari	42 482	7 404	17	18 307	43	10 213	24	3 328	8
Piúma	6 272	548	9	5 060	81	382	6	84	1
Vitória	52 479	6 720	13	28 810	55	11 957	23	1 655	3
Vila Velha	2 168	226	10	1 723	79	137	6	26	1
Itapemirim	55 671	22 008	40	25 085	45	3 171	6	3 048	5
Presidente Kennedy	54 577	5 555	10	43 647	80	3 515	6	878	2
Total da All	385 496	80 507	21	206 815	54	56 869	15	18 535	5

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1996.

II.5.3.1.2 - ÁREA DE INFLUÊNCIA DOS EMPREENDIMENTOS – RJ

A região Norte Fluminense é a que apresenta maior dessemelhança no conjunto dos municípios que conformam a Área de Influência Indireta dos empreendimentos.

Região cuja ocupação histórica teve por base a produção de cana-de-açúcar e a pecuária mantém, nos dias de hoje, importantes áreas destinadas à agricultura e às pastagens, especialmente para a produção de cana-de-açúcar e fruticultura. Em 1996, estas categorias representavam 93% do território ocupado em São João da Barra, 89% em Campos dos Goytacazes, 78% das terras no município de Macaé e 75% do território ocupado no município de Quissamã.

É também a região que guarda a menor proporção de áreas com matas e os menores remanescentes de Mata Atlântica, praticamente restritas à área serrana onde se localiza o Parque Estadual do Desengano.

Destaca-se na região uma extensa área de restinga, ocupando 44 km de costa, nos municípios de Macaé, Quissamã e Carapebus, que se encontra protegida no Parque Nacional de Jurubatiba. Também significativa é a área do delta do rio Paraíba do Sul, nos municípios de São Francisco do Itabapoana e

São João da Barra, formado por amplos manguezais protegidos pelo Estado como Área Natural Tombada.

Com exceção de Macaé e São João da Barra, os municípios da Região Norte Fluminense têm suas zonas urbanas em áreas interioranas, distantes do litoral. As áreas urbanas nessa região têm pequena participação no uso do solo, apesar de contar com importantes centros urbanos em Campos dos Goytacazes e Macaé.

Os corpos d'água representam parte importante do território da região (4,30%) com destaque para a presença da Lagoa Feia e do rio Paraíba do Sul e seu sistema lagunar associado.

A Região das Baixadas Litorâneas tem uma importante atividade turística que se concentra em sua zona litorânea. Com um litoral onde se encontra um grande número de praias e um sistema lagunar de grande importância, a região concentra suas áreas urbanas e suas principais atividades econômicas ao longo da zona costeira.

Em suas áreas interioranas, são encontradas terras destinadas às atividades agrícolas, que correspondem a 9,35% do uso do solo na região – fortemente concentradas em Cabo Frio e Rio das Ostras - e, sobretudo, às pastagens, que ocorrem em 43,68% de seu território, estando expressivamente presentes em praticamente todos os municípios.

A região mantém 29,32% de seu território com cobertura vegetal, sobretudo em suas áreas serranas de Rio das Ostras, Casimiro de Abreu e Saquarema. Ganha expressão a cobertura do solo por corpos d'água (9,45%) tendo em vista seu importante sistema lagunar, onde se destacam as lagoas de Araruama, Maricá, Saquarema, Guarapina e Jaconé. O sistema lagunar da região, assim como as áreas de seu litoral, principalmente com a presença de restingas, são objeto de diversos instrumentos legais com fins de proteção.

As zonas urbanas da Região das Baixadas Litorâneas correspondem a 7% de seu território, fortemente concentradas em seu litoral e no entorno de suas lagoas. As zonas urbanas nas Baixadas Litorâneas são principalmente destinadas ao uso residencial, com especial destaque para as residências de temporada, que caracterizam as atividades turísticas locais, e o uso comercial e de serviços, também direcionados para a atividade turística.

Cabe mencionar que a região, que tem no turismo, na pesca e na maricultura suas principais atividades econômicas, desenvolve também, na região litorânea, atividades de extrativismo de sal, em especial no município de Cabo Frio.

Quadro II.5.3.4- Utilização das Terras na All- RJ - 1996

Municípios	Área total (ha)	Lavoura	%	Pastagens	%	Matas	%	Lavouras ou áreas agrícolas não utilizadas	%
Estado	2 416 305	337 241	14	1 545 123	64	348 987	14	77 492	3
Casimiro de Abreu	39 325	3 322	8	25 303	64	9 453	24	667	2
Rio das Ostras	17 993	442	2	11 975	67	4 858	27	245	1
Araruama	30 171	7 361	24	17 586	58	2 810	9	1 036	3
Arraial do Cabo	1	1	50	-	0	-	0	0	33
Cabo Frio	27 340	4 614	17	19 079	70	388	1	360	1
Saquarema	13 597	1 338	10	7 704	57	3 210	24	411	3
Maricá	11 443	1 159	10	7 119	62	1 783	16	999	9
Campos dos Goytacazes	289 042	91 948	32	164 582	57	13 522	5	5 632	2
São João da Barra	99 006	32 154	32	60 152	61	3 799	4	1 665	2
Macaé	110 760	12 246	11	73 929	67	17 974	16	2 050	2
Quissamã	40 682	11 886	29	18 675	46	6 490	16	1 088	3
Total da All	679 360	166 470	25	406 105	60	64 286	9	14 153	2

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário-1996.

OBS: Não foram apresentados dados para os municípios de Carapebus e São Francisco de Itabapoana.

II.5.3.2- GRUPOS DE INTERESSE

A formação de grupos de interesse é, em geral, resultante da busca de objetivos comuns por parte de indivíduos que compartilham interesses afins e que se beneficiariam atuando coletivamente.

Um grupo de interesse é uma organização que tem por finalidade influenciar a distribuição e o uso do poder político. No caso em questão, a disputa gira em torno da utilização dos recursos marítimos. Há diferentes grupos atuando na Área de Influência dos empreendimentos, dentre os interesses que permeiam suas atuações, destacam-se as atividades de exploração dos recursos pesqueiros (pesca), minerais (petróleo e gás natural), ambientalistas (fauna e flora marinha),

entre outros. Estes diferentes atores dialogam entre si e disputam politicamente a utilização dos recursos marítimos.

Neste item, serão listados os grupos que apresentam interesse direto nos recursos marítimos e nas atividades petrolíferas, identificados na Área de Influência do Campo do Parque das Baleias. Os grupos de interesses serão apresentados da seguinte forma:

- Instituições governamentais
- Setor empresarial;
- Organizações da sociedade civil;
- Outros interessados.

II.5.3.2.1 – INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS

PODER PÚBLICO	INSTITUIÇÕES
	ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e dos Biocombustíveis
	Controladoria Geral da União
	Ministério Público Federal
	SEAP/PR – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República
	IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
	Superintendência do IBAMA no Estado do Espírito Santo
	Superintendência do IBAMA no Estado do Rio de Janeiro
GOVERNO FEDERAL	IBAMA/Coordenação Geral de Petróleo e Gás
	IBAMA/REBIO – Reserva Biológica de Comboios
	IBAMA/RESEX – Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo
	IBAMA/ Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba
	Escritório Regional do IBAMA de Cabo Frio
	Escritório Regional do IBAMA de Campos dos Goytacazes
	EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo
	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro
	Capitania dos Portos do Espírito Santo

PODER PÚBLICO	INSTITUIÇÕES
GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO	Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
	Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo
	Ordem dos Advogados do Brasil - ES
	Secretaria de Estado da Fazenda - ES
	Secretaria de Estado de Economia e Planejamento - SEP
	Secretaria Estadual da Agricultura, Abastecimento, Aqüicultura e Pesca - ES
	SEDETUR - Secretaria de Estado de Turismo - ES
	SEAMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - ES
	IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos -ES
	Secretaria de Educação (Escolas de Pesca) – ES
PETROSUL – Organização dos Municípios Produtores de Petróleo do Sul do Espírito Santo	
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
	Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
	Ordem dos Advogados do Brasil - RJ
	FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente
	SEMADUR – Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
	TURISRIO – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro
	Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior
	FIPERJ – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro
	Secretaria de Estado da Fazenda -RJ
	Secretaria Estadual de Economia e Planejamento
OMPETRO – Organização dos Municípios Produtores de Petróleo	
OMVETRO - Organização dos Vereadores dos Municípios Produtores de Petróleo do Rio de Janeiro	

PODER PÚBLICO	INSTITUIÇÕES
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA	Secretaria de Desenvolvimento da Cidade – Departamento de Turismo
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
	NDE - Núcleo de Desenvolvimento Econômico e SEMA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA	Secretaria Municipal de Fazenda
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Departamento de Agricultura e Pesca
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Coordenadoria de Turismo
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA	Secretaria Municipal de Pesca
	Secretaria Municipal de Turismo
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PIÚMA	Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
	Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca
	Secretaria Municipal de Turismo e Lazer
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE MARATAÍZES	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Turismo
	Secretaria Municipal de Finanças
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY	Secretaria Municipal de Finanças
	Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Turismo
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

PODER PÚBLICO	INSTITUIÇÕES
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	<p>Secretaria Municipal de Indústria, Agricultura, Comércio, Abastecimento e Pesca de São Francisco de Itabapoana</p> <p>Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer</p> <p>Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Defesa Civil</p> <p>Secretaria Municipal de Fazenda</p>
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA	<p>Secretaria Municipal de Pesca de São João da Barra</p> <p>Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer</p> <p>Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos</p> <p>Secretaria Municipal de Fazenda</p>
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	<p>Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo</p> <p>Secretaria Municipal de Meio Ambiente</p>
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ	<p>Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Geração de Renda – Departamento de Turismo</p> <p>Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente</p>
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CARAPEBUS	<p>Secretaria de Meio Ambiente e Turismo</p>
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE MACAÉ	<p>Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca de Macaé</p> <p>Secretaria de Turismo – MacaéTur</p> <p>Secretaria Municipal de Meio Ambiente</p>
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS	<p>Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura</p> <p>Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio</p>
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU	<p>Secretaria Municipal de Turismo e Lazer</p> <p>Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável</p>
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO	<p>Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca de Cabo Frio</p> <p>Secretaria de Turismo de Cabo Frio</p>
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	<p>Secretaria Municipal de Meio Ambiente</p> <p>Secretaria Municipal de Turismo de Armação de Búzios</p> <p>Secretaria Municipal e Finanças</p>

PODER PÚBLICO	INSTITUIÇÕES
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO	Fundação Instituto de Pesca de Arraial do Cabo - FIPAC
	Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio de Arraial do Cabo
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE ARARUAMA	Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca
	Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer
	Secretaria de Meio Ambiente e Estratégia Educacional
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA	Secretaria de Governo
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ	Secretaria Executiva e de Integração Municipal / Superintendência de Agricultura, Pecuária e Pesca
	Secretaria Municipal de Turismo, Lazer, Indústria e Comércio / Superintendência de Turismo e Lazer
	Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente / Superintendência de Meio Ambiente

II.5.3.2.2 - SETOR EMPRESARIAL

SETOR	EMPRESA
PESQUEIRO - ES	Atum do Brasil Captura Ind. E Com. Ltda
	Italfish Indústria e Comércio Ltda
	Zippilima Indústria e Comércio de Pescado Ltda
	Leonézio Comércio de Pescado
	A C S Piúma Comércio Atacadista de Pescado
	Alvarenga Comércio e Indústria de Pesca Ltda
	Viola Maio
PESQUEIRO – RJ	Transporte e Comércio de Pescados Magalhães Ltda
	Brasfish Indústria e Comércio Ltda
	Da Hora Indústria da Pesca Ltda
	TTW Fish
	Valpesca Ltda
	Pesca Atlântica
	Empresa Pesqueira de Barra de São João
Compema – Cooperativa Mista dos Pescadores de Macaé	
Transporte e Comércio de Pescados Magalhães Ltda	

SETOR	EMPRESA
TURISMO- ES	late Clube do Espírito Santo
	Associação Brasileira de Viagens no Espírito Santo (Abav-ES)
	Associação de Hotéis e Turismo - Guarapari
	Associação de Hotéis e Turismo - Anchieta
TURISMO - RJ	Companhia Marítima Costa Cruzeiros
	late Clube do Rio de Janeiro
	Associação Comercial de Campos dos Goytacazes
	ACIM - Associação Comercial e Industrial de Macaé;
	Associação Comercial e Industrial de Rio das Ostras;
	Associação Comercial e Industrial de Casimiro de Abreu
	Associação de Hotéis de Búzios
	Associação de Hotéis e Pousadas de Cabo Frio
	ACIPAC – Associação Comercial de Arraial do Cabo
	Associação Comercial de Saquarema
Associação Comercial de Araruama	
Associação de Pousadas e Hotéis de Maricá	
PETRÓLEO E GÁS	IBP – Instituto Brasileiro de Petróleo
	Shell Brasil

II.5.3.2.3 – ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

II.5.3.2.3.1. GRUPOS DE INTERESSE RELACIONADOS À ATIVIDADE PESQUEIRA

ESTADO E MUNICÍPIO	ENTIDADE
ESPÍRITO SANTO	FEPEES - Federação dos Pescadores do Estado do Espírito Santo
	Sindicato dos Pescadores dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo

ESTADO E MUNICÍPIO	ENTIDADE
VITÓRIA	Colônia de Pesca Z-5 Maria Ortiz
	Associação de Pescadores da Praia do Canto
	Associação de Pescadores e Desfiadeiras de Siri
VILA VELHA	Colônia de Pesca Z-2 Conselheiro Costa Pereira
	Cooperativa Mista de Pesca
	Associação de Pescadores da Praia de Itapoã
	Associação de Pescadores da Praia do Ribeiro
	Associação de Pescadores da Praia da Costa
GUARAPARI	Associação de Pescadores da Ponta da Fruta
	Colônia de Pesca Z-3 Almirante Noronha
	Associação de Proprietários de Embarcações de Pesca – ASPROPESCA
ANCHIETA	Colônia de Pescadores Z-4 “Marcílio Dias”
	Associação de Maricultores de Anchieta
	Associação de Esposas e Filhos de Pescadores Parati
PIÚMA	Colônia de Pescadores Z-9
	Associação das Mulheres de Pescadores de Piúma
ITAPEMIRIM	Colônia de Pescadores de Itaipava Z-10 – “Dom Pedro I”
	Associação dos Pescadores do Município de Itapemirim
	Associação dos Pescadores e Armadores de Pesca do Distrito de Itaipava (APEDI)
MARATAÍZES	Colônia de Pescadores Z-8 – Nossa Senhora dos Navegantes
	APEMAR – Associação de Pescadores de Marataízes
	Associação de Maricultores da Praia do Cação

ESTADO E MUNICÍPIO	ENTIDADE
PRESIDENTE KENNEDY	Associação de Pescadores de Marobá
RIO DE JANEIRO	FEPERJ - Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro FAPESCA - Federação das Associações de Pescadores Artesanais e Aqüicultura do Rio de Janeiro UEPA - União das Entidades de Pesca e Aqüicultura do Estado do Rio de Janeiro SAPERJ – Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro
SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	Colônia de Pescadores Z-01
SÃO JOÃO DA BARRA	Colônia de Pescadores Z-02 – Atafona
CAMPOS DOS GOYTACAZES	Colônia de Pescadores Z-09
QUISSAMÃ	Associação de Pescadores de Barra do Furado
CARAPEBUS	Associação de Pescadores de Carapebus
MACAÉ	Colônia de Pescadores Z-03
RIO DAS OSTRAS	Colônia de Pescadores Z-22
ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	Colônia de Pescadores Z-23 Associação dos Maricultores de Armação dos Búzios Associação de Pescadores de Manguinhos
CABO FRIO	Colônia de Pescadores Z-04 Associação de Pescadores de São João Associação de Maricultores de Cabo Frio (AMAR) Associação de Pescadores e Amigos da Gamboa Capatazia da Colônia de Pescadores Z-04 – 2º Distrito (Praia de Santo Antônio, Praia de Aquários e Unamar) Associação de Pescadores, Aqüicultores e Amigos da Praia do Siqueira

ESTADO E MUNICÍPIO	ENTIDADE
ARRAIAL DO CABO	Colônia de Pescadores Z-5
	AREMAC - Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo
	APAC - Associação dos Pescadores de Arraial do Cabo
	ACRIMAC - Associação dos Coletores e Criadores de Marisco de Arraial do Cabo
	APPMA - Associação Profissional de Pescadores e Mergulhadores de Arraial do Cabo
	APATAC – Associação de Pescadores Artesanais de Traineira de Arraial do Cabo
	ABTBPA – Associação de Barqueiros Tradicionais da Beira da Praia dos Anjos
ARARUAMA	Associação de Pescadores Artesanais de Araruama
SAQUAREMA	Colônia de Pesca Z-24
	Associação de Pescadores de Itaúna
MARICÁ	Associação de Pescadores de Ponta Negra
	Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias.
	Associação de Pescadores de Itaipuaçu

II.5.3.2.3.2. GRUPOS DE INTERESSE RELACIONADOS AO MEIO AMBIENTE

ESTADO E MUNICÍPIO	ENTIDADE
VITÓRIA	GAN – Grupo de Apoio à Natureza
	Projeto Tamar – Escritório Regional de Vitória
	ECOLEGAL – Grupo de Educação Ambiental

ESTADO E MUNICÍPIO	ENTIDADE
VILA VELHA	AVIDEPA – Associação Vila-velhense de Proteção Ambiental
	IBIO – Instituto da Biodiversidade
	AMABARRA – Associação de Meio Ambiente da Barra do Jucú
	Associação de Surf da Barra do Jucu
	Grupo de Estudos Ecossistemas Costeiros
	ORCA – Organização Consciência Ambiental
GUARAPARI	AAGUA – Associação Ambientalista de Guarapari
	Associação Ecológica Força Verde de Guarapari
	Associação do Surf de Guarapari
	Associação Guarapariense Proteção Meio Ambiente Força Verde
	Associação Ondas Verdes de Guarapari
	A Água – Associação Ambientalista de Guarapari
ANCHIETA	Grupo de Apoio ao Meio Ambiente
	Projeto Tamar – Base Experimental de Anchieta
	Associação para Melhoramento da Praia dos Castelhanos
PIÚMA	Centro Cultural de Piúma (ONG)
ITAPEMIRIM	Associação Itapemiriense de Defesa Ecológica e Cultura - AIDEC
MARATAÍZES	Pastoral Ecológica
QUISSAMÃ	Movimento de Cidadania pelas Águas
MACAÉ	ONG – SOS Praia do Pecado
	AMDA – Associação Macaense de Defesa Ambiental
	ONG 24 de Junho
	RAIA – Rede Ambientalista de Informação e Ação
	Amigos do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba – APAJ
	3 HS – Grupo de Desenvolvimento Tecnológico Harmonia, Homem, Habitats

ESTADO E MUNICÍPIO	ENTIDADE
RIO DAS OSTRAS	MERO – Movimento Ecológico Rio das Ostras
CASIMIRO DE ABREU	Associação Cultural Ecológica de Barra de São João da Barra - ACEMCA
ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	ONG Viva Búzios
CABO FRIO	Associação do Meio Ambiente de Cabo Frio – Ama Cabo Frio
ARRAIAL DO CABO	Movimento Ressurgência
ARARUAMA	Associação de Defesa da Lagoa de Araruama
SAQUAREMA	ADEJA - Associação de Defesa de Meio Ambiente de Jacarepiá
MARICÁ	Grupo Maricá MEI – Movimento Ecológico de Itaipuaçu

II.5.3.3.4 – OUTROS INTERESSADOS

ESTADO E MUNICÍPIO	ENTIDADE
ESPÍRITO SANTO	Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Itapemirim
	Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Itabapoana – Projeto Manajé
	Consórcio Intermunicipal para Recuperação das Bacias do Rio Santa Maria de Vitória e Jucu
	ACAPEMA - Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente
	AFLORES - Associação Fauna e Flora do Espírito Santo
	Fundação Ecossistemas do Espírito Santo
	Centro Espírito-santense Conservador da Natureza
	CEMARES – Centro de Estudos em Ecossistemas Marinhos e Costeiros do Espírito Santo
	Movimento Espírito Santo em Ação
	Fundação Promar

ESTADO E MUNICÍPIO	ENTIDADE
RIO DE JANEIRO	Consórcio Intermunicipal da MRA-5
	CNFN – Centro Norte-Fluminense para Conservação da Natureza
	Consórcio Intermunicipal para Gestão Ambiental das Bacias da Região dos Lagos e Zona Costeira (CILSJ)
	Grupo de Estudos de Mamíferos Marinhos da Região dos Lagos (GEMM – Lagos / DENSP / ENSP) / Fundação Bem-te-Vi
	Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Itabapoana – Projeto Manajé
	APEDEMA - Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro
	ATEIA – Associação de Turismo Ecológico Integrado à Arqueologia
	Projeto Tamar – Projeto Brasileiro de Tartarugas Marinhas
	Projeto Baleia Jubarte
	Projeto Mamíferos Aquáticos – UERJ
Aoceaco – Associação Brasileira de Oceanografia	

II.5.3.3– ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Neste item, será apresentada uma breve discussão a respeito da organização social e das formas de articulação dos principais grupos de interesses na indústria de petróleo e gás, sendo eles o setor de pesca, ambientalista e os municípios produtores de petróleo. Buscou-se identificar as principais entidades atuantes na região.

II.5.3.3.1 ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS PESCADORES

Segundo informações adquiridas junto à Federação de Pesca do Estado de São Paulo, a primeira colônia de pesca brasileira foi criada em 1818 na praia de Garoupas, no Estado de Santa Catarina.

Oficialmente, as áreas de pesca ou jurisdições pesqueiras surgiram em 1846, com a promulgação da Lei nº 447. Essa lei atribuía à Marinha do Brasil a

responsabilidade administrativa pelas áreas de pesca ou distritos de pesca, como foi denominada a divisão da costa brasileira. Cabia à Marinha a identificação e matrícula de todos os pescadores que atuavam nos distritos.

Posteriormente, em 1912, o governo brasileiro criou a Inspetoria de Pesca. A lei que criou a Inspetoria de Pesca determinava a criação de Colônias de Pescadores, ampliando a responsabilidade do Ministério da Marinha sobre as embarcações, colônias e a fiscalização da pesca.

As primeiras Colônias de Pescadores foram criadas através das Cruzadas da Marinha, lideradas por Frederico Villar ¹, a partir de 1919 (Lopes, 2004). Estas cruzadas foram denominadas de “tríplice missão”, por terem como pontos norteadores: a nacionalização da pesca, a organização dos serviços de pesquisas oceanográficas e o saneamento do litoral. O objetivo dessas colônias, segundo seus idealizadores, era criar pontos de fiscalização da pesca, vigilância da costa e de defesa nacional de fácil mobilização.

Com a Primeira Guerra Mundial, a defesa e a fiscalização da costa brasileira foram intensificadas. O lema das colônias passou a ser “Pátria e Dever”, uma vez que o objetivo era mobilizar os pescadores para a defesa da costa nacional. No entanto, a estrutura dessas novas colônias determinava que somente seus sócios pudessem exercer oficialmente a profissão de pescador, o que, apesar de ter contribuído para um sentido de corporação, não permitia esquecer que eram entidades criadas pelo governo, não sendo livres associações de classe (Lopes, 2004).

Juntamente com a criação das colônias de pesca, foram criadas as Federações de Pesca. As Federações de Pesca eram responsáveis pela supervisão e apoio das colônias de pesca existentes em determinada Unidade da Federação, que, por sua vez, estavam submetidas à Confederação Nacional da Pesca – CNP, criada em 1920.

Com a instituição do Estado Novo, na Era Vargas, a organização dos pescadores passou a se subordinar ao Ministério da Agricultura, deixando de estar sob o controle do Ministério da Marinha. Foi criada assim, a Divisão de Caça

¹ O Capitão- de- Mar- e- Guerra Frederico Villar comandou a primeira tentativa de organizar a pesca artesanal no país, no período de 1919-1923, ao percorrer toda a costa brasileira e o rio Amazonas, organizando os pescadores em colônias e levando serviços de saúde e educação.

e Pesca, cujo objetivo era gerenciar a atividade pesqueira no Brasil. Durante muito tempo, as Federações e a Confederação de Pesca estiveram fortemente relacionadas ao aparelho de Estado, de forma que o cargo de presidente da confederação, segundo o próprio estatuto, teria que ser de confiança do Ministro da Agricultura (Diegues, *apud*. Dias-Neto; Marrul-Filho.).

Com o início da Segunda Guerra Mundial, em 1942 as entidades pesqueiras deixaram de ser subordinadas ao Ministério da Agricultura e o controle das colônias passou a ser novamente do Ministério da Marinha.

Posteriormente, na década de 60, a divisão de caça e pesca foi extinta, e foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, que tinha como finalidade promover, desenvolver e fiscalizar a atividade. A verba investida destinada à pesca foi toda centralizada no desenvolvimento da indústria pesqueira nacional. Entre os anos de 1967 e 1977, a pesca artesanal recebeu apenas 15% do que foi investido na indústria pesqueira, facilitado por incentivos fiscais (Dias-Neto; Marrul-Filho, *op. cit.*).

Durante o período entre 1964 e 1989, de ditadura militar, as entidades de classe, em geral, tiveram muita dificuldade de organização e articulação, em especial as colônias de pesca, que não possuíam autonomia legal para representar os interesses dos pescadores. Diante disso, em 1980, surgiu a Comissão Pastoral dos Pescadores – CPP, órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, que tinha como intuito atuar na mobilização e articulação dos interesses dos pescadores, além de orientar os pescadores com relação à comercialização, aposentadoria e previdência social.

Somente em 1988, com a equiparação das colônias aos sindicatos rurais, alteração esta estabelecida na Constituição Federal, estas ganharam autonomia para aprovarem seus próprios estatutos e estabelecerem suas próprias normas e regras. No mesmo ano, foi criado o Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE, com o objetivo de levar adiante o trabalho de organização dos pescadores. Juntas, essas duas associações são consideradas mais modernas do que o sistema implantado pela Confederação Nacional da Pesca, já que são autênticas representações do setor. Contudo, a divergência de opiniões e interesses tem dificultado a negociação dos interesses da classe. Destaca-se que os adeptos da pesca de lazer, os proprietários de terrenos na praia e outros

indivíduos também podiam afiliar-se às colônias. Essa diversificação de associados enfraquecia a organização e a representação dos interesses da classe pesqueira, uma vez que a entidade representava múltiplos interesses.

Outra situação que foi determinante para as entidades pesqueiras data de 1989, quando o setor pesqueiro foi transferido da competência do Ministério da Agricultura e Abastecimento e passou a ser gerenciado pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio do IBAMA, deixando de pertencer ao órgão de fomento para pertencer ao órgão fiscalizador. Segundo os depoimentos das lideranças pesqueiras, o setor sofreu perdas, dentre elas a perda de crédito para manutenção e investimento. A atividade sofreu diversas restrições durante o período de 1989-1998, levando a uma grande desmobilização dos pescadores em função da dificuldade encontrada para desenvolver a atividade.

Com o intuito de fomentar a atividade pesqueira e ao mesmo tempo dirimir os conflitos existentes entre as entidades de pesca, a Secretaria Especial de Pesca, criada pelo governo federal em 2003, passou a reconhecer as Associações de Pescadores como órgãos de representação social do grupo, apesar de não ter representação de classe, como sindicatos e colônias de pesca. Desde então, foram criadas inúmeras associações de pesca, especialmente naqueles locais que eram capatazias distantes da Colônia de Pesca. Muitas vezes, os pescadores dessas capatazias não se sentiam atendidos ou representados pelas Colônias. Para se ter uma dimensão desse fato, no trecho que compreende os municípios de Maricá, no Estado do Rio de Janeiro, a Vitória, no Estado do Espírito Santo, foram identificadas 25 Associações de Pescadores, 17 Colônias de Pesca e 3 Cooperativas de Pescadores.

O Estado do Rio de Janeiro é exemplar para evidenciar as insatisfações e os conflitos no setor de pesca. Há três diferentes formas de organização dos pescadores, com representação estadual da categoria de pescadores “artesaniais”: a Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (FEPERJ); a Federação das Associações de Pescadores Artesanais e Aqüicultura do Rio de Janeiro (FAPESCA) e a União das Entidades de Pesca e Aqüicultura do Estado do Rio de Janeiro (UEPA).

A União das Entidades de Pesca e Aqüicultura do Rio de Janeiro foi criada há cerca de quatro anos atrás. Segundo informações do coordenador da entidade -

Chico pescador, o objetivo da entidade é trabalhar a mobilização e organização social dos pescadores, um trabalho diferente da Federação. Atualmente, a UEPA conta com 39 entidades de pesca associadas.

Nos municípios fluminenses, o nível de associativismo dos pescadores na Área de Influência pode ser considerado baixo. Do total de pescadores estimados, somente cerca de 45% estão associados às colônias de pescadores, tendo as colônias de pescadores dos municípios de Saquarema (Z-24) e Armação dos Búzios (Z-23) os níveis mais baixos observados. Já os índices mais elevados foram observados na Colônia de Pescadores Z-07 e Z-08 de Niterói e na Colônia de Pescadores Z-04 de Cabo Frio.

Nos municípios do litoral capixaba, o nível de associativismo dos pescadores pode ser considerado médio-alto. Do total de pescadores estimados, cerca de 65% estão associados a colônias de pescadores. No entanto, o grau de mobilização e articulação das lideranças, como dos associados, varia bastante nos municípios. Dentre os municípios capixabas, Vila Velha foi o que apresentou a maior quantidade de entidades pesqueiras e o menor grau de mobilização e interação entre seus membros.

No Espírito Santo, existe somente uma organização estadual, a Federação Estadual de Pescadores do Estado do Espírito Santo (FEPEES). Para as demais classes de trabalhadores da pesca, principalmente para armadores ou donos de grandes embarcações, existem os Sindicatos, como visto nas listas de Grupos de Interesse relacionados à pesca.

A FEPERJ e a FEPEES são as únicas organizações diretamente vinculadas à Confederação Nacional dos Pescadores, englobando somente as formas mais tradicionais de representação – as Colônias de Pescadores. Foi justamente por esta razão que, no Estado do Rio de Janeiro, surgiram outras duas organizações: a FAPESCA, que engloba somente as Associações de Pescadores, e a UEPA, que propõe a “união” de todas as formas de organização dos trabalhadores da pesca.

As organizações pesqueiras têm participado dos fóruns promovidos pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP), visando influenciar na organização do setor e no estabelecimento de prioridades para os seguintes temas: registro do pescador para a garantia do seguro defeso;

redução do tempo de serviço para receber o referido benefício; programas de crédito para financiamento de projetos de aqüicultura e pesca, subvenção econômica do preço do óleo diesel, construção de entrepostos e centros de beneficiamento, etc.

Neste contexto, o tema do meio ambiente vem chamando a atenção nos debates entre as entidades de pesca. Tanto no sentido de alterar o estigma de “agente predador”, construído no período em que somente o IBAMA foi o órgão responsável pelo setor, quanto na direção de pensar a equação composta pelos impactos do setor de petróleo e suas medidas mitigadoras, que vem sendo amplamente discutidas pelo setor.

Na percepção dos pescadores, estes impactos não estão sendo mitigados. Pois, sabe-se que bastam três meses de estalagem de uma plataforma em área marítima para que um novo ambiente se crie. Na Bacia de Campos, são cerca de 40 unidades de produção instaladas, algumas operando há 30 anos. O conjunto destas unidades forma uma área de exclusão para a pesca de 1.500 Km². E as compensações ambientais não são direcionadas para o setor pesqueiro e, sim, para Unidades de Conservação. A mesma crítica é apontada com relação ao valor arrecadado por *royalties*.

Nota-se uma percepção dos pescadores com relação às políticas ambientais, que segundo os mesmos ignora a existência de populações com hábitos tradicionais de uso dos recursos naturais e que vivem a muito tempo dos mesmos. Um exemplo deste tipo de medida foi, segundo o depoimento do presidente da colônia do Município de Macaé, a criação do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, que resultou na proibição da prática da pesca em uma área que representava cerca de 80% daquela tradicionalmente utilizada pelos pescadores “artesaniais” da região.

Quanto à pesca industrial, seus representantes são associados ao Conselho Nacional de Pesca e Aqüicultura – CONEPE, antiga ANEPE, que se destacou na mobilização pela manutenção dos incentivos fiscais e pela associação de empresas brasileiras ao capital estrangeiro.

A CONEPE tem se caracterizado pela alternância de lideranças regionais, que defendem interesses específicos, como incentivos e exportações, não se verificando a preocupação de organizar um setor social, mas sim de apoiar

interesses particulares em circunstâncias determinadas (Silva Filho, 1985, *apud* Dias-Neto; Marrul-Filho, *op. cit.*).

A organização social através de Sindicatos de Trabalhadores e Patronais vem sendo o principal meio de associativismo, especialmente referente aos armadores de pesca. Não há obrigatoriedade de filiação, com as organizações angariando adesões na medida em que realmente demonstram as vantagens desse tipo de associação.

De acordo com o Sindicato dos Armadores de Pesca do Rio de Janeiro (SAPERJ), há cerca de 650 embarcações associadas ao sindicato em todo o Estado, dentre as quais 150 maiores de 20 m. Segundo Dona Ednéia, assessora da presidência, esses dados carecem de atualizações, pois muitas dessas embarcações já afundaram ou não estão mais em circulação. Por outro lado, muitas outras ainda não foram registradas. Para cada embarcação podem existir vários proprietários, principalmente no caso das maiores.

Essa federação situa-se no pátio do entreposto, que também abriga duas outras entidades: o Sindicato dos Pescadores do RJ e do ES e a Associação dos Pregoeiros de Pesca de Niterói – APPANIT, responsável pela administração do complexo do porto e do mercado; além de uma fábrica de gelo, Shopping do Mar.

Para o sindicato, a estrutura do porto não é suficiente para receber toda a frota que desembarca o pescado ali. Além das embarcações locais, também aportam no entreposto embarcações de outros estados do Brasil, principalmente Santa Catarina e Espírito Santo. Muitas embarcações sofrem prejuízos pelo tráfego marítimo no local de desembarque. A produção é quase toda voltada para o mercado interno (70% para o CEASA), uma vez que não possuem estrutura frigorífica para o acondicionamento ideal do pescado, visando a exportação.

No entanto, as maiores dificuldades enfrentadas pelo setor da pesca industrial dizem respeito à competição com barcos estrangeiros, especialmente os equipados com petrechos de arrasto que operam na Zona Econômica Exclusiva - ZEE, realizando pescas predatórias. As acusações do comprometimento de estoques de recursos adultos pescados pela frota industrial, através da pesca de isca-viva, estão entre os principais conflitos enfrentados pelo setor, pois a captura de espécies de peixes menores (*juvenis*) interfere na cadeia alimentar dos peixes maiores de valor comercial, que são capturados pelos pescadores artesanais. No

entanto, de acordo com pesquisas do Cepsul, aparentemente, não ocorre alteração significativa na captura do estoque adulto de sardinha e outras espécies pela captura de juvenis para isca viva que justifique a proibição de tal prática.

II.5.3.3.2. ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONG

As ONGs ambientalistas atuantes na Área de Influência dos empreendimentos identificam contradições entre a exploração de petróleo na Bacia de Campos e a preservação dos ecossistemas costeiros. Consideram que a presença do importante patrimônio ambiental que caracteriza o litoral fluminense e norte paulista, e que se mantém, ainda, preservado, é vital não só para a qualidade ambiental da região como para a manutenção das comunidades tradicionais e a consolidação da vocação turística.

Independentemente de grande parte das ONG considerar as atividades de produção e exploração de petróleo como possibilidades de crescimento econômico para o país como fontes geradoras de emprego e renda, existe preocupação quanto aos impactos ambientais decorrentes dos empreendimentos e críticas sobre a política de compensação e distribuição de *royalties* para a região.

Em relação aos riscos de acidentes, os integrantes das ONG reivindicam que empresas petrolíferas estabeleçam parcerias com representantes governamentais e da sociedade civil dos municípios da Área de Influência dos empreendimentos para definir estratégias conjuntas de ação para a minimização e compensação, em tempo hábil, dos danos.

A partir dessas preocupações, as ONGs ambientalistas, assim como as comunidades de pescadores, têm se mobilizado e participado nos fóruns regionais de discussão, que têm entre um de seus temas a atividade petrolífera. Entre esses, destacam-se, no Rio de Janeiro:

- Fórum de ONGs vinculado ao Consórcio Intermunicipal da Macro-Região Ambiental da Região dos Lagos (MRA-4). Este Consórcio abrange integralmente oito municípios: Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação de Búzios e Silva Jardim e, parcialmente, os municípios de Rio Bonito, Cachoeira de Macacu, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras.

- Fórum de ONGs vinculado ao Consórcio Intermunicipal da Macro-Região Ambiental da Região do Norte-fluminense (MRA-5). O Consórcio abrange integralmente os municípios de Macaé, Carapebus, Quissamã e Conceição de Macabu e, parcialmente, Nova Friburgo, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Campos dos Goytacazes, Trajano de Moraes, Santa Maria Madalena e São João da Barra.

O Quadro II.5.3.3 -1, apresentado a seguir, identifica as principais entidades ambientalistas com atuação na Área de Influência dos empreendimentos. É importante destacar que não houve pretensão de listar todas as ONGs ambientalistas, mas apenas as que apresentam maior expressão.

Quadro II.5.3.3 -1- ONGs Ambientalistas com atuação na Área de Influência.

ONG	Município
ECOLEGAL – Grupo de Educação Ambiental	Vitória
GAN – Grupo de Apoio à Natureza	Vitória
Grupo de Estudos Ecossistemas Costeiros	Vila Velha
ORCA – Organização Consciência Ambiental	Vila Velha
Centro Cultural de Piúma	Piúma
GAMA - Grupo de Apoio ao Meio Ambiente	Anchieta
APEDEMA – Ass. Permanente de Entidades do Meio Ambiente do RJ	Norte Fluminense
CNFCN – Centro Norte-Fluminense de Conservação da Natureza	Campos dos Goytacazes
Grupo de Defesa Ecológica Pequena Semente - GDEPS	Macaé
Organização Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável - OADS	Araruama
ADEJA – Associação de Defesa do Meio Ambiente de Jacarepiá	Saquarema

II.5.3.3.3. ORGANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE PETRÓLEO

A abertura do mercado para a exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil, a partir de 1995, e a mudança da Constituição autorizando a União para contratar a exploração e produção de petróleo, medida instrumentalizada em 1997 pela Lei do Petróleo, acarretaram grandes transformações econômicas nos municípios situados na Área de Influência das bacias petrolíferas.

Os investimentos decorrentes de negócios realizados pela indústria petrolífera, assim como a movimentação gerada pelo pagamento de tributos,

especialmente os *royalties*, têm dinamizado o desenvolvimento da região, provocando profundas alterações nas finanças municipais. Em municípios do Norte Fluminense, os recursos dos *royalties* passaram a se constituir na principal fonte de receita municipal, superando, em muito, suas receitas tributárias.

Nesse contexto, devido à preocupação com a sustentabilidade econômica dos municípios que têm na composição das suas receitas os *royalties* do petróleo, foi criada, em 1999, a OMPETRO - Organização dos Municípios Produtores de Petróleo. A entidade, originalmente constituída pelos municípios de Campos dos Goytacazes, Macaé, Rio das Ostras, Armação de Búzios, Cabo Frio, Quissamã, Carapebus, Casimiro de Abreu, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, teve, recentemente, a adesão do município de Niterói.

A OMPETRO objetiva, a partir de um trabalho integrado, a articulação com o poder público estadual e federal para a elaboração de programas de desenvolvimento econômico regional, para a promoção de investimentos na região, buscando melhoria na infra-estrutura e a melhoria do setor de serviços para o recebimento dos novos agentes produtivos que venham a se instalar nos municípios, além de acompanhar a legislação e o pagamento dos *royalties* e das participações governamentais.

Em junho de 2005 foi criada, em Macaé, a CONPETRO - Confederação Nacional das Cidades Provedoras de Petróleo e Gás, entidade que busca representar politicamente as federações locais, a serem organizadas por região - nos moldes da OMPETRO do Rio de Janeiro - pelas cidades produtoras ou afetadas por atividades de exploração e produção de petróleo e gás, conseqüentemente beneficiárias de *royalties* e participação especial.

São objetivos da confederação: garantir o recebimento dos *royalties*, através da ampla divulgação da justiça da compensação pelas exigências que a indústria do petróleo impõe ao se instalar nas cidades, estabelecer o diálogo entre as OMPETRO e promover planos municipais de apoio à indústria de petróleo nas cidades.

Ainda no Estado do Rio de Janeiro, foi criada, em junho de 2005, a CONPETRO - Confederação Nacional das Cidades Provedoras de Petróleo e Gás, com sede em Macaé. A Confederação reunirá as federações locais a serem organizadas por Estado - nos moldes da OMPETRO - pelas cidades produtoras

ou afetadas por atividades de exploração e produção de petróleo e gás, conseqüentemente beneficiárias de *royalties* e de participação especial.

Os objetivos da Confederação incluem defender os argumentos que sustentam o recebimento das participações governamentais e aumentar o diálogo e a troca de idéias e de planos para ações municipais de apoio à indústria de petróleo nas cidades.

As cidades do petróleo querem acabar com a idéia difundida de que estão recebendo mais do que merecem ou gastando irresponsavelmente seus recursos. Querem provar que recebem uma compensação justa e proporcional às exigências que a indústria do petróleo lhes impõe ao se instalarem nas cidades - desafios logísticos, sociais, ambientais e operacionais de toda sorte.

Apesar de ter sido criada em junho, a CONPETRO, em agosto, já diversificou a sua atuação, passando a atingir também as áreas de extração de outros tipos de minério em todo o território nacional, que enfrentam problemas semelhantes aos municípios produtores de petróleo.

A CONPETRO vai promover discussões financeiras para defender a permanência dos *royalties* para os municípios produtores, sem que haja perda da compensação financeira. A intenção é que a confederação realize a representação política dos municípios envolvidos.

Com as novas descobertas de reservatórios no Estado do Espírito Santo, os municípios do litoral sul fundaram, em abril de 2002, a PETROSUL-ES - Organização dos Municípios Exploradores e Produtores de Petróleo do Sul do Espírito Santo. O objetivo da PETROSUL-ES é assegurar a arrecadação dos municípios em função do exercício da atividade petrolífera. A sede da PETROSUL, diferente da OMPETRO, é itinerante. Ela se localiza na cidade onde o presidente/prefeito estiver exercendo o cargo.

A PETROSUL surgiu com duas bandeiras de luta bem defendidas, que foram: a cobrança do ISS (Imposto Sobre Serviços) das empresas que estão atuando na implantação das plataformas de exploração de petróleo e a instalação de um processo judicial contra o IBGE, obrigando o Instituto a corrigir os limites do mar territorial do Espírito Santo.

As preocupações da PETROSUL estão mais ligadas às questões de arrecadação, mas isso não impede que a organização possa atuar como

interlocutor preferencial para o desenvolvimento de políticas públicas alternativas, pelo o fato de congregar os municípios da região do sul do Espírito Santo.

Além de Rio de Janeiro e do Espírito Santo, os Estados de Rio Grande do Norte, Amazonas e Sergipe estão se organizando na formação de suas OMPETROS.

II.5.3.4– DINÂMICA POPULACIONAL

Vários problemas ambientais que são encontrados ao longo das zonas costeiras são decorrentes, dentre outros motivos, da poluição e da pressão populacional. Por isto, acompanhar o crescimento da população da região é fundamental para a avaliação do sentido do desenvolvimento na direção da sustentabilidade, uma vez que as conseqüências mais graves de degradação ambiental decorrem, principalmente, da densidade de concentração de atividades econômicas em locais limitados.

Segundo dados da ONU através da UNESCO, aproximadamente 2/3 da população mundial vivem atualmente a menos de 50 km do mar. Essa faixa de terra litorânea, correspondente a menos de 2% do território terrestre, abriga uma população de pouco mais de 4 bilhões de pessoas, agrupadas, em sua maioria, em centros urbanos de médio e grande porte. Na área em estudo, este cenário se repete. Segundo os levantamentos do último CENSO (2000), realizado pelo IBGE, 83% da população do Estado do Rio de Janeiro residiam em área costeira. Somente no Estado do Espírito Santo, a população residente nos municípios costeiros em estudo representa 27% da população total do Estado.

Segundo o levantamento do último CENSO (2000), realizado pelo IBGE, a população residente na Área de Influência soma 1.862.790 habitantes, totalizando 829.111 nos municípios capixabas e 1.033.679 pessoas residentes nos municípios fluminenses.

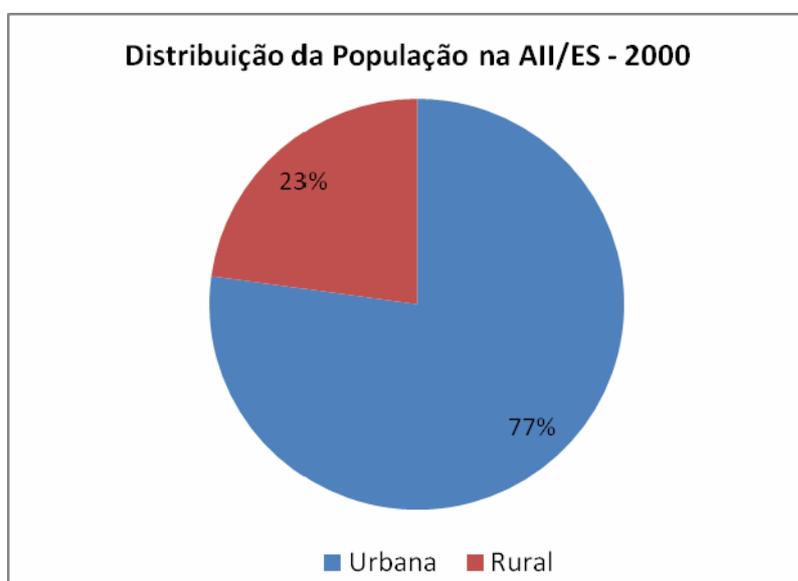
A seguir, são apresentados os dados referentes aos municípios que compõem a Área de Influência dos Projetos de Desenvolvimento Integrado da Produção e Escoamento na Área denominada de Parque das Baleias e no Campo de Catuá.

II.5.3.4.1. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA

- **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE), o Estado do Espírito Santo abriga 45% da população da Área de Influência, com um total de 829.111 habitantes. A população dos municípios em estudo está concentrada predominantemente nas áreas urbanas, representando 77% dos residentes na área em estudo, como pode ser observado na Figura II.5.3.4.1, a seguir.

Figura II.5.3.4-1 – Distribuição da População na AII- ES em 2000.



Fonte: IBGE,2000.

O Município de Vitória, capital do Estado, apresenta os maiores indicadores de concentração urbana e de densidade demográfica, acima de 3.200 hab/km², seguido do município de Vila Velha, com densidade demográfica de 1.584,99 hab/km², como pode ser observado no Quadro II.5.3.4-1, a seguir.

Dentre os municípios em estudo, Presidente Kennedy foi o que apresentou o maior número de pessoas residentes na zona rural, com cerca de 73% de sua população. O município também se destaca dos demais por possuir a maior área e o menor contingente populacional da área de influência capixaba, com cerca de 580 km² e menos de 10 mil habitantes e, conseqüentemente, a menor densidade demográfica com apenas 16 hab/km².

Quadro II.5.3.4-1 - Populações Total, Urbana, Rural e Densidade Demográfica do Espírito Santo em 2000.

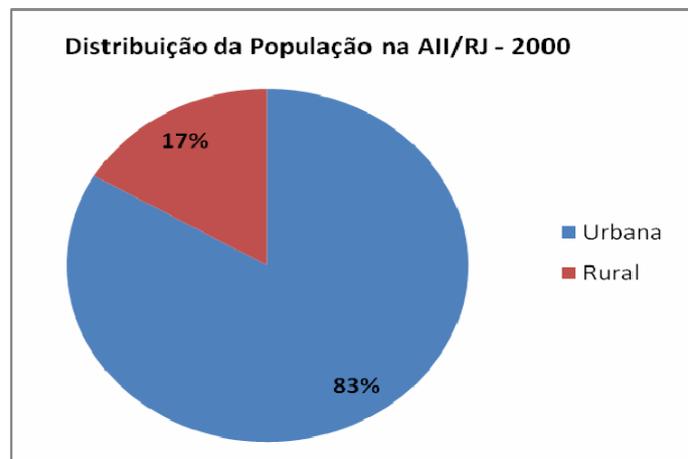
REGIÕES / MUNICÍPIOS	Total	Urbana (%)	Rural (%)	Densidade Demográfica (hab/km ²)
Vitória	292.304	100,0	-	3.279,7
Vila Velha	345.965	99,61	0,39	1.584,9
Guarapari	88.400	93,43	6,57	152,0
Anchieta	19.176	68,9	31,1	45,7
Itapemirim	28.121	57,4	42,6	50,6
Marataízes	30.603	77,6	22,4	223,4
Piúma	14.987	94,1	5,9	204,6
Presidente Kennedy	9.555	26,5	73,5	16,2

Fonte: IBGE, 2000.

• ESTADO DO RIO DE JANEIRO

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE), o Estado do Rio de Janeiro abriga 55% da população da Área de Influência, com um total de 1.033.679 habitantes nos municípios em estudo.

O Rio de Janeiro é o Estado que possui o maior número de população residente em áreas urbanas. De acordo com os dados do IBGE, em 2000, cerca de 83% da população na área em estudo residiam em áreas urbanas e apenas 17% residiam nas zonas rurais. Os municípios de Arraial do Cabo e de Armação dos Búzios apresentavam 100% da população residente em zonas urbanas, como pode ser observado no Quadro II.5.3.4-2, a seguir.

Figura II.5.3.4 -2 – Distribuição da População na AII no Rio de Janeiro.

Fonte: IBGE, 2000.

Dentre os municípios do Estado em estudo, em 2000, Campos dos Goytacazes era o que possuía a maior população, com 406 mil habitantes, seguido do município de Macaé, com um total de 132 mil habitantes, predominando em ambos a população em área urbana.

Os demais municípios caracterizavam-se pelo porte populacional mais reduzido e menores densidades demográficas, especialmente Quissamã, que apresentava um contingente de cerca de 13,5 mil habitantes e densidade demográfica inferior a 20 hab/km². Essa situação decorre das menores taxas de urbanização, especialmente em São Francisco de Itabapoana, onde a população rural (53,3%) ainda predominava sobre a população urbana (46,7%). Em Carapebus, por outro lado, percebe-se que havia uma concentração da população na área urbana (79,3%), de modo que, apesar de ter a menor população (8.666 habitantes) da região, a densidade demográfica do município (28,3%) não era a mais baixa da região, já que era superior à taxa apresentada em Quissamã (19,5%).

Os municípios da Baixada Litorânea apresentavam uma maior homogeneidade no que se refere a esses indicadores. As principais características são as altas taxas de urbanização e densidades demográficas superiores a 150 hab/km². Destaca-se que, em época de alta temporada do turismo, nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, a população de alguns municípios da região chega a triplicar.

Destaca-se que, apesar de Campos dos Goytacazes apresentar o maior número de população residente, o município mais populoso do trecho em estudo é Cabo Frio, com uma densidade demográfica de 308 hab/km².

Os dados relativos à população total, distribuição da população e densidade demográfica dos municípios da Área de Influência no Estado do Rio de Janeiro são apresentados no Quadro II.5.3.4-3, a seguir.

Quadro II.5.3.4-2 - Populações Total, Urbana, Rural e Densidade Demográfica do Rio de Janeiro em 2000.

REGIÃO / MUNICÍPIOS	TOTAL	URBANA (%)	RURAL (%)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/km ²)
São Francisco de Itabapoana	41.145	46,7	53,3	36,67
São João da Barra	27.682	70,9	29,1	60,31
Campos dos Goytacazes	406.989	89,5	10,5	100,73
Quissamã	13.674	56,3	43,7	19,15
Carapebus	8.666	79,3	20,7	28,31
Macaé	132.461	95,1	4,9	107,77
Rio das Ostras	36 419	94,9	5,1	158,07
Casimiro de Abreu	22.152	82,8	17,2	47,76
Armação dos Búzios	18.204	100,0	-	253,89
Cabo Frio	126.828	83,8	16,2	308,73
Arraial do Cabo	23.877	100,0	-	151,50
Saquarema	52.461	96,1	3,9	147,92
Araruama	82.803	90,8	9,3	130,50
Maricá	76.737	82,6	17,4	210,93

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

II.5.3.4.2. CRESCIMENTO POPULACIONAL

O crescimento populacional recente dos municípios da Área de Influência foi analisado a partir dos dados censitários do IBGE, obtidos nas pesquisas realizadas em 1991 e em 2000.

- **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

De todos os municípios estudados no Espírito Santo, somente dois apresentaram, no período entre 1991 e 2000, crescimento populacional inferior ao obtido pelo Estado. São eles: Vitória (1,36%) na Região Metropolitana; e Presidente Kennedy (0,14%) na região do Pólo de Cachoeiro. Este último apresentou a menor taxa de crescimento de todos os municípios capixabas incluídos na Área de Influência dos empreendimentos.

Por outro lado, os Municípios de Piúma (5,28%) e Guarapari (4,18%) se destacam por apresentarem as maiores taxas de crescimento dos municípios capixabas presentes na Área de Influência. As altas taxas de crescimento destes municípios se devem, provavelmente, à intensa exploração do turismo, que é uma característica comum a estes municípios.

As taxas de crescimento anual dos municípios da Área de Influência do Espírito Santo são apresentadas no Quadro II.5.3.4-4, a seguir.

Quadro II.5.3.4-3 - Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (1991/2000).

ESTADO/ REGIÕES/ MUNICÍPIOS	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO (%)
ESPÍRITO SANTO	1,96
METROPOLITANA	
Vitória	1,36
Vila Velha	2,98
Guarapari	4,07
METROPOLITANA EXPANDIDA SUL	
Anchieta	2,82
Itapemirim	2,85
Marataízes	3,40
Piúma	5,28
PÓLO CACHOEIRO	
Presidente Kennedy	0,14

Fonte: IPES /ES, 1991 e 2000.

• ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A região da Baixada Litorânea apresentou um crescimento bem superior às demais regiões de governo. Mesmo o crescimento do Norte Fluminense não chegou a representar a metade da sua taxa de crescimento. Enquanto esta última região apresentou um crescimento de 1,49%, a Baixada Litorânea teve uma taxa de 4,31%. Como nesta região há uma intensa exploração da atividade turística, estima-se que este ramo, mais que a exploração de petróleo, pode ter contribuído para o aumento das populações da região.

As maiores taxas de crescimento foram verificadas nos Municípios de Armação dos Búzios (8,68%) e de Rio das Ostras (8,02%), ambos elevados à categoria de município no período entre as pesquisas censitárias (em 1997 e 1993, respectivamente). Os demais municípios da Baixada Litorânea apresentaram as seguintes taxas de crescimento: Saquarema (3,68%), Arraial do Cabo (2,06%) e Araruama (3,83%).

Com crescimento bastante significativo, destacam-se, ainda, os Municípios de Cabo Frio e Maricá, com taxas de crescimento próximas a 6% ao ano, e os Municípios de Macaé, São João da Barra e Quissamã, com taxas de crescimento entre 3% e 4% ao ano.

Campos dos Goytacazes, juntamente com São Francisco de Itabapoana, foram os únicos municípios que apresentaram taxas de crescimento populacional inferiores à registrada no Estado, indicando, respectivamente, esgotamento do fluxo migratório e falta de atratividade em função do baixo dinamismo econômico.

No Quadro II.5.3.4-5, a seguir, são apresentadas as taxas médias geométricas de crescimento anual, para os municípios da Área de Influência do Estado do Rio de Janeiro, no período de 1991 a 2000.

Quadro II.5.3.4-4 - Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (1991/2000).

ESTADO/ REGIÕES/ MUNICÍPIOS	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO (%)
RIO DE JANEIRO	1,30
REGIÃO NORTE FLUMINENSE	1,49
Campos dos Goytacazes	0,88
Carapebus	2,02
Macaé	3,93
Quissamã	3,01
São Francisco de Itabapoana	0,68
São João da Barra	3,20
REGIÃO DA BAIXADA LITORÂNEA	4,31
Araruama	3,83
Armação de Búzios	8,68
Arraial do Cabo	2,06
Cabo Frio	5,81
Casimiro de Abreu	3,94
Maricá	5,71
Rio das Ostras	8,02
Saquarema	3,68

Fonte: CIDE, 1991 e 2000.

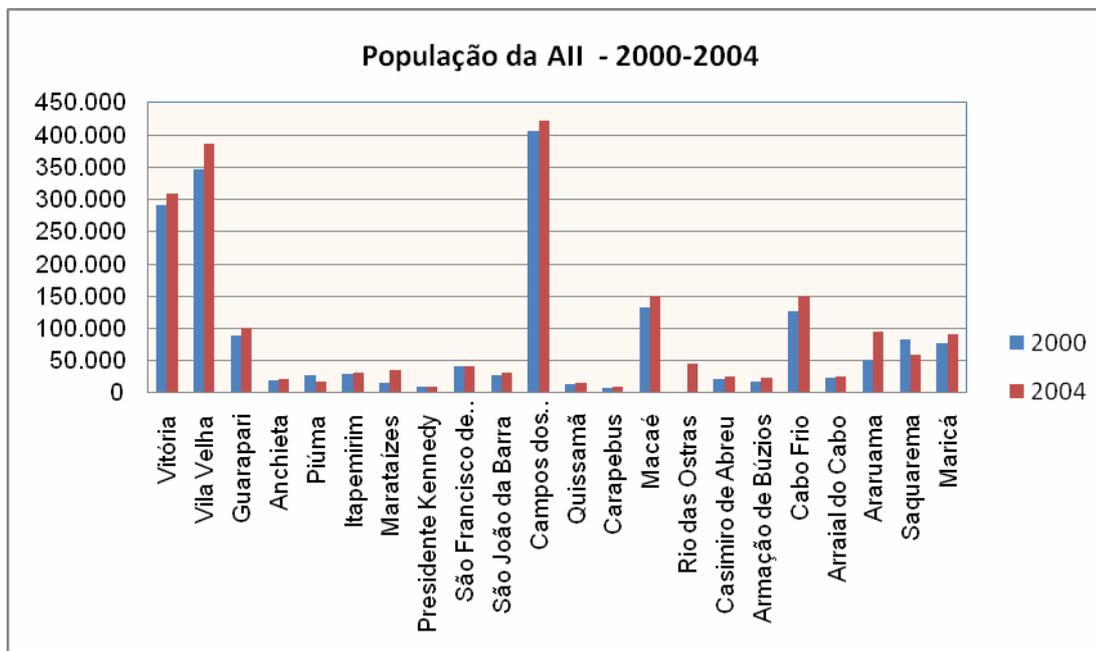
II.5.3.4.3. ESTIMATIVAS POPULACIONAIS

Seguindo as taxas de crescimento populacional, a população total estimada para a Área de Influência dos empreendimentos no ano de 2004 foi de 2.100.102 habitantes, 11% a mais que a população residente em 2000, que contabilizou 1.862.790 habitantes.

Na Figura II.5.3.4-3 e no Quadro II.5.3.4-6, a seguir, são apresentadas as estimativas populacionais para os municípios da Área de Influência dos empreendimentos.

Figura II.5.3.4 -3 – População residente na AII – 2000 -2004.

Fonte: IBGE,2007.



Quadro II.5.3.4-5 - População residente estimada dos municípios da Área de Influência – 2004.

ESTADO	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ESTIMADA
Espírito Santo	Vitória	309.507
	Vila Velha	387.204
	Guarapari	102.089
	Anchieta	21.352
	Piúma	17.838
	Itapemirim	31.334
	Marataízes	34.692
	Presidente Kennedy	9.618
Rio de Janeiro	São Francisco de Itabapoana	42.320
	São João da Barra	30.985
	Campos dos Goytacazes	421.825
	Quissamã	15.224
	Carapebus	9.356
	Macaé	151.214
	Rio das Ostras	45.226
	Casimiro de Abreu	25.294
	Armação de Búzios	22.843
	Cabo Frio	151.241
	Arraial do Cabo	25.815
	Araruama	94.295
Saquarema	59.504	
Maricá	91.326	

Fontes: IPES/ES e CIDE/RS, 2004.

II.5.3.5– FLUXOS MIGRATÓRIOS ATUAIS

A análise dos fluxos migratórios foi elaborada com base nos últimos dados censitários do IBGE, que identificou as pessoas não-naturais dos municípios de residência atual que tinham, na data do censo (2000), menos de 10 anos ininterruptos de residência.

• ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

De acordo com os dados do IBGE, no período entre 1991 e 2000, O Estado recebeu cerca de 365.845 imigrantes. A pesquisa evidencia a migração predominante da população dos municípios confrontantes ao Estado. Desse total, cerca de 47% são originários de Minas Gerais, 21% do Estado da Bahia e 14% do Estado do Rio de Janeiro, conforme pode ser observado no Quadro II.5.3.5 -1.

Quadro II.5.3.5 -1 – Imigrantes por local de nascimento - 1991-2000.

Origem	Minas Gerais	Bahia	Rio de Janeiro	São Paulo	Demais Estados	País estrangeiro
Nº de Imigrantes	171.415	78.499	52.196	17.506	43.245	2.984
Percentual	47%	21%	14%	5%	12%	1%

Fonte: IPES/IBGE, 2000.

Ao analisar os municípios em estudo, observa-se que Piúma, Vila Velha, Guarapari e Anchieta tiveram um acréscimo superior a 10% em suas populações em decorrência do movimento migratório recente. Em Piúma e Anchieta, este movimento migratório teve seu auge há cerca de 6 a 9 anos atrás, quando apresentou as maiores porcentagens. O período de migração para Vila Velha e Guarapari se concentrou mais no período dos últimos 3 a 5 anos, sendo este último o município que mais recebeu migração entre 1990 e 2000 (10 anos, observando a data da pesquisa).

Marataízes e Vitória, por sua vez, cresceram cerca de 8% no período, taxa superior à registrada no Estado do Espírito Santo, que foi, na década, de cerca de 7%. O movimento migratório para Itapemirim e, especialmente, Presidente Kennedy, com taxas, respectivamente, de 5,4% e 3,7%, indica a pouca atratividade para os seus territórios.

O fluxo migratório nos municípios se manteve constante em todo o período, como pode ser verificado no Quadro II.5.3.5-2, apresentado a seguir.

Quadro II.5.3.5-2 - Pessoas Não-naturais do Município com menos de 10 Anos Ininterruptos de Residência no Município de Residência Atual – 2000.

ESTADO/ MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO NÃO-NATURAL COM MENOS DE 10 ANOS DE RESIDÊNCIA					
		Nº	%	ANOS DE RESIDÊNCIA (%)			
				- DE 1	1 A 2	3 A 5	6 A 9
Espírito Santo	3.097.232	221.429	7,1	9,3	23,6	34,2	32,9
Vitória	292.304	23 395	8,0	9,6	25,1	33,7	31,7
Vila Velha	345.965	38 877	11,2	9,4	25,0	36,9	28,7
Guarapari	88.400	16 299	18,4	9,2	20,3	38,5	32,0
Anchieta	19.176	1 958	10,2	9,0	21,5	33,4	36,2
Piúma	14.987	2 212	14,8	17,0	24,4	26,7	32,0
Itapemirim	28.121	1 520	5,4	12,6	20,5	35,2	31,8
Marataízes	30.603	2 474	8,1	10,3	37,7	27,3	24,7
Pres. Kennedy	9.555	358	3,7	7,5	38,8	18,7	34,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

• ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O movimento migratório em direção aos municípios da Área de Influência dos empreendimentos no Rio de Janeiro é bastante diferenciado.

Os municípios situados na Região Norte, com exceção de Macaé, caracterizam-se por uma baixa atratividade populacional, apresentando, entre 1991 e 2000, taxas de crescimento, em função da imigração, inferiores a 1,5%. Esse índice é inferior ao registrado no Estado do Rio de Janeiro no mesmo período, que foi de 3,9%. Macaé, especialmente em função das atividades vinculadas à exploração de petróleo e gás na Bacia de Campos, que dinamizaram economicamente o município, apresentou crescimento de 7% em sua população em função do movimento migratório dos últimos 10 anos.

Os municípios da Região da Baixada Litorânea, principalmente em função da expansão e profissionalização da atividade turística, tiveram notáveis crescimentos populacionais em decorrência do movimento migratório. Todos os municípios apresentaram índices superiores ao registrado no Estado, com destaque para o município de Armação de Búzios, emancipado em 1997, e que apresentou, no período, crescimento de 10,5% em sua população em função da chegada de novos contingentes populacionais.

Os dados relativos ao movimento migratório recente na Área de Influência dos municípios do Rio de Janeiro são apresentados no Quadro II.5.3.5-3, a seguir.

Quadro II.5.3.5-3 - Pessoas Não-naturais do Município que tinham menos de 10 anos Ininterruptos de Residência no Município de Residência Atual – 2000.

ESTADO/ MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO NÃO-NATURAL COM MENOS DE 10 ANOS DE RESIDÊNCIA					
		Nº	%	ANOS DE RESIDÊNCIA (%)			
				- DE 1	1 A 2	3 A 5	6 A 9
Rio de Janeiro	14.391.282	561 315	3,9	7,2	30,5	34,7	27,7
Norte Fluminense							
São Fco. de Itabapoana	41.145	580	1,4	17,9	34,8	16,7	30,5
São João da Barra	27.682	313	1,1	3,5	11,8	49,5	35,1
Campos dos Goytacazes	406.989	4.367	1,1	11,5	32,6	31,8	24,1
Quissamã	13.674	110	0,8	2,7	21,8	41,8	33,6
Carapebus	8.666	233	2,7	16,7	21,0	35,2	27,0
Macaé	132.461	9.299	7,0	10,5	38,1	30,9	20,5
Baixadas Litorâneas							
Rio das Ostras	36.419	1.678	4,6	11,7	42,8	26,2	19,1
Casimiro de Abreu	22.152	652	2,9	3,4	27,1	35,6	34,0
Armação de Búzios	18.204	1.718	9,4	7,3	37,4	26,7	28,6
Cabo Frio	126.828	6.847	5,4	9,2	30,5	32,4	28,0
Arraial do Cabo	23.877	563	2,4	3,0	36,2	28,4	32,3
Saquarema	52.461	2 025	3,9	3,3	28,9	34,8	33,0
Araruama	82.803	2 719	3,3	6,0	27,5	37,8	28,8
Maricá	76.737	3 995	5,2	2,5	32,5	33,1	31,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

II.5.3.6– INFRA-ESTRUTURA

II.5.3.6.1. SAÚDE

A análise da infra-estrutura de saúde nos municípios da Área de Influência foi elaborada com base nos dados disponibilizados pelo SUS, referentes às unidades das redes ambulatorial e hospitalar e aos indicadores de ambulatórios para cada 10.000 habitantes e de leitos hospitalares para 1.000 habitantes, referentes ao ano de 2003.

Segundo os dados obtidos, os municípios capixabas em estudo dispõem, juntos, de 273 Unidades de atendimento médico. Cerca de 60% desse total estão concentradas nos municípios de Vitória e Vila Velha.

A análise da rede ambulatorial de saúde indica uma predominância, em todos os municípios da Área de Influência capixaba, de prestadores de serviços da esfera pública, em uma escala que varia entre 30% e 100%. Os serviços ambulatoriais públicos são prestados majoritariamente pela rede municipal.

O município de Vitória, além de apresentar o sistema hospitalar mais diversificado e com maior número de unidades (10 hospitais), possui o maior número de leitos para cada mil habitantes do município. Percebe-se, entretanto, que esta proporção é calculada em função da população do município, de forma que o índice pode ser reduzido, na medida em que pessoas que residam em outros municípios procurem atendimento hospitalar na capital.

Entre os municípios capixabas estudados, Vila Velha possui a segunda maior rede hospitalar ligada ao SUS, contando com sete unidades. Embora o número de hospitais seja menor, o município apresenta um contingente populacional superior à capital. Como resultado, tem-se uma disponibilidade de leitos inferior à capital, com um total de um leito para cada 1.000 habitantes.

Nos demais municípios em estudo, o número de hospitais decai ainda mais. Em Vila Velha, a relação de leitos por mil habitantes é de 0,8. Em Guarapari, existem apenas 2 hospitais, com 0,9 leitos para cada mil habitantes.

Os municípios de Anchieta, Piúma e Itapemirim apresentam redes hospitalares ainda menores. Cada um conta somente com uma unidade hospitalar. Neste caso, os índices de leitos por cada mil habitantes variam de 3,8 (Itapemirim) a 0,8 (Piúma). Assim como observado em Guarapari, o principal

elemento diferenciador é o número de leitos, uma vez que Itapemirim tem uma população superior a Piúma. Nos municípios restantes, Marataízes e Presidente Kennedy, não existem hospitais ligados ao SUS, segundo informações obtidas nos municípios. As populações destes municípios, quando precisam de atendimento hospitalar, se dirigem ao município de Cachoeiro de Itapemirim, que se situa fora da Área de Influência.

De um modo geral, percebe-se que somente os municípios de Vitória e Itapemirim apresentaram índices de leitos por habitantes superiores à oferta considerada satisfatória pelos padrões da Organização Mundial de Saúde, que é de 3 leitos para cada mil habitantes.

Os dados da rede hospitalar, assim como o indicador de leitos por mil habitantes, são apresentados no Quadro II.5.3.6-1, a seguir.

Quadro II.5.3.6-1 - Número de Hospitais ligados ao SUS, por Natureza do Prestador e Nº de leitos por cada 1000 habitantes - Espírito Santo – 2003

MUNICÍPIOS	PÚBLICO		PRIVADO		UNIVERSITÁRIO		TOTAL	LEITOS/ MIL HAB
	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Vitória	3	30,0	5	50,0	2	20,0	10	4,3
Vila Velha	4	57,1	3	42,9	-	-	7	1,0
Guarapari	-	-	2	100	-	-	2	0,9
Anchieta	-	-	1	100	-	-	1	2,7
Piúma	1	100	-	-	-	-	1	0,8
Itapemirim	-	-	1	100	-	-	1	3,8
Marataízes*								
Presidente Kennedy*								

Fonte: SIH/SUS

*Não apresentaram registro no SUS.

Com relação ao número de unidades ambulatoriais para cada 10 mil habitantes, os municípios de Anchieta e Presidente Kennedy apresentam as proporções mais elevadas, com 14 e 10 unidades, respectivamente, indicando uma melhor capacidade de atendimento. Por outro lado, o município de Vila Velha possui a capacidade mais limitada, tendo 1,7 unidades por cada 1.000 habitantes.

Os dados da rede ambulatorial de saúde e do número de consultórios para 10 mil habitantes são apresentados no Quadro II.5.3.6-2, a seguir.

Quadro II.5.3.6-2 - Unidades Ambulatoriais por Natureza do Prestador e total de unidades para cada 10 mil habitantes - Espírito Santo – 2003

MUNICÍPIOS	PÚBLICO		PRIVADO		FILANTRÓPICO		SINDICATO		TOTAL	UNID./ 10 MIL HAB
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Vitória	77	82,8	12	12,9	2	2,1	2	2,1	93	3,2
Vila Velha	69	93,2	2	2,7	3	4,1	-	-	74	2,1
Guarapari	28	93,3	2	7	-	-	-	-	30	3,4
Anchieta	25	89,3	2	1,7	1	0,8	-	-	28	14,7
Piúma	10	100,0	-	-	-	-	-	-	10	7,1
Itapemirim	13	76,5	-	-	1	1,1	3	3,2	17	6,1
Marataizes	11	100,0	-	-	-	-	-	-	11	3,5
Presidente Kennedy	10	100,0	-	-	-	-	-	-	10	10,5

Fonte: SIA/SUS, 2003.

• ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Assim como observado no Espírito Santo, a análise da rede ambulatorial de saúde indica uma predominância, em todos os municípios da Área de Influência fluminense, de prestadores de serviços da esfera pública, em uma escala que varia entre 70% e 100%. Os serviços ambulatoriais públicos são oferecidos majoritariamente pela rede municipal.

Nos municípios de menor porte populacional e menor dinamismo econômico, a rede ambulatorial é exclusivamente pública, verificando-se essa situação em São Francisco de Itabapoana, Quissamã, Carapebus, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Armação dos Búzios e Mangaratiba. Em contrapartida, nos municípios com maior população e dinamismo econômico, especialmente no Rio de Janeiro e em Niterói e, em menor escala, em Campos dos Goytacazes e Macaé, essa rede se apresenta mais diferenciada, com atratividade para o setor privado.

A oferta dos serviços ambulatoriais, medida pelo número de consultórios a cada 10.000 habitantes, indica uma oferta limitada nos municípios da Baixada Litorânea, onde se registram as menores proporções, variando entre 2,8 e 5,4 consultórios por 10 mil residentes. Na Região Norte Fluminense, esses índices variam entre 4,5 e 12,3 consultórios por 10 mil habitantes, índices registrados, respectivamente, em Campos dos Goytacazes e Quissamã.

Os dados da rede ambulatorial de saúde e do número total para cada 10 mil habitantes são apresentados no Quadro II.5.3.6-3, a seguir.

Quadro II.5.3.6-3 - Unidades Ambulatoriais por Natureza do Prestado - Rio de Janeiro – 2003.

MUNICÍPIOS	PÚBLICO		PRIVADO		FILANTRÓPICO		SINDICATO		TOTAL	UNID./ 10 MIL HAB
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Araruama	30	88,2	3	8,8	1	2,9	-	-	34	4,1
Armação dos Búzios	9	100,0	-	-	-	-	-	-	9	5,0
Arraial do Cabo	8	80,0	-	-	-	-	2	20,0	10	4,3
Cabo Frio	34	94,4	-	-	2	5,6	-	-	36	2,8
Campos de Goytacazes	162	89,5	5	2,8	11	6,1	3	1,7	181	4,5
Carapebus	6	100,0	-	-	-	-	-	-	6	7,0
Casimiro de Abreu	12	100,0	-	-	-	-	-	-	12	5,4
Macaé	60	89,6	4	6,0	2	3,0	1	1,5	67	5,1
Maricá	28	93,3	2	6,7	-	-	-	-	30	3,9
Quissamã	16	100,0	-	-	-	-	-	-	16	12,3
S. Fco de Itabapoana	22	100,0	-	-	-	-	-	-	22	5,4
São João da Barra	14	87,5	1	6,3	1	6,3	-	-	16	5,2
Saquarema	17	73,9	4	17,4	-	-	2	8,7	23	4,4
Rio das Ostras	18	100,0	-	-	-	-	-	-	18	5,0

Fonte: SIA/SUS, 2003.

No que se refere à rede hospitalar, apenas o Rio de Janeiro, Niterói e Campos dos Goytacazes dispõem de uma rede diversificada, pertencente às esferas pública, privada e universitária, sendo esta última vinculada fundamentalmente às universidades públicas.

Observa-se ainda que, em alguns municípios, não se registram unidades hospitalares ligadas ao SUS, como é o caso de Armação dos Búzios e Rio das Ostras, pertencentes à Região da Baixada Litorânea, e Carapebus, à Região Norte Fluminense, obrigando a população ao deslocamento em busca dos serviços hospitalares.

Os municípios de São Francisco de Itabapoana, Quissamã, Casimiro de Abreu, Arraial do Cabo, Saquarema e Maricá dispõem apenas de hospitais da rede pública e os municípios de São João da Barra e Macaé contam apenas com unidades da rede privada. Araruama e Cabo Frio, por sua vez, dispõem de unidades públicas e privadas, com predominância das últimas.

Em relação ao total de leitos por mil habitantes, verifica-se que 5 municípios apresentam condições mais favoráveis, com índices superiores a 3 leitos por mil habitantes, incluindo-se nesse caso Casimiro de Abreu, Campos dos Goytacazes, Arraial do Cabo e São João da Barra. Nos demais municípios, onde existe oferta de leitos hospitalares, ela é bem mais restrita, variando entre 0,6 e 2 leitos por mil habitantes.

Os dados referentes à rede hospitalar, assim como o indicador de leitos por mil habitantes, são apresentados no Quadro II.5.3.6-4, a seguir.

Quadro II.5.3.6-4 - Número de Hospitais por Natureza do Prestador e Nº de leitos por 1.000 habitantes - Rio de Janeiro – 2003.

MUNICÍPIOS	PÚBLICO		PRIVADO		UNIVERSITÁRIO		TOTAL	LEITO P/ MIL HAB
	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Araruama	1	33,3	2	66,7	-	-	3	1,9
Armação dos Búzios	Não há registro de hospitais ligados ao SUS no município.							
Arraial do Cabo	1	100,0	-	-	-	-	1	3,3
Cabo Frio	1	25,0	3	75,0	-	-	4	1,6
Campos de Goytacazes	2	22,2	6	66,7	1	11,1	9	4,0
Carapebus	Não há registro de hospitais ligados ao SUS no município.							
Casimiro de Abreu	2	100,0	-	-	-	-	2	5,3
Macaé	-	-	2	100,0	-	-	2	1,6
Maricá	1	100,0	-	-	-	-	1	0,6
Quissamã	1	100,0	-	-	-	-	1	2,7
S. Fco de Itabapoana	1	100,0	-	-	-	-	1	1,0
São João da Barra	-	-	1	100,0	-	-	1	3,2
Saquarema	1	100,0	-	-	-	-	1	0,9
Rio das Ostras	Não há registro de hospitais ligados ao SUS no município.							

Fonte: SIH/SUS

II.5.3.6.2 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE LIXO E ENERGIA ELÉTRICA

Para a análise da infra-estrutura de saneamento e fornecimento de energia elétrica, foram tomados como parâmetros a oferta e o atendimento dos serviços de abastecimento de água, de coleta de lixo para os domicílios urbanos e de energia elétrica para a população residente nos municípios da Área de Influência dos empreendimentos. Esta análise foi realizada com base nos dados censitários do IBGE (1991 e 2000) e do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, elaborado pelo IPEA/PNUD.

• ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

No que se refere ao abastecimento de água, a maioria da população residente nos municípios da Área de Influência dispunha, em seus domicílios, no ano 2000, de água encanada, registrando-se uma ampliação desse serviço em comparação a 1991.

Os municípios de Vitória, Guarapari, Vila Velha e Anchieta apresentaram um aumento da abrangência deste serviço para 95% da população atendida em 2000. Em um patamar inferior, porém significativo, estão os Municípios de Marataízes e Piúma, onde entre 90% e 95% dos domicílios podiam contar com água encanada no ano 2000.

Presidente Kennedy foi o município que registrou, em 2000, a menor proporção de população atendida, abrangendo cerca de 78% dos domicílios. É preciso lembrar, no entanto, que a população do município é predominantemente rural (73,5%) e que houve um notável incremento no atendimento já que, em 1991, apenas 53% da população dispunha, em seus domicílios, de água encanada. No intervalo entre 1991 e 2000, o percentual de domicílios atendidos sofreu um acréscimo de 25 pontos percentuais. De 52,7%, em 1991, foi para 77,7%, em 2000.

Os serviços de coleta de lixo abrangiam, em 2000, quase a totalidade da população das áreas urbanas de Vitória, Vila Velha, Anchieta e Piúma. Em Marataízes, Guarapari e Itapemirim eram atendidas mais de 85% da população. Apesar do pequeno contingente de população urbana em Presidente Kennedy, apenas 76,3% da população urbana era atendida por esses serviços.

Assim como nos serviços de abastecimento de água, houve uma sensível melhoria nos serviços de coleta de lixo urbano no período 1991/2000, evidenciando investimentos do poder público local. Na ampliação do serviço, destacaram-se os municípios de Marataízes (36,7 pontos percentuais) e Guarapari (com 36,4 pontos percentuais).

No que se refere à energia elétrica, a quase totalidade da população residente nos municípios da Área de Influência, em 2000, era atendida. Destaca-se a grande cobertura dos serviços no município de Presidente Kennedy, que apresentava a maior cobertura entre todos os municípios capixabas da Área de Influência (99,8%).

Ressalta-se que, em 1991, o percentual de população residente beneficiada pela iluminação elétrica variava entre 90% e 95%.

Somente o município de Marataízes tinha um percentual abaixo dos 90%. No entanto, assim como ocorre com os demais indicadores, houve um avanço, durante a década de 1990, no atendimento à população no que se refere ao

fornecimento de energia elétrica. Marataízes dispunha, em 1991, de 72% da sua população atendida, passando, em 2000, para 93%. Embora abrangência seja ampla, o município ainda tem um percentual baixo, uma vez que os demais municípios capixabas estudados apresentaram, em 2000, valores entre 98 e 99%.

São apresentados no Quadro II.5.3.6-5, a seguir, os dados relativos ao acesso aos serviços de abastecimento de água, coleta de lixo urbano e energia elétrica.

Quadro II.5.3.6-5 - Acesso aos Serviços Básicos - Espírito Santo - 1991 e 2000.

MUNICÍPIOS	PERCENTUAL DE PESSOAS QUE VIVEM EM DOMICÍLIOS COM					
	ÁGUA ENCANADA		COLETA DE LIXO (URBANA)		ENERGIA ELÉTRICA	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Vitória	90,0	97,4	87,5	99,6	92,99	99,45
Vila Velha	91,5	96,4	82,4	96,2	99,1	99,83
Guarapari	86,1	96,1	49,0	85,4	96,13	99,27
Anchieta	84,2	96,4	73,1	97,2	90,22	97,43
Itapemirim	70,6	86,5	61,8	85,8	96,92	99,21
Marataízes	78,6	92,1	52,2	88,9	72,65	93,04
Piúma	87,7	94,6	68,0	96,1	94,41	98,02
Presidente Kennedy	52,7	77,7	45,3	76,3	99,45	99,83

Fonte: IPEA/PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

• ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A grande maioria da população residente nos municípios da Área de Influência dispunha em seus domicílios, no ano 2000, de água encanada, registrando-se uma ampliação desse serviço em comparação a 1991. Apenas em Armação dos Búzios e Cabo Frio, municípios com expressivo crescimento populacional no período, a proporção da população atendida foi menor em 2000. O mesmo ocorreu, em proporções menores, em São João da Barra. O município que registrou, em 2000, a menor proporção de população atendida foi São Francisco de Itabapoana, abrangendo cerca de 70% das pessoas. É de se destacar, no entanto, o notável incremento no atendimento já que, em 1991, apenas 48,5% da população dispunham, em seus domicílios, de água encanada, perfazendo, então, uma diferença de 22,4 pontos percentuais.

Em 9 dos 14 municípios estudados, os serviços de coleta de lixo nas áreas urbanas atendiam, em 2000, a mais de 90% da população. Nos 5 restantes, os

percentuais eram bem mais baixos. São eles: Araruama (78,8%), Carapebus (78,6%), Maricá (71,9%), São Francisco do Itabapoana (67,2%) e Saquarema (72,6%). Ressalta-se que estes municípios já apresentavam, em 1991, percentuais bem inferiores aos demais municípios, indo de 16,3% (em São Francisco do Itabapoana) a 30,3% (em Saquarema). Dessa forma, tendo em vista a diferença de pontos percentuais, pode-se dizer que o fornecimento de energia sofreu uma ampliação maior nestes municípios que nos outros 10 restantes.

Assim como ocorre com os outros indicadores, houve um avanço, durante a década de 1990, no atendimento à população no que se refere ao fornecimento de energia elétrica. Na maior parte dos municípios, o acesso à energia elétrica era facultado, em 2000, a mais de 98% da população, patamar que se situava em 95% em 1991. Novamente, destaca-se São Francisco de Itabapoana, que passou de cerca de 66% da população atendida em 1991 para 93% em 2000.

Os dados relacionados a esses serviços são apresentados no Quadro II.5.3.6-6, a seguir.

Quadro II.5.3.6-6 - Acesso aos Serviços Básicos - Rio de Janeiro - 1991 e 2000.

MUNICÍPIOS	PERCENTUAL DE PESSOAS QUE VIVEM EM DOMÍLIOS COM					
	ÁGUA ENCANADA		COLETA LIXO (URBANA)		ENERGIA ELÉTRICA	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Araruama	79,3	86,7	26,2	78,8	90,0	98,7
Armação dos Búzios	85,9	78,2	71,1	90,5	96,4	99,6
Arraial do Cabo	90,7	92,7	93,3	98,1	99,7	99,7
Cabo Frio	84,4	79,7	72,6	96,6	98,0	99,4
Campos dos Goytacazes	78,5	86,4	78,1	93,0	94,2	98,5
Carapebus	-	68,0	-	78,6	-	98,1
Casimiro de Abreu	84,6	96,5	69,9	90,7	95,6	97,7
Macaé	90,7	95,1	86,3	96,5	96,8	99,5
Maricá	80,7	88,9	27,4	71,9	97,5	99,2
Quissamã	66,6	85,0	73,8	93,7	92,0	98,8
São Francisco de Itabapoana	48,5	71,1	16,3	67,2	65,7	92,6
São João da Barra	86,5	85,6	80,9	94,6	95,3	97,5
Saquarema	78,5	86,5	30,3	72,6	92,4	98,7
Rio das Ostras	79,9	86,7	74,0	96,0	95,2	99,5

Fonte: IPEA/PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

II.5.3.6.3 - TRANSPORTES

II.5.3.6.3.1 - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

a) Rodoviário:

O sistema rodoviário dos municípios da Área de Influência capixaba é constituído por duas principais rodovias: a rodovia federal BR-101 e a estadual ES-60.

A BR-101 é uma das mais importantes rodovias do país que atravessa o território nacional de Norte a Sul, próximo ao litoral. O Estado do Espírito Santo é cruzado por esta rodovia no sentido longitudinal, passando por todas as regiões de governo da Área de Influência, promovendo a integração entre estas regiões.

Já a rodovia ES-60 segue em paralelo à BR-101, em uma linha mais a leste até Vila Velha, servindo como ligação entre o litoral sul e a região metropolitana da capital. Esta rodovia, conhecida como Rodovia do Sol, é muito importante para o turismo no Estado, uma vez que, seguindo pelo litoral, passa por vários municípios que exploram intensamente a atividade.

O serviço de transporte rodoviário público intermunicipal da Região Metropolitana é oferecido através do Sistema Transcol, gerenciado pela Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (CETURB-GV). A demanda por transporte intermunicipal nessa região é bastante grande, dado que grande parte da população se desloca diariamente de um município para outro, especialmente a trabalho e estudo. Outras cinco empresas comerciais oferecem linhas de ônibus para transporte interestadual e intermunicipal, cujo terminal é a Estação Rodoviária localizada em Vitória. Há ainda um Sistema Seletivo que dispõe de ônibus especiais de pequeno porte, com tarifas diferenciadas, que trafegam entre os municípios de Vitória e Vila Velha. Em função de seu caráter intermunicipal, é de responsabilidade do poder público estadual. Na Região Metropolitana, é o transporte rodoviário que atende a maior parte da demanda local.

Os demais municípios da Área de Influência dispõem de sistema de transporte de passageiros composto por linhas de ônibus locais, intermunicipais e estaduais, serviços de táxi nas sedes municipais e transporte escolar.

b) Ferroviário:

A Estrada de Ferro Vitória-Minas, EFVM, pertence à Companhia Vale do Rio Doce, CVRD, sendo integrante do Corredor de Transporte Centro-leste. É considerada uma das mais eficientes do mundo, tendo capacidade para transportar 100 milhões de toneladas/ano, o que representa 40% de toda a movimentação brasileira de carga ferroviária. Esta ferrovia, através de ramal de ligação com o Porto de Tubarão, opera as cargas de minério de ferro que vem de Minas Gerais, além de outras cargas de retorno.

A Estrada de Ferro Vitória-Minas atende, ainda, passageiros, dispondo de troncos nas cidades capixabas e mineiras localizadas em seu entorno. Sua estação central - a Estação Pedro Nolasco - localiza-se no Município de Cariacica, a poucos metros da saída da ponte que liga Vitória a Cariacica.

A ferrovia Centro-Atlântica S/A, malha Centro-Leste, antiga Superintendência Regional de Campos (SR-8) da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), é ligada ao cais do Paul, sendo usada basicamente para o transporte de cargas. Interliga o Estado ao centro sul do país, através da linha tronco Rio de Janeiro-Vitória. Nesta via, são transportados, principalmente: calcário, mármore, cimento e produtos siderúrgicos.

c) Aéreo:

Em Vitória, situa-se o Aeroporto Eurico Sales, no qual, segundo dados da Infraero, circularam em 2003 mais de 1,2 milhão de passageiros. Esse aeroporto é um dos 32 da rede Infraero que conta com um terminal de cargas internacional. Em maio de 99, entrou em operação a primeira linha internacional de cargas direto dos EUA (Miami) para Vitória, facilitando o trabalho de importação de mercadorias para o mercado capixaba. Hoje, operam regularmente em Vitória cinco freqüências semanais nesta rota.

Atualmente, em função da demanda, especialmente para exportação de frutas, o aeroporto está sendo ampliado, o que deverá categorizá-lo como um aeroporto internacional de cargas e de passageiros.

d) Marítimo:

No Município de Vitória, situa-se o Porto de Vitória, composto por 6 terminais, subdivididos em 13 berços de atracação, sendo alguns localizados em Vila Velha, relacionados a seguir:

- **Cais Comercial de Vitória:** constituído por quatro berços que operam especialmente bobina de papel, celulose, açúcar, granéis agrícolas e produtos siderúrgicos.
- **Cais de Capuaba:** composto por dois terminais, o Terminal de Vila Velha – TVV - com dois berços de atracação, operando a movimentação de *containers*, mármore, granito e cargas em geral e o Terminal Codesa, com dois berços que operam produtos agrícolas e cargas em geral.
- **Cais de Paul:** possui dois berços, sendo que, atualmente, um está arrendado à PEIÚ S/A para movimentação de granel sólido, e outro arrendado à CVRD, operando exclusivamente com ferro-gusa.
- **Terminal da Flexibrás:** utilizado para movimentação de embarcações de apoio às plataformas de petróleo, transportando especialmente tubos flexíveis. Tem capacidade para atracar navios de até 140 metros de comprimento.
- **Terminal de Granéis Líquidos:** operado pela Frannel e TA Distribuidoras de Petróleo, está destinado à movimentação de derivados de petróleo e álcool, podendo receber navios de até 162 m de comprimento.
- **Companhia Portuária Vila Velha (CPVV):** opera com cargas da indústria de extração e refino de petróleo, cargas em geral e contêineres, podendo atracar navios de até 250 metros de comprimento. É operacionalizado através de contrato de adesão com o Ministério dos Transportes.

O Porto de Tubarão, localizado em Vitória, é controlado pela Companhia Vale do Rio Doce, CVRD. A estrutura deste porto é formada por dois píeres para embarque de minério de ferro e *pellets*; um terminal de produtos diversos (TPD) para movimentação de contêineres, cargas em geral e granéis sólidos; um terminal para grãos; e um terminal pra granéis líquidos.

Na divisa entre os Municípios de Vitória e Serra está localizado o Porto de Praia Mole, próximo ao Porto de Tubarão, com dois terminais de uso exclusivo. O

primeiro é operacionalizado através de condomínio entre a Companhia Siderúrgica de Tubarão, CST, USIMINAS e AÇOMINAS, para produtos siderúrgicos, e o outro, pela Companhia Vale do Rio Doce, CVRD, para carvão mineral.

Além de vários terminais pesqueiros localizados no litoral sul do Espírito Santo, em Anchieta está localizado o Porto de Ubu, componente da infra-estrutura logística de transporte marítimo do Estado. O porto de Ubu, administrado pela Samarco Mineração S/A, possui 2 berços de atracação que exportam *pellets* de minério de ferro, estando, na atualidade, operando outros tipos de carga. A capacidade de carregamento por hora no Porto de Ubu é de 9 mil toneladas, podendo receber navios de até 150.000 TDW.

II.5.3.6.3.2 - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

a) Rodoviário:

As rodovias representam o principal meio de circulação de pessoas e mercadorias no Estado. Em 2003, a malha rodoviária principal, formada pelas rodovias federais e estaduais, somava 8,2 mil km. De acordo com a Fundação CIDE, deste total, 4,9 mil km (cerca de 60%) encontravam-se pavimentados, além de 592,40 km correspondentes a trechos já duplicados.

Os principais eixos viários do Estado são as rodovias federais BR-116, BR-040, BR-101, BR-356 e BR-393, assim como as estaduais RJ-106, RJ-116, RJ-145, RJ-155 e RJ-186.

O sistema rodoviário dos municípios da Área de Influência é formado pelas seguintes rodovias federais (principais): a BR-101; BR-120; BR-178 e a BR-356.

No Estado do Rio de Janeiro, a BR-101 desenvolve-se no sentido longitudinal, em duas direções – Sul e Norte, em relação à área central da cidade do Rio de Janeiro. O setor Sul inclui dois segmentos de grande importância regional: a Avenida Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, com características urbanas, e a Rodovia Rio-Santos. Essa última atravessa os Municípios de Itaguaí, Mangaratiba e Parati. O segmento Norte corta o território de Rio das Ostras, Macaé e Campos dos Goytacazes, atravessando as sedes municipais desses dois últimos municípios.

A BR-120 tem início na divisa entre Minas Gerais e Rio de Janeiro e interliga Cabo Frio e Arraial do Cabo.

Na região norte fluminense destacam-se as rodovias BR-178, que faz a ligação entre Macaé e Quissamã, através da RJ-196 e a BR-356, que faz a ligação entre os municípios de São João da Barra e Campos dos Goytacazes (BR-101).

Dentre as rodovias estaduais inseridas na Área de Influência, destacam-se: RJ-104 - Rodovia Amaral Peixoto, que inicia em Niterói e é o caminho para a Região das Baixadas Litorâneas (Região dos Lagos);

- RJ-106: Partindo de São Gonçalo, atravessa os Municípios de Saquarema, Araruama e Rio das Ostras, terminando na sede municipal de Macaé;
- RJ-102: Rodovia projetada para interligar a zona costeira de Niterói e dos demais municípios do litoral fluminense, até Arraial do Cabo. Denomina-se Estrada do Guriri entre Cabo Frio e Búzios;
- RJ-168: Liga Macaé à BR-101, em entroncamento bem próximo a Casimiro de Abreu;
- RJ-196: Faz a ligação da Cidade de Quissamã com a BR-101;
- RJ-224: Faz ligação de São Francisco de Itabapoana à BR-101;
- RJ-216: Liga Campos dos Goytacazes ao litoral (Cabo e Farol de São Tomé);
- RJ-155: Liga Angra dos Reis às Rodovias BR-101 e BR-494.

As rodovias RJ-104 e RJ-106 são as principais vias de acesso à região das Baixadas Litorâneas.

b) Ferroviário:

O Estado do Rio de Janeiro é atendido por ramais das malhas Sudeste e Centro-Leste de transporte ferroviário de cargas, cuja operação foi concedida, por um período de 30 anos, às empresas MRS Logística S/A e Ferrovia Centro-Atlântica S/A – FCA, respectivamente, vencedoras de licitações realizadas pela Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, em 1996.

No Estado do Rio de Janeiro, a rede da FCA inclui o Terminal de Marítima, no centro da cidade do Rio de Janeiro, e pátios ferroviários em Duque de Caxias, Campos dos Goytacazes e Paraíba do Sul. A linha-tronco Campos Elíseos – Campos dos Goytacazes atravessa os Municípios de Campos, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras e Casimiro de Abreu, transportando exclusivamente carga, especialmente derivados de petróleo.

c) Aéreo:

O Município de Cabo Frio possui Aeroporto Internacional, com pista de 1.700 m, funcionando desde 2001. Constitui-se na principal base aérea para onde convergem os turistas que demandam a região.

Em Campos dos Goytacazes, o principal equipamento aéreo é o Aeroporto Bartolomeu Lisandro, público e com pista de 1.554 m, caracterizando-se por um intenso tráfego. O município conta, ainda, no Farol de São Tomé, com uma pista de pouso não pavimentada com mais de 900 m e um heliporto particular, utilizado por empresas petrolíferas, para apoio às plataformas oceânicas.

O Município de Macaé dispõe de um aeroporto com pista de 1.200 m e outro equipamento utilizado exclusivamente pela PETROBRAS que faz, em média, 70 vôos diários. Esse último tem uma pista de 1.500 m de extensão, pavimentada, e sistema de radionavegação, com capacidade para receber aeronaves de médio porte.

O Aeroporto Humberto Modiano, localizado a 10 km do centro da sede municipal de Armação de Búzios, atende a demandas turísticas, operando especialmente nas rotas Búzios-Cabo Frio (Aeroporto Internacional de Cabo Frio), São Paulo, Rio de Janeiro (Santos Dumont) e Belo Horizonte. Além de abrigar vôos convencionais, o terminal é utilizado por aeronaves particulares.

d) Marítimo:

Destacam-se como principais equipamentos e terminais marítimos, nos municípios da Área de Influência: o Porto de Imbetiba e o Porto de Forno.

O Porto de Imbetiba está localizado no município de Macaé. Este porto é intensamente utilizado no transporte de passageiros e cargas entre o continente e as plataformas petrolíferas.

No Município de Arraial do Cabo, há o Porto do Forno, que é administrado pela Companhia Municipal de Administração Portuária (COMAP). As principais cargas são: sal, barrilha e granel sólido de sal (importado).

Deve-se ressaltar ainda, que, no Município de Cabo Frio, situa-se um dos principais portos de desembarque pesqueiro industrial do Estado do Rio de Janeiro.

II.5.3.6.4 - COMUNICAÇÕES

II.5.3.6.4.1 - ESPÍRITO SANTO

O Município de Vitória, capital estadual, detém o maior número de empresas de comunicação do Espírito Santo. Segundo dados da Agência de Notícias do Espírito Santo, funcionam na capital 5 emissoras de TV, 14 emissoras de rádio, 17 jornais e 23 revistas, que veiculam informações locais, nacionais e internacionais. A comunicação via internet é amplamente utilizada no município.

Os serviços de telefonia atendem amplamente à população da sede através dos sistemas fixo e móvel, sendo oferecido, em banda larga, o acesso à Internet.

Os demais municípios da Área de Influência dispõem de informações produzidas por empresas de comunicação locais, além de imprensa escrita, televisiva e radiofônica, captadas de emissoras da capital ou de outros municípios do Estado.

Conforme informações da Agência de Notícias do Espírito Santo, como próprios, o município de Anchieta possui dois jornais e uma revista; em Marataízes, há uma emissora de rádio e dois jornais, além de uma torre de recepção e transmissão de TV; no município de Piúma, existem três jornais locais e quatro repetidoras de TV; Presidente Kennedy e Itapemirim não dispõem de meios de comunicação próprios. Nesses últimos municípios, assim como nos outros, circulam jornais diários ou semanais do Espírito Santo, assim como de outros estados, especialmente do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, na época de veraneio.

No que se refere aos serviços de correios e telégrafos, há na área em estudo do Estado do Espírito Santo um total de 48 agências. No entanto, 18 estão situadas em Vitória e 13 no município de Vila Velha. Segundo dados da Empresa

de Correios e Telégrafos, ECT, em 2002, estavam instalados nos municípios as unidades relacionadas no Quadro II.5.3.6.-6, a seguir:

Quadro II.5.3.6-6 - Número de Agências de Correios no Espírito Santo em 2002.

MUNICÍPIO	NÚMERO DE AGÊNCIAS
Anchieta	1
Guarapari	3
Itapemirim	3
Marataízes	2
Piúma	1
Presidente Kennedy	1
Vila Velha	13
Vitória	18

Fonte: Empresa de Correios e Telégrafos – ECT.

A demanda por telefonia nos municípios da Área de Influência é atendida pelo sistema de telefonia fixa rural e residencial e telefones públicos. Destaca-se o Município de Marataízes, onde o sistema telefônico fixo tem capacidade para atender duas vezes à demanda local, dispondo também de sistema de telefonia celular e provedor de acesso à Internet.

II.5.3.6.4.2 - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A rede de comunicação existente nos municípios da Área de Influência do Rio de Janeiro foi identificada através da rede dos correios e do coeficiente de terminais telefônicos fixos privados e públicos por 100 habitantes disponibilizados pela Fundação CIDE.

No que se refere aos serviços de correios e telégrafos, há na área em estudo do Estado do Rio de Janeiro um total de 94 agências. Os municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana são os que possuem o maior número de agências entre os municípios em estudo, sendo 29 e 15 unidades, respectivamente. Segundo dados da Empresa de Correios e Telégrafos, ECT, em 2003, estavam instalados nos municípios as unidades relacionadas no Quadro II.5.3.6-7, a seguir:

Quadro II.5.3.6-7 - Nº. de agências de Correios na Área de Influência Fluminense em 2003.

Municípios	Número de Agências		
	próprias	outros	Total
RG Norte Fluminense			
São Francisco de Itabapoana	1	14	15
São João da Barra	1	5	6
Campos dos Goytacazes	4	25	29
Quissamã	1	0	1
Carapebus	0	1	1
Macaé	1	8	9
RG Baixadas Litorâneas			
Rio das Ostras	1	3	4
Casimiro de Abreu	2	2	4
Armação dos Búzios	1	1	2
Cabo Frio	1	4	5
Arraial do Cabo	1	0	1
Araruama	2	2	4
Squarema	1	4	5
Maricá	1	7	8

Fonte: Empresa de Correios e Telégrafos - ECT, 2003.

Os dados, apresentados no Quadro II.5.3.6.4.2.1, indicam não só uma correspondência entre o porte populacional dos municípios e a rede de comunicação disponibilizada, como, sobretudo, refletem o dinamismo econômico presente especialmente nos municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, na Região Norte Fluminense, e nos municípios de Cabo Frio e Armação dos Búzios.

II.5.3.6.5 - SEGURANÇA PÚBLICA

Os Estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro mantiveram, nesta última década, índices crescentes de violência cujas origens são, em sua essência, semelhantes às aquelas de todos os outros Estados Brasileiros que tiveram grande concentração populacional nos centros urbanos, carência de políticas sociais condizentes e desequilíbrio sócio-econômico.

Nos últimos anos, com a infiltração do crime organizado na estrutura do Estado, foi patrocinada uma sistemática degradação ética e material no aparelho estatal em todos os seus segmentos. No entanto, a área da Segurança Pública foi uma das mais afetadas. Ambos os estados sofreram intervenção federal na área de segurança e vêm se esforçando para implantar uma nova política de segurança pública e aparelhamento do sistema.

O Sistema Estadual de Segurança Pública do Espírito Santo ainda não dispõe de uma rede informatizada de dados, informações e registros criminais e nem mesmo de um aparato articulado de telecomunicações entre os Órgãos de Defesa Social, componentes da Secretaria de Segurança, a saber: Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e Departamento de Trânsito / DETRAN. Assim, as operações são fragmentadas e não-sincrônicas, sem planejamento estratégico, tático e operacional. O governo do Estado elaborou um Plano de Segurança Pública, no qual está revendo estas falhas e promovendo a implantação de diversos programas de segurança aliados a ações sociais na expectativa de melhorar a segurança para a população.

Apresentam-se, nos Quadros II.5.3.6-8 e II.5.3.6-9, a seguir, os principais equipamentos de segurança pública disponíveis nos municípios da área de influência.

Quadro II.5.3.6-8 - Equipamentos de segurança pública na All.

MUNICÍPIOS	EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
Vitória	1º Batalhão de Polícia Militar - Av. Maruípe, 2115, Maruípe CBOM - Corpo de Bombeiros da Polícia Militar – 1º BPM - Av. Mário Francisco de Brito, 100 - Enseada do Suá SPM - Superintendência de Polícia Metropolitana - Av. Nossa Senhora da Penha, 2290, Santa Luiza CPOM - Comando de Polícia Ostensiva Metropolitanano – Quartel do Comando Geral em Maruípe. DPJ - Av. Nossa Senhora da Penha, 2290, Santa Luiza BME – Batalhão de Operações Especiais
Anchieta	DP - R. Coronel Vitorino, s / n, Centro PI – Rua Presidente Vargas, 161. 3º BBM 2º Pelotão da 2ª Companhia Anchieta DPM de Iriri, pertencente ao 2º Pel.-2ª Cia DPM de Jabaquara pertencente ao 2º Pel.-2ª Cia.
Guarapari	10º BPM
Vila Velha	4º BPM
Piúma	DP - R. Apicá, s / n, Centro PI - Rodovia do Sol, s/n - Bairro Niterói 2ª Companhia do 10º BPM e 1º Pelotão da 2ª Companhia 3º BBM
Itapemirim	DP - R. Coronel Marcondes de Souza, 107, Centro PI - R. Coronel Marcondes de Souza, 107, Centro 3º BBM 9ª Cia Independente da PMES
Marataízes	9ª Cia Independente da PMES 3º BBM

MUNICÍPIOS	EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
Presidente Kennedy	DP - R. Olímpio P. Figueiredo , s/ n , Centro PI – R. Atília Vivacqua, Nº 79 – Centro DPM ligado à 2ª Companhia do 9º BPM 3º BBM
São Francisco de Itabapoana	3ª Companhia de Polícia de São Francisco de Itabapoana - Avenida Simão Mansur, s/n - Delegacia de Polícia Civil - Rua Joaquim da Mota Sobrinho 230
São João da Barra	Delegacia de Polícia - Avenida Rotary, s/nº
Campos dos Goytacazes	134ª DP de Campos – Rua Barão de Miracema, 231 - Centro 146ª DP de Campos - Rua Ilólito Sardinha, 271 - Guarus 5ª GBM - Corpo de Bombeiros - Av. Rui Barbosa, 1027 - Centro 8º BPM - Rua Ten. Coronel Cardoso, 200 - Centro Delegacia - 134ª DP - Rua Barão de Miracema, 231 - Centro Patrulha Rodoviária - Estr. do Contorno, s/nº -
Quissamã	Posto de Polícia Militar – DPO – Rua Barão de Vila Franca – Centro
Macaé	130ª Delegacia Policial de Macaé – Rua da Igualdade, 896 – Imbetiba Corpo de Bombeiros do Est. RJ – 9º Grupamento de Incêndio – Rua Alfredo Backer, 290 – Centro Delegacia de Polícia Federal – Rua Governador Roberto Silveira, 427 – Centro Guarda Municipal Praça Washigton Luiz, s/n.º - Polícia Marítima- Capitania dos Portos - Av. Elias Agostinho s/n.º - Imbetiba Polícia Militar do Est. RJ – 5ª CIPM – Estrada do Imburo, s/n.º - Barra de Macaé
Rio das Ostras	128ª DP - Av. Governador Roberto Silveira s/nº - Costa Azul Guarda Municipal - Praça Ayrton Senna da Silva, s/nº - Extensão do Bosque Polícia Militar - 5º CIPM (DPO) - Paç. Ayrton Senna da Silva, s/nº - Extensão do Bosque Posto Patrulha - PRO 5 - Rod. Amaral Peixoto, km 146 - Jardim Campomar
Armação dos Búzios	Delegacia da Rasa – Av. José Bento Ribeiro Dantas (Rua das Pedras) – Centro DPO do Centro – Praça Santos Dumont – Centro DPO Manguinhos – Est. José Bento Ribeiro Dantas – Manguinhos
Cabo Frio	126ª DP - Av. Teixeira e Sousa, 133 – Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro - Av. Nilo Peçanha, 256 – Centro - Polícia Militar – Rua Inglaterra, s/nº
Arraial do Cabo	Delegacia de Polícia – Rua Dom Pedro I, s/nº - Praia Grande Guarda Municipal – R. D. Pedro I, Pça. Castelo Branco – Centro Polícia Rodoviária – RJ 140
Maricá	82ª DP Maricá
Saquarema	124ª DP Saquarema
Araruama	
Casimiro de Abreu	121ª DP Casimiro de Abreu 32º BPM
Carapebus	Utiliza estrutura de Casimiro de Abreu.

Fonte: Fundação CIDE, 2007.

Com relação ao meio ambiente, em 1991, o Decreto Estadual nº 16.770 criou, no Estado do Rio de Janeiro, a Delegacia Móvel do Meio Ambiente - DMMA, unidade de polícia administrativa subordinada ao Departamento Geral de Investigações Criminais, da Secretaria de Estado da Polícia Civil, com atuação em toda a área territorial do Estado do Rio de Janeiro.

Atualmente a delegacia, passou a denominar Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente - DPMA. Entre as atribuições desta delegacia, estão: a investigação, prevenção, repressão e apuração das infrações penais lesivas ao Meio Ambiente, incluindo-se os atos lesivos à fauna, pesca, flora, poluição, ordenamento urbano e patrimônio cultural. Esta delegacia pode, para tanto, desenvolver programas, por iniciativa própria ou conjugadamente com organismos rurais e/ou entidades privadas, que objetivem a eliminação dos processos de poluição prejudiciais ao bem estar da comunidade, à sua saúde, segurança e outros pertinentes à proteção do meio ambiente.

No Estado do Espírito Santo, existe a Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, que funciona na sede do IEMA, localizado na BR 262, Km 0 – Jardim América – Cariacica. A seguir, o Quadro II.5.3.6.5.2 apresenta as áreas integradas de segurança pública, órgão e suas respectivas circunscrições no Estado do Rio de Janeiro.

Quadro II.5.3.6-9 - Áreas Integradas de Segurança Pública - AISP's, Órgãos Policiais e Respectivas Circunscrições - Rio de Janeiro

AISP'S	DELEGACIAS	BATALHÕES DA POLÍCIA MILITAR
AISP 8	134 ^a Campos	8º BPM
	141 ^a São Fidelis	
	145 ^a São João da Barra	
	146 ^a Guarus	
	147 ^a São Francisco de Itabapoana	
AISP 25	118 ^a Araruama	25º BPM
	124 ^a Saquarema	
	125 ^a São Pedro da Aldela	
	126 ^a Cabo Frio	
	127 ^a Búzios	
AISP 32	129 ^a Iguaba Grande	32º BPM
	121 ^a Casimiro de Abreu	
	122 ^a Conceição de Macabu	
	123 ^a Macaé	
	128 ^a Rio das Ostras	

Fonte: SESP, Instituto de Segurança Pública – ISP, 2007.

II.5.3.7– ESTRUTURA PRODUTIVA

A análise da estrutura produtiva dos municípios da Área de Influência foi elaborada com base no Produto Interno Bruto (PIB) municipal, por setores econômicos, na medida em que a contribuição dos setores econômicos para a formação do PIB permite identificar não só a estrutura econômica como também os setores que tem apresentado maior dinamismo em âmbito municipal.

Os dados para os municípios do Espírito Santo e do Rio de Janeiro têm como fontes, respectivamente, o Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (IPES) e a Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - Fundação CIDE, instituições governamentais responsáveis pelos dados e disseminação de informações em âmbito estadual.

A caracterização das atividades relacionadas direta ou indiretamente ao espaço marinho, notadamente a pesca e o turismo, e sua importância nos contextos econômicos da região em estudo e, especificamente, para os municípios da Área de Influência está descrita nos Itens II.5.3.11 – Lazer, Turismo e Cultura e II.5.3.16 – Caracterização da Atividade Pesqueira.

II.5.3.7.1 - PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB

II.5.3.7.1.1 - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Os principais destaques do PIB Municipal 2004 no Espírito Santo são, por um lado, um início na recuperação de participação da Agropecuária e, por outro, o avanço da Extrativa Mineral, não só pelo desenvolvimento na produção de petróleo e gás natural, mas também pela expansão da extração e beneficiamento de rochas, bastante visível a partir deste ano.

As duas atividades (Agropecuária e Extrativa Mineral) afetam mais a participação de municípios localizados no interior do Estado. Entretanto, dado que a estrutura econômica do ES é muito concentrada – os cinco maiores municípios representam em torno de 66% da economia estadual - ainda que alguns municípios do interior possam ter melhorado sua posição relativa de maneira pulverizada, isso não chegou a afetar a estrutura do Estado como um todo.

Em termos de colocação no ranking estadual, isto é, na estrutura de participação de cada município dentro do Estado, os cinco municípios que mais ganharam posição foram: Fundão (13 posições), Ecoporanga (12 posições), Governador Lindenberg (8 posições), Pinheiros, Presidente Kennedy e Vila Pavão (os três com ganho de 7 posições). As cinco maiores perdas de posto aconteceram nos municípios de Guaçuí (12 posições), Santa Teresa e Marataízes (ambos com 7 posições), São Roque do Canaã e Itarana (com 5 posições).

É necessário esclarecer que não há possibilidade metodológica de se calcular o crescimento real dos municípios. Dessa forma, considera-se que a melhor aproximação desse indicador é a variação do coeficiente de participação dos municípios na economia estadual. Neste caso, de 2004 em relação a 2003. Esse método indicaria que os municípios que mais aumentaram sua dimensão econômica dentro do Estado, através do aumento de seu coeficiente de participação foram os que mais cresceram e vice-versa, mas não é uma medida de crescimento real. Observa-se que essas variações, na maioria das vezes, são pequenas em termos absolutos, embora possam representar muito em termos proporcionais ou relativos, dependendo da dimensão econômica do município.

Nessa perspectiva, os municípios que mais ganharam participação foram Fundão, Ecoporanga, Pinheiros, Presidente Kennedy e Governador Lindenberg. E os que mais perderam foram: São Mateus, Aracruz, Itapemirim, Guaçuí e Piúma.

- **PIB DOS MUNICÍPIOS DA AII- ES**

Em 2004, o PIB total dos municípios em estudo respondia por cerca de 42% do PIB total do Estado do Espírito Santo, com um total de R\$ 14.576.229. Em relação aos setores econômicos, o conjunto dos municípios em estudo segue o padrão econômico do Estado, com o setor primário respondendo por menos de 4,5%, o secundário por 31% e o terciário por 43% na composição do PIB total da AII.

Quadro II.5.3.7-1 – PIB total e por setor econômico Estado, Município e All – ES-2004.

Estado, Município e All	Primário	%	Secundário	%	Terciário	%	PIB total	% dos Municípios da All do PIB total
Estado	1.470.846,79	4	12.940.387,51	38	14.983.655,60	43	34.487.904,52	100
Anchieta	11.163,21	1	775.182,51	73	259.089,41	25	1.057.385,57	3
Guarapari	14.548,57	3	116.770,44	23	368.172,00	74	498.961,77	1
Itapemirim	13.730,00	7	92.163,32	44	98.033,16	47	209.869,94	1
Marataízes	9.492,55	8	18.881,55	15	99.392,18	79	126.237,76	0
Piúma	996,92	1	12.571,52	17	58.597,90	80	72.905,72	0
Presidente Kennedy	14.240,51	10	90.551,04	64	37.276,95	26	141.580,02	0
Vila Velha	1.786,03	0	1.024.684,95	32	1.558.725,26	49	3.199.159,31	9
Vitória	0,00	0	2.458.506,03	27	3.855.888,91	42	9.270.129,35	27
Total da All	65.958	0	4.589.311	31	6.335.176	43	14.576.229	42

Fonte: IBGE, 2007.

Entre os municípios da Região Metropolitana em estudo, destaca-se Vitória, capital do Estado, como principal centro de negócios regional e estadual. Verifica-se a forte presença do setor terciário na composição dos PIBs municipais, contribuindo com cerca de 42% do total. Além de servir de apoio à economia urbano-industrial da Grande Vitória, esse setor é fortemente dinamizado pelas atividades de petróleo e gás natural, pelos serviços na área de comércio exterior e distribuição de produtos em larga escala.

Importantes indústrias localizam-se na região, destacando-se, principalmente, em Vitória, as usinas de pelletização de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce, fazendo com que o setor secundário tenha uma participação importante na economia regional e na conformação do respectivo PIB municipal, respondendo por 27% do PIB.

A participação do setor primário na composição do PIB é extremamente reduzida entre os municípios da Região Metropolitana. O setor primário tem maior expressão no município de Guarapari, participando com cerca de 3% do PIB municipal.

Nos municípios da Região Metropolitana Expandida Sul, considerando-se a participação dos setores econômicos na formação do PIB municipal, verificam-se situações diferenciadas.

Em Anchieta, destaca-se a participação do setor secundário - cerca de 73% do PIB do município, sendo a indústria de transformação a principal contribuinte.

A Samarco Mineração S.A. é principal produtora de minério de ferro aglomerado do Estado. A empresa possui porto próprio - Terminal Marítimo de Ponta de Ubu, destinado à exportação do minério, cujo principal importador é a China. Esse terminal integra o complexo portuário do Espírito Santo. De acordo com dados do IBGE, em 2004, o município de Anchieta participava com cerca de 3% no PIB total do Estado do Espírito Santo. Desse modo, a participação do setor terciário na composição do PIB é a menor entre todos os municípios da Área de Influência da região - apenas 25%.

Em todos os demais municípios da região, é o setor de comércio e serviços que mais contribui na composição dos respectivos PIBs municipais. Em Marataízes e Piúma, essa participação é superior a 75% e, em Itapemirim, é de aproximadamente 47%. Destaca-se que, em Marataízes, a principal atividade econômica é o turismo, à qual se vinculam as atividades do setor.

O setor secundário, principalmente as atividades industriais, tem participação relativa importante, principalmente em Itapemirim e Presidente Kennedy, participando com 44% e 64%, respectivamente, no total dos PIBs municipais. Em Itapemirim, no distrito de Itaipava, destaca-se a indústria de pesca Atum do Brasil Ltda., dedicada ao beneficiamento e comercialização do pescado da região para os mercados interno e externo.

A participação do setor agropecuário na composição do PIB dos municípios da região é pouco significativa, variando entre 1%, em Piúma, e 8%, em Marataízes, sendo que apenas nesse último município a produção agropecuária ganha alguma expressão, cujos produtos mais significativos são a cana-de-açúcar e a pecuária leiteira.

Entre os municípios em estudo, Presidente Kennedy vem apresentando maior dinamismo econômico. Num período de cinco anos, observa-se uma alteração significativa na participação dos setores econômicos. Em 2000, o setor terciário respondia por 61,4%, as atividades agropecuárias contribuíam com cerca de 32% na composição do PIB e o setor secundário contribuía apenas com 7%. De acordo com os dados do IBGE, em 2004, o setor primário respondia por 10%, o secundário com 64% e o terciário com apenas 26% na composição do PIB municipal. O aumento significativo do setor secundário é devido às novas descobertas de reservatórios de óleo e gás na costa do município. O aumento do

setor primário é devido a novas políticas de investimento no setor agropecuário, em especial na fruticultura.

- **PIB PER CAPITA – AII/ES**

A variável PIB municipal per capita é analisada com o objetivo de entender a distribuição da riqueza gerada no município por seus habitantes. Contudo, como apenas divide pela população toda a renda gerada no município, observando somente esta variável, não é possível verificar se esta renda é distribuída equivalentemente, atingindo assim toda a população. Este índice considera desta forma, apenas a dimensão econômica do desenvolvimento, não auferindo o grau de apropriação e/ou concentração de renda dos municípios em estudo.

De acordo com os dados do IBGE/2004, Vitória, a capital, possui o maior PIB do Estado e, embora populosa em termos de ES, sua densidade é limitada pela questão natural de espaço físico na ilha, o que faz com que tenha uma densidade populacional inferior à da maioria das capitais. Por sua boa performance, mas também por essa limitação físico-geográfica, o município configurou-se como a capital com maior renda per capita do País entre 1999 e 2003. Em 2004, confirmou-se como a capital brasileira com maior renda per capita, chegando a R\$ 29.951,00 per capita, no ano.

O Quadro II.5.3.7.2 apresenta os valores de PIB per capita para os municípios da Área de Influência capixaba.

Quadro II.5.3.7.2 – PIB total, População e PIB per capita – Estado, município e AII – 2004.

Estados, Municípios e AII	PIB	População	PIB per Capita
Estado	34.487.904,52	3.352.024,00	10.288,68
Anchieta	1.057.385,57	21.352,00	49.521,62
Guarapari	498.961,77	102.089,00	4.887,52
Itapemirim	209.869,94	31.334,00	6.697,83
Marataízes	126.237,76	34.692,00	3.638,82
Piúma	72.905,72	17.838,00	4.087,10
Presidente Kennedy	141.580,02	9.618,00	14.720,32
Vila Velha	3.199.159,31	387.204,00	8.262,21
Vitória	9.270.129,35	309.507,00	29.951,28
Total da AII	14.576.229,43	913.634,00	15.954,12

Fonte: IBGE,2007.

- **Estrutura do Emprego – All/ES**

A estrutura de empregos gerados na área em estudo foi elaborada a partir dos dados do MTE, referentes ao período de novembro de 2004 e outubro de 2005. Para tanto, foram consideradas as atividades que mais admitiram e desligaram no período.

Nos municípios da Região Metropolitana, as atividades do mercado formal de trabalho que mais empregaram no período vinculam-se ao setor comercial e de serviços que, em sua maioria, não exigem qualificação, habilitação ou escolaridade específica. O saldo entre admitidos e desligados nessas atividades foi positivo em Vitória e Vila Velha, conforme pode ser verificado no Quadro II.5.3.7-3, apresentado a seguir.

Quadro II.5.3.7-3 - Atividades que mais Empregaram entre 10/2004 a 09/2005 – Região Metropolitana/ES.

ATIVIDADES	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO
VITÓRIA			
Vendedor de comércio varejista	4.533	4.063	470
Auxiliar de escritório, em geral	4.395	3.534	861
Servente de obras	4.095	3.174	921
Faxineiro	1.868	1.347	521
Assistente Administrativo	1.540	1.192	348
Cozinheiro geral	1.350	781	569
Pedreiro	1.317	1.178	139
Atendente de lanchonete	1.309	1.150	159
VILA VELHA			
Vendedor de comércio varejista	3.370	3.149	221
Operador de telemarketing receptivo	2.596	1.421	1.175
Servente de obras	2.044	1.621	423
Auxiliar de escritório, em geral	1.570	1.306	264
Faxineiro	912	720	192
Pedreiro	810	712	98
Operador de caixa	668	652	16
Atendente de lanchonete	591	502	89
GUARAPARI			
Vendedor de comércio varejista	691	633	58
Servente de obras	383	260	123
Auxiliar de escritório, em geral	374	227	147
Garçom	362	370	-8
Pedreiro	232	219	13
Faxineiro	222	221	1
Agente de segurança	195	183	12
Cozinheiro geral	153	162	-9

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED.

Os municípios da Região Metropolitana Expandida Sul apresentam características diferenciadas. Em Anchieta, o setor industrial e o setor de serviços associados apresentaram maior empregabilidade no mercado de trabalho, assim como no município de Píuma, onde o setor comercial e de serviços foi o principal empregador. Em Itapemirim e Marataízes, o setor primário foi o principal empregador. Entre as atividades, destaca-se a produção de cana-de-açúcar que, apesar de sua sazonalidade, foi responsável por 1.178 postos de trabalho no município de Itapemirim e por 1.196 desligamentos no período de nov-2005 a out/2006. Os dados referentes às atividades que mais empregaram no período estudado são apresentados nos Quadro II.5.3.7-4, a seguir.

Quadro II.5.3.7-4 - Atividades que mais Empregaram entre 10/2004 a 09/2005 – Região Expandida Sul/ES.

ATIVIDADES	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO
ANCHIETA			
Preparador de estruturas metálicas	363	368	- 5
Carregador	318	233	85
Trabalhador manutenção edif. e logradouros	216	209	7
Servente de obras	209	118	91
Soldador	190	200	- 10
Mecânico manutenção de máquinas	155	151	4
Caldeireiro (chapas de ferro e aço)	75	75	0
Faxineiro	74	45	29
PIÚMA			
Vendedor de comércio varejista	76	72	4
Servente de obras	22	10	12
Cozinheiro geral	17	11	6
Frentista	14	9	5
Auxiliar de escritório em geral	11	7	4
Motorista de caminhão	10	13	- 3
Pedreiro	9	7	2
Motorista de ônibus urbano	9	3	6
ITAPEMIRIM			
Trabalhador da cultura de cana de açúcar	1.178	1.196	- 18
Trabalhador agropecuário em geral	73	42	31
Servente de obras	71	56	15
Vendedor de comércio varejista	63	53	10
Estivador	57	42	15
Tratorista agrícola	49	51	- 2
Oleiro (fabricação de tijolos)	46	36	10
Zelador de edifício	40	21	19
MARATAÍZES			
Trabalhador da cultura de cana de açúcar	87	58	29
Faxineiro	47	44	3
Vendedor de comércio varejista	42	38	4
Técnico de alimentos	30	14	16

Auxiliar de escritório, em geral	22	20	2
Servente de obras	15	19	- 4
Cobrador de transportes coletivos	15	12	3
Motorista de ônibus urbano	14	6	8

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED.

Em Presidente Kennedy, município pertencente à Região Pólo Cachoeiro, onde predomina a população rural sobre a urbana, o setor agropecuário é o principal responsável pelo pessoal ocupado no município, predominando as atividades relacionadas à lavoura de cana-de-açúcar, pecuária de corte e demais atividades do setor agropecuário, como pode ser observado no Quadro II.5.3.7-5.

Quadro II.5.3.7-5 - Atividades que mais empregaram entre 10/2004 a 09/2005 – Presidente Kennedy/ES.

ATIVIDADES	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO
Trabalhador agropecuário em geral	36	25	11
Trabalhador da cultura de cana de açúcar	34	11	23
Trabalhador da pecuária (bovinos de corte)	14	7	7
Oleiro (fabricação de tijolos)	6	2	4
Repositor de mercadorias	2	0	2
Escriturário de banco	2	0	2
Motorista de carro passeio	2	0	2
Trabalhador da pecuária polivalente	2	3	-1

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED.

II.5.3.7.1.2 – ESTADO DO RIO DE JANEIRO

No Estado do Rio de Janeiro, a indústria é o setor mais importante da economia. O PIB de seus quatro subsetores – extrativo, transformação, construção e serviços de utilidade pública - representou, em 2002, cerca da metade do PIB do Rio de Janeiro. Na indústria nacional, o peso de 40,1% no total do PIB é quase 10 pontos percentuais inferiores.

Em 2004, a produção industrial do Estado do Rio de Janeiro cresceu 2,4%, segundo dados do IBGE, contrastando com os 8,3% de crescimento verificado no Brasil. O desempenho dos principais segmentos industriais foi heterogêneo nos últimos anos. A indústria de transformação cresceu 3,8%, o segundo resultado positivo dos últimos 10 anos. Já a indústria extrativa registrou variação de -3,6%, a primeira taxa negativa desde 1992. Considerando-se a série de produção industrial, reconstituída pelo IBGE desde 1991, esta é a primeira vez em que o

crescimento da produção da indústria de transformação supera o da indústria extrativa.

Em 2004, o PIB total dos municípios em estudo respondia por cerca de 31% do PIB total do Estado do Rio de Janeiro, com um total de R\$ 68.018.734,55. Em relação aos setores econômicos, o conjunto dos municípios em estudo tem no setor secundário o principal contribuinte do PIB, participando com cerca de 90%, o setor terciário participa com 9% e o primário, com apenas 1% na composição do PIB total da AII. A predominância do setor secundário deve-se à produção de petróleo e gás natural da Bacia de Campos, principal área produtora do país. O município de Campos dos Goytacazes contribui sozinho, com cerca de 10% do valor total do PIB do Estado.

Quadro II.5.3.7-6 – PIB total e por setor econômico Estado, Município e AII/ RJ -2004.

Estado, Municípios e AII	Primário	%	Secundário	%	Terciário	%	PIB Total	% dos municípios do PIB total
Estado	1.200.939,66	1%	114.216.229,06	51%	93.879.080,01	42%	222.563.502,61	100%
Araruama	25.231,26	4%	161.605,19	27%	422.156,67	70%	603.693,96	0%
Armação dos Búzios	453,25	0%	2.309.639,57	93%	168.635,39	7%	2.481.179,13	1%
Arraial do Cabo	0,00	0%	90.414,19	42%	123.810,20	58%	214.836,27	0%
Cabo Frio	6.711,65	0%	5.688.623,25	88%	774.122,65	12%	6.474.298,40	3%
Carapebus	9.945,78	1%	1.602.851,58	96%	52.587,44	3%	1.665.712,41	1%
Campos dos Goytacazes	113.525,22	1%	19.309.112,72	90%	1.920.719,90	9%	21.345.643,93	10%
Casimiro de Abreu	6.896,46	0%	1.944.243,54	93%	130.011,22	6%	2.080.201,49	1%
Macaé	18.697,47	0%	16.697.111,71	91%	1.285.590,17	7%	18.339.126,54	8%
Maricá	3.894,55	1%	181.472,54	30%	422.530,55	70%	605.966,86	0%
Quissamã	21.560,41	1%	3.418.131,75	97%	102.070,81	3%	3.541.951,49	2%
São Francisco de Itabapoana	106.843,22	35%	29.498,69	10%	165.877,04	55%	301.429,77	0%
São João da Barra	16.591,14	1%	2.400.026,71	94%	133.384,83	5%	2.550.017,08	1%
Saquarema	14.995,45	4%	89.810,64	24%	271.171,41	73%	372.013,66	0%
Rio das Ostras	3.621,37	0%	7.147.015,24	96%	287.168,09	4%	7.442.663,56	3%
Total AII	348.967,22	1%	61.069.557,31	90%	6.259.836,38	9%	68.018.734,55	31%

Fonte: IBGE, 2007.

Essa predominância do setor secundário é mais expressiva em Quissamã, Carapebus e Rio das Ostras, cujas participações são superiores a 95%, sendo menos expressiva em São Francisco de Itabapoana, com 10%. Destaca-se que, em 2004, o PIB do setor secundário apresentava participações importantes -

acima de 85% - em Cabo Frio, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Campos dos Goytacazes e São João da Barra.

A contribuição do setor primário na conformação do PIB municipal é pouco expressiva, variando entre 0% e 4% do valor total. Apenas no município de São Francisco de Itabapoana o setor primário é expressivo, participando com 35% na conformação do PIB total.

Embora o setor secundário supere o terciário em volume financeiro, o setor terciário é de grande importância socioeconômica para os municípios da Baixada Litorânea. Pois, além de produtores de petróleo, a principal característica cultural destes municípios é a de ser o principal pólo turístico do Estado. De um modo geral, a contribuição do setor terciário na composição dos PIB municipais varia entre 3% e 73%, sendo menos expressivo em Carapebus e apresentando maior importância no município de Saquarema.

A participação do setor primário na composição do PIB dos municípios da região das Baixadas Litorâneas é bastante reduzida, inferior a 2,5%.

- **PIB PER CAPITA – AII/RJ**

Em relação ao PIB per capita, os dados do IBGE/2004 apontam Quissamã como o município com maior PIB per capita da área em estudo, com um valor da ordem de R\$ 232.212 reais, seguido pelo município de Carapebus com R\$ 167.391 reais. O setor petrolífero foi o principal responsável pela elevação.

Saquarema foi o município que apresentou o menor PIB per capita da área em estudo, com um valor de R\$ 6.206,64, seguido do município de Araruama, com R\$ 6.354,47.

Nota-se que, à exceção dos municípios que apresentaram os valores per capita mais baixos, o PIB per capita da AII (R\$ 56.972,84) e dos municípios em estudo está muito acima da média per capita do Estado, que apresentou, em 2004, um PIB per capita no valor de R\$14.638,72, como é demonstrado no Quadro II.5.3.7-7 abaixo:

Quadro II.5.3.7-7 – PIB total, População e PIB per capita – Estado, município e All – 2004.

Estado, Municípios e All	PIB total	População	PIB per Capita
Estado	222.563.502,61	15.203.750,00	14.638,72
Araruama	603.693,96	95.003,00	6.354,47
Armação dos Búzios	2.481.179,13	22.140,00	112.067,71
Arraial do Cabo	214.836,27	25.935,00	8.283,64
Cabo Frio	6.474.298,40	153.735,00	42.113,37
Carapebus	1.665.712,41	9.951,00	167.391,46
Campos dos Goytacazes	21.345.643,93	422.731,00	50.494,63
Casimiro de Abreu	2.080.201,49	25.502,00	81.570,13
Macaé	18.339.126,54	152.063,00	120.602,16
Maricá	605.966,86	92.227,00	6.570,39
Quissamã	3.541.951,49	15.319,00	231.212,97
São Francisco de Itabapoana	301.429,77	45.140,00	6.677,66
São João da Barra	2.550.017,08	28.441,00	89.659,90
Saquarema	372.013,66	59.938,00	6.206,64
Rio das Ostras	7.442.663,56	45.755,00	162.663,39
Total All	68.018.734,55	1.193.880,00	56.972,84

Fonte: IBGE, 2007.

Deve-se considerar que o alto PIB per capita apresentado pelos municípios em estudo ocorre em função de uma combinação de dois fatores: elevadas parcelas de *royalties* do petróleo e baixa concentração de população. Um bom exemplo dessa combinação são os resultados do município de Quissamã.

É importante ressaltar que nem toda a renda produzida dentro do município é efetivamente apropriada pela população residente. A variável PIB municipal per capita é a divisão da renda gerada no município pela população total, não sendo possível verificar se esta renda é distribuída equivalentemente, atingindo assim toda a população. Desta forma, este índice considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento, não auferindo o grau de apropriação e/ou concentração de renda dos municípios em estudo. Como é o caso dos municípios beneficiados por *royalties* das atividades de petróleo e gás natural, os quais possuem um PIB alto e, maior parte das famílias residentes com renda de até 3,5 salários mínimos (R\$1.225,00). Valor este, bem inferior ao valor atribuído ao PIB per capita dos municípios em estudo.

- **Estrutura do Emprego na AII/RJ**

A análise do emprego nos municípios da Área de Influência foi realizada com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Esses dados, desagregados por setor econômico, permitem verificar as atividades que têm apresentado maior dinamismo e oferecem oportunidades de emprego nos municípios.

Para a avaliação da dinâmica de emprego nos municípios da Área de Influência foram utilizados dois tipos de dados: o número de admitidos e desligados, e respectivos saldos, para os anos de 2002 e 2003, e as atividades com maior número de admissões no período entre maio de 2004 e junho de 2005. Merece registro novamente o fato de que esses dados abrangem apenas o emprego formal, registrado, com carteira assinada. Toda a ocupação no mercado informal que tem, nas últimas décadas, assumido grande importância no mercado de trabalho no país, carece de dados consistentes, impossibilitando uma análise.

Nos municípios da Região Norte, o dinamismo no mercado de trabalho, com exceção de Macaé - onde uma das principais atividades econômicas está ligada à extração do petróleo (ver no quadro das atividades que mais empregam para o município de Macaé a presença significativa da função de taifeiro, característica da demanda do setor petrolífero) - e, em menor escala, Quissamã, é dado pelo setor agropecuário ou agroindustrial. Verifica-se, ainda, que na grande maioria das atividades houve, no período, saldo positivo, registrando-se uma desaceleração no mercado de trabalho apenas em atividades sazonais - trabalhador da cultura de cana-de-açúcar em Campos dos Goytacazes e serventes de obras em Campos dos Goytacazes e Quissamã, como pode ser identificado no Quadro II.5.3.7-8, apresentado a seguir.

Quadro II.5.3.7-8 - Atividades que mais Empregaram entre 10/2004 a 09/2005 – Região Norte Fluminense/RJ.

ATIVIDADES	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO
CAMPOS			
Trabalhador da cultura de cana-de-açúcar	4.624	4.724	- 100
Trabalhador agropecuário em geral	2.746	20242	504
Vendedor de comércio varejista	1.997	1.785	212
Servente de obras	1.542	1.847	- 305
Auxiliar de escritório, em geral	951	845	106
Recepcionista, em geral	695	282	413
Oleiro (fabricação de tijolos)	652	610	42
Faxineiro	649	515	134
MACAÉ			
Servente de obras	1.680	1.609	71
Vendedor de comércio varejista	1.511	1.392	119
Auxiliar de escritório, em geral	1.377	1.269	108
Operador de telemarketing receptivo	1.359	942	417
Trabalhador da manutenção de edificações	744	537	207
Faxineiro	695	592	103
Assistente administrativo	638	542	96
Taifeiro	612	425	187
QUISSAMÃ			
Servente de obras	95	183	- 88
Trabalhador agropecuário em geral	33	23	10
Pedreiro	24	10	14
Trabalhador da manutenção de edificações	19	8	11
Instalador de tubulações	17	63	- 46
Auxiliar de escritório, em geral	16	25	-9
Guarda Civil Municipal	14	3	11
Soldador	11	12	- 1
SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA			
Trabalhador agropecuário em geral	283	53	230
Trabalhador da cultura de cana de açúcar	270	116	154
Vendedor de comércio varejista	57	30	27
Trabalhador da manutenção de edificações	34	19	15
Motorista de caminhão	27	16	11
Auxiliar de escritório, em geral	24	16	8

SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA			
Operador de caixa	22	8	14
Frentista	14	16	-2
SÃO JOÃO DA BARRA			
Operador equipamentos refinação de açúcar	184	161	23
Gari	116	38	78
Vendedor de comércio varejista	77	55	22
Motorista de caminhão	37	31	6
Trabalhador agropecuário em geral	33	33	0
Oleiro (fabricação de tijolos)	31	24	7
Empregado doméstico nos serviços gerais	27	20	7
Auxiliar de escritório, em geral	27	23	4
CARAPEBUS			
Porteiro de edifícios	15	2	13
Trabalhador da manutenção de edificações	8	6	2
Vendedor de comércio varejista	6	3	3
Frentista	5	2	3
Trabalhador agropecuário em geral	3	3	0
Motorista de carro de passeio	3	2	1
Atendente de farmácia balconista	2	0	2
Padeiro	2	1	1

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED.

Nos municípios da Baixada Litorânea, a atividade turística imprime a característica do mercado de trabalho, através do dinamismo de uma ampla gama de atividades vinculadas ao atendimento à clientela, à prestação de serviços, à manutenção e limpeza, situação que é evidente principalmente em Armação dos Búzios.

Merece destaque ainda, na maioria dos municípios, a ocupação na construção civil (servente de obras e pedreiro), indicando o dinamismo do setor impulsionado pelo expressivo crescimento populacional da região.

A ocupação no setor primário é inexpressiva na região, identificando-se, apenas em Cabo Frio, o emprego na atividade de cana-de-açúcar. No período, essa ocupação registrou saldo positivo, situação similar à da grande maioria das atividades desenvolvidas na região, como pode ser verificado no Quadro II.5.3.7-9, apresentado a seguir.

Quadro II.5.3.7-9 - Atividades que mais Empregaram entre 10/2004 a 09/2005 – Região das Baixadas Litorâneas/ES.

ATIVIDADES	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO
ARMAÇÃO DOS BÚZIOS			
Vendedor de comércio varejista	361	326	35
Camareiro de hotel	225	186	39
Garçom	173	152	21
Cozinheiro geral	144	133	11
Auxiliar de escritório, em geral	131	119	12
Recepcionista de hotel	98	84	14
Operador de caixa	96	73	23
Trabalhador da manutenção de edificações	96	57	39
ARRAIAL DO CABO			
Operador de caixa	104	89	15
Vendedor de comércio varejista	79	69	10
Servente de obras	56	43	13
Faxineiro	43	23	20
Repositor de mercadorias	34	28	6
Atendente de lanchonete	27	24	3
Auxiliar de escritório, em geral	26	18	8
Pedreiro de edificações	25	15	10
CABO FRIO			
Vendedor de comércio varejista	1.440	1.259	181
Trabalhador da cultura de cana de açúcar	789	635	154
Servente de obras	572	499	73
Auxiliar de escritório, em geral	529	431	98
Faxineiro	503	273	230
Operador de caixa	429	320	109
Atendente de lanchonete	299	355	- 56
Trabalhador da manutenção de edificações	241	275	- 34
RIO DAS OSTRAS			
Faxineiro	523	348	175
Vendedor de comércio varejista	415	334	81
Servente de obras	240	300	- 60
Auxiliar de escritório, em geral	133	115	18

RIO DAS OSTRAS			
Trabalhador da manutenção de edificações	127	103	24
Operador de caixa	120	107	13
Atendente de lanchonete	96	108	- 12
Pedreiro	75	87	- 12
CASIMIRO DE ABREU			
Servente de obras	153	162	- 9
Auxiliar de pessoal	152	46	106
Vendedor de comércio varejista	145	131	14
Caldeireiro (chapas de ferro e aço)	110	50	60
Faxineiro	87	24	63
Auxiliar de escritório, em geral	80	62	18
Trabalhador da manutenção de edificações	75	24	51
Pedreiro	61	87	- 26
ARARUAMA			
Vendedor de comércio varejista	602	480	122
Servente de obras	473	645	- 172
Trabalhador da manutenção de edificações	216	115	101
Faxineiro	170	106	64
Auxiliar de escritório, em geral	165	149	16
Operador de caixa	144	107	37
Vigia	115	111	4
Motorista de caminhão (rotas reg. e intern.)	88	94	-6
SAQUAREMA			
Vendedor de comércio varejista	438	332	106
Promotor de vendas	155	30	125
Serviços manutenção de edifícios/logradouros	102	77	25
Operador de caixa	94	57	37
Trabalhador da manutenção de edificações	86	66	20
Auxiliar de escritório, em geral	79	54	25
Repositor de mercadorias	61	43	18
Motorista de caminhão (rotas reg. e intern.)	55	34	21
MARICÁ			
Vendedor de comércio varejista	212	168	44
Alimentador de linha de produção	162	117	45
Trabalhador da manutenção de edificações	130	103	27

MARICÁ			
Repositor de mercadorias	102	83	19
Operador de caixa	100	101	-1
Auxiliar de escritório, em geral	86	72	14
Servente de obras	71	71	0
Faxineiro	66	53	13

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED.

II.5.3.7.3 – PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS

As atividades de produção de campos de petróleo e gás natural são passíveis de pagamentos de *royalties*. No caso das atividades do setor de petróleo, os *royalties* do petróleo são uma compensação financeira devida ao Estado pelas empresas que produzem petróleo e gás natural. É uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos, que são escassos e não renováveis (ANP, 2001). Este pagamento é feito mensalmente. A distribuição das participações governamentais é regida pela Lei 9.478/ 97 denominada de “Lei do Petróleo”.

“*Royalties*” é o nome comumente empregado para o que o Estado brasileiro denominou de participações governamentais. De acordo com a “Lei do Petróleo”, as participações governamentais envolvem os seguintes pagamentos: bônus de assinatura, participação especial e pagamento pela ocupação ou retenção de área.

Os valores a serem pagos são estimados a partir do volume e da qualidade do petróleo e do gás natural produzidos pelo campo. Outras variáveis provenientes do desenvolvimento e da produção de cada campo também são consideradas no momento de estipular os valores a serem pagos.

Os valores a serem pagos a cada beneficiário são fornecidos pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, do Gás Natural e dos B combustíveis) e distribuídos pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda. O Tesouro passa o dinheiro para o Banco do Brasil, que transfere diretamente para a conta dos Governos dos estados e das prefeituras. O percentual do valor a ser pago aos beneficiários está previsto na alínea B, inciso II, do artigo 49 da Lei 9.478/ 97. Dentre os beneficiários das parcelas a serem pagas, destacam-se:

- Estados confrontantes ao poço;
- Municípios confrontantes aos poços e ao campo de produção;
- Municípios que possuem instalações de apoio aos empreendimentos;
- Comando da marinha;
- União: Ministérios da Fazenda e Ciência e Tecnologia:

No caso dos municípios confrontantes às áreas de produção, estas são determinadas pelas linhas limítrofes territoriais. A distribuição dos valores a serem pagos para os municípios confrontantes será de 30% quando a alíquota for definida em 5% (Decreto 01/91) e de 22,5% quando a alíquota for definida acima deste valor até os 10% previstos (Lei 9.478/97). Para os municípios que possuem instalações de apoio aos empreendimentos previstos, a distribuição será de 10% e 7,5%, respectivamente.

Estas receitas são de extrema importância, pois vêm promovendo a melhoria da situação financeira não só nos Estados produtores, como também de grande parcela dos municípios, que vêm se beneficiando dos maciços investimentos da indústria de petróleo e gás, decorrentes do aumento da produção e das reservas identificadas. Como, por exemplo, a economia dos municípios fluminenses, onde a maior parte da arrecadação municipal é oriunda da distribuição de *royalties*.

De acordo com as análises preliminares dos Projetos de Desenvolvimento Integrado da Produção e Escoamento na Área Denominada Parque das Baleias e no Campo de Catuá, e considerando os critérios de um modo geral, estima-se que sejam os principais beneficiários os seguintes Estados e municípios indicados no Quadro II.5.3.7-10 a seguir:

Quadro II.5.3.7-10 – *Análise preliminar dos beneficiários na distribuição das participações governamentais do Projeto de Desenvolvimento Integrado da Produção e Escoamento na Área Denominada Parque das Baleias e no Campo de Catuá.*

Zona de Produção	Critérios	Beneficiários
Principal	Estado confrontante	Espírito Santo Rio de Janeiro Guarapari Anchieta Píuma Itapemirim
	Municípios confrontantes e/ou com instalações de apoio	Marataízes Presidente Kennedy São Francisco de Itabapoana São João da Barra Armação dos Búzios
	Município com instalações de Apoio Utilização da Plataforma Continental	Vitória Comando da Marinha
-	Fundos	Ministério da Ciência e tecnologia
Secundária	O conjunto dos municípios atravessados por dutos, incluindo as respectivas estações de compressão e bombeio, destinados, exclusivamente , ao escoamento da produção de uma dada área de produção petrolífera marítima.	

Obs: para inclusão na AID deste estudo foram considerados somente os municípios confrontantes.

Por tratar-se de estimativas de possíveis beneficiários, serão demonstrados os valores creditados apenas aos municípios elencados na zona de produção principal, para o período de 2005, 2006 e abril de 2007.

Segundo os dados disponibilizados pela ANP, os municípios que compõem a zona de produção principal receberam, juntos, um montante de R\$54.711.106,20, até abril do corrente ano, tendo acumulado, para 2006, o valor de R\$116.896.674,41, como indicado no Quadro II.5.3.7-11, apresentado abaixo:

Quadro II.5.3.7-11 - *Valores creditados de royalties até março de 2005 (R\$).*

Municípios da AID	Total acumulado em DEZ/2005	Total acumulado em DEZ/2006	Total acumulado em 2007
Vitória	554.729,70	2.549.855,71	1.760.046,39
Vila Velha	554.729,70	2.549.855,71	1.760.046,39
Guarapari	62.945,04	257.515,40	196.944,83
Anchieta	578.735,22	1.593.659,81	1.100.028,99
Píuma	40.214,87	164.523,73	125.825,85
Itapemirim	3.071.874,80	2.321.792,45	2.714.356,59

Municípios da AID	Total acumulado em DEZ/2005	Total acumulado em DEZ/2006	Total acumulado em 2007
Marataízes	394.936,81	276.931,40	364.781,38
Presidente Kennedy	8.644.694,89	8.063.950,58	5.360.905,52
Armação dos Búzios	39.267.088,97	47.578.159,38	19.867.750,34
São Francisco de Itabapoana	4.655.274,81	5.162.385,87	2.031.141,07
São João da Barra	38.065.549,55	46.378.044,37	19.555.104,70

Fonte: ANP, julho de 2007.

II.5.3.7.4 – GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS E INDIRETOS

As áreas denominadas como Parque das Baleias e Campo de Catuá estão localizadas na porção norte da Bacia de Campos, sul do Estado do Espírito Santo e engloba os Campos de Baleia Anã, Cachalote, Jubarte, Baleia Franca, Baleia Azul, Caxaréu, Pirambú e Catuá.

Dessa forma, haverá necessidade de contratação de mão-de-obra capaz de atender estes campos de produção. De acordo com os dados da PETROBRAS, estima-se que seja envolvido um total de 13.169 trabalhadores, durante as etapas de implantação e produção destes campos de produção de petróleo e gás natural.

Durante a fase de implantação dos empreendimentos será o período que abrigará o maior contingente de trabalhadores, sendo um total de 11.411 trabalhadores. De acordo com o cronograma das atividades, estima-se que a fase de implantação (período que compreende a instalação dos equipamentos até o início da produção) seja concluída entre cinco e sete anos. A distribuição da mão-de-obra por campo, é apresentada no Quadro II.5.3.7-12 a seguir.

Quadro II.5.3.7-12 – Mão-de-obra necessária para atender o Sistema Integrado de Parque das Baleias e Campo de Catuá.

Campos	Nº de trabalhadores		
	Implantação	Produção	Total
Jubarte	4.000	335	4.335
Catuá - piloto			142
Catuá	2.137	230	2.367
Cachalote/Franca/ Anã - piloto			142
Cachalote/Franca/ Anã	2.137	335	2.367

Azul/Pirambó	2.137	335	2.367
Caxaréu			142
Gasoduto	1.000	97	1.097

Fonte: PETROBRAS, 2007.

Deve-se ressaltar que a implantação dos empreendimentos de produção será gradativa, de modo que os trabalhadores que tenham participado da fase de implantação de um projeto, possa vir a ser absorvido na fase de implantação do projeto seguinte. Nesse sentido, ocorrerá a manutenção dos postos de trabalho anteriormente criados.

Na fase de produção e operação os postos de trabalhos a serem criados, destinam-se às unidades de produção, ativo de produção, suporte operacional, CENPES e UN-EXP.

Com relação ao potencial de absorção de mão-de-obra local, este será variável de acordo com a escolaridade dos cargos que serão oferecidos, não sendo, portanto, possível determinar esta informação no momento. No entanto, ao considerar a estrutura de demanda de empregos locais e o perfil de mão-de-obra exigido no setor, pode-se afirmar que a melhor oportunidade será para os trabalhadores dos municípios de Macaé e Vitória, visto serem aqueles dentro da Área de Influência dos empreendimentos que já possuem um histórico de atendimento às demandas da atividade petrolífera.

Complementando as informações sobre geração de empregos, a expectativa de geração de empregos indiretos se dá na ordem de três novos empregos para cada emprego direto gerado.

II.5.3.8– EDUCAÇÃO

A análise da educação nos municípios da Área de Influência dos empreendimentos foi realizada com base em dois indicadores: a taxa de alfabetização da população e a infra-estrutura educacional (pública e privada) por nível de ensino.

Os dados foram obtidos através das pesquisas Censo (1991 e 2000) do IBGE, do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, elaborado pelo

PNUD/IPEA, dos dados do INEP/MEC - Censo Educacional - 2004 e Censo da Educação Superior - 2003.

II.5.3.8.1 - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

• Taxas de Alfabetização

Entre os municípios capixabas da Área de Influência, em 2000, Vitória, capital do estado, apresentou o melhor índice – 96% da população alfabetizada. Os municípios de Vila Velha e Guarapari apresentaram um percentual de 86% e 90%, respectivamente.

Os municípios da Região Metropolitana Expandida Sul (Anchieta, Piúma, Marataízes e Itapemirim) situam-se em uma posição intermediária – entre 80 e 90%, enquanto Presidente Kennedy ocupa a pior posição, com uma taxa de cerca de 77% da população alfabetizada, como pode ser verificado no Quadro II.5.3.8-1, a seguir.

Quadro II.5.3.8-1 - Percentual de Pessoas de 7 anos ou mais alfabetizadas Espírito Santo – 1991 e 2000.

PAÍS / ESTADO / MUNICÍPIOS	PESSOAS ALFABETIZADAS (EM %)	
	1991	2000
Brasil	74,28	82,45
Espírito Santo	77,93	85,15
Anchieta	75,50	85,93
Guarapari	79,45	86,73
Itapemirim	73,08	81,16
Marataízes	-	83,25
Piúma	79,71	85,56
Presidente Kennedy	64,80	73,35
Vila Velha	87,15	90,89
Vitória	87,74	91,99

Fontes: PNUD / IPEA, Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil - IBGE.
Censos 1991 e 2000.

Na comparação com 1991, em 2000 houve uma sensível melhoria nas taxas de alfabetização do Brasil, do Estado do Espírito Santo e dos municípios da Área de Influência capixaba. Essa melhoria é mais sensível (10% ou mais) em Anchieta, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy, municípios que partem de índices mais baixos, expressando não apenas o maior acesso às escolas como também as iniciativas governamentais de alfabetização de jovens e adultos.

• Infra-Estrutura Educacional

De acordo com o senso Educacional, em 2004, a estrutura educacional disponível na Área de Influência dos empreendimentos era de 439 estabelecimentos destinados ao ensino pré-escolar, 615 unidades de ensino fundamental e 114 estabelecimentos de ensino médio.

Os dados dos estabelecimentos educacionais dos municípios da Área de Influência dos empreendimentos no Estado do Espírito Santo referentes ao ano de 2004 são apresentados no Quadro II.5.3.8-2, a seguir.

Quadro II.5.3.8-2 - Estabelecimentos Públicos e Privados - ES – 2004

MUNICÍPIOS DA ALL	Ensino Pré-escolar				Ensino Fundamental				Ensino Médio			
	Público		Privado		Público		Privado		Público		Privado	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Vitória	42	46	49	53	53	50	52	49	12	26	33	73
Vila Velha	27	24	82	75	77	50	75	49	15	36	26	63
Anchieta	33	89	4	10	43	97	1	2	1	50	1	50
Guarapari	38	77	11	22	67	89	8	10	5	50	5	50
Serra	47	51	44	48	93	71	37	28	14	53	12	46
Piúma	9	90	1	10	11	91	1	8	1	50	1	50
Itapemirim	23	95	1	4	42	97	1	2	2	100	0	0
Marataízes	10	66	5	33	31	88	4	11	10	66	5	33
Presidente Kennedy	13	100	0	0	19	100	0	0	1	100	0	0
Total da All	242	55%	197	45%	436	71%	179	29%	61	42%	83	58%

Fonte: MEC/INEP – Censo Educacional - 2004

Como pode ser verificado, em todos os municípios da Área de Influência são oferecidos serviços educacionais de pré-escola, ensino fundamental e médio. Em todos eles, com exceção de Vitória e Vila Velha, predominam os estabelecimentos públicos de ensino. Em Presidente Kennedy, não existem escolas da rede privada em qualquer nível de ensino.

Como regra geral, a pré-escola e o ensino fundamental são oferecidos pela rede pública municipal e o ensino médio pela rede pública estadual. Apenas em Piúma o ensino fundamental está predominantemente a cargo da rede estadual, tendo importância, ainda, em Itapemirim e Presidente Kennedy.

Quanto ao ensino superior, os dados do MEC (Censo da Educação Superior, 2003) indicam que apenas em Vitória existem estabelecimentos que oferecem

esse nível de ensino, sendo 1 estadual, 2 federais e 23 privados. A grande maioria dos estudantes (21.125 ou 64,5%) está matriculada nas faculdades particulares, as federais (Universidade Federal do Espírito Santo – UEFES e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo – CEFETES) abrangem cerca de 35% das matrículas (11.557 alunos), limitando-se a 52 alunos os que freqüentam a única faculdade estadual.

Embora os dados do MEC apenas indique o município de Vitória, com estabelecimentos de ensino superior, sabe-se que atualmente este serviço também oferecido pelas redes de privadas nos municípios de Vila Velha e Guarapari.

II.5.3.8.2 - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- **Taxas de Alfabetização**

Em 2000, os municípios da Área de Influência dos empreendimentos fluminense registravam taxas de alfabetização da população inferiores à registrada no estado do Rio de Janeiro, que se situava em 93,4%. Apresentavam os melhores índices na Área de Influência, com taxas de alfabetização da população superiores a 90%, os municípios de Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Macaé, Cabo Frio e Maricá. Na mesma data, São Francisco de Itabapoana apresentava o pior índice, com 25% da população analfabeta. Esse município, assim como Quissamã e São João da Barra, apresentava, inclusive, taxas de alfabetização inferiores à registrada no país, que era de 86,4%.

No período intercensitário (1991/2000), melhoraram as taxas de alfabetização em todos os municípios da Área de Influência, assim como no Estado do Rio de Janeiro. Como regra geral, os municípios que registraram, em 1991, as maiores taxas de população alfabetizada foram os que tiveram, relativamente, os menores índices de crescimento e, inversamente, os que apresentavam as menores taxas foram os que tiveram o melhor desempenho. Isso ocorreu não apenas em decorrência do aumento da rede de ensino para a população em idade escolar como também pelas iniciativas governamentais voltadas à alfabetização de jovens e adultos.

Os dados das taxas de alfabetização da população residente no Rio de Janeiro e nos municípios da Área de Influência fluminense são apresentados no Quadro II.5.3.8.3, a seguir.

Quadro II.5.3.8.3 - Taxas de Alfabetização - Rio de Janeiro – 1991 e 2000.

PAÍS / ESTADO / MUNICÍPIOS	TAXAS DE ALFABETIZAÇÃO	
	1991	2000
Brasil	74,28	82,45
Rio de Janeiro	77,93	85,15
Araruama	74,06	84,52
Armação dos Búzios	-	88,10
Arraial do Cabo	83,57	89,52
Cabo Frio	80,47	86,88
Carapebus	-	83,72
Campos dos Goytacazes	78,97	86,14
Casemiro de Abreu	75,10	84,66
Macaé	82,25	88,03
Maricá	80,53	87,94
Quissamã	74,87	81,62
Rio das Ostras	-	85,87
São Francisco de Itabapoana	-	73,36
São João da Barra	65,03	83,40
Saquarema	74,96	84,47

Fonte: PNUD / IPEA, Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, IBGE - Censos 1991 e 2000.

• **Infra-Estrutura Educacional**

De acordo com o Censo Educacional, em 2004, a estrutura educacional disponível na Área de Influência dos empreendimentos era de 813 estabelecimentos destinados ao ensino pré-escolar, 981 unidades de ensino fundamental e 168 estabelecimentos de ensino médio.

Os serviços educacionais de pré-escola e de ensino fundamental e médio são oferecidos nos municípios da Área de Influência fluminense por escolas da rede pública das esferas federal, estadual e municipal, e da rede privada. Em todos os níveis de ensino, predominam os estabelecimentos da rede pública nos municípios das Regiões Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas, como pode ser verificado no Quadro II.5.3.8.4, apresentado a seguir.

Quadro II.5.3.8.4 - Estabelecimentos Públicos e Privados - RJ – 2004.

Municípios	Pré-escolar			Fundamental			Médio		
	Nº.	%		Nº.	%		Nº.	%	
		Pub.	Priv.		Pub..	Priv.		Pub.	Priv.
São Francisco Itabapoana	80	97,5	2,5	87	97,7	2,3	6	83,3	16,7
São João da Barra	33	90,9	9,1	41	92,7	7,3	4	75,0	25,0
Campos dos Goytacazes	305	71,1	28,9	327	73,7	26,3	52	75,0	25,0
Quissamã	12	91,7	8,3	20	95,0	5,0	2	50,0	50,0
Carapebus	11	100,0	0,0	15	100,0	0,0	2	100,0	0,0
Macaé	100	77,0	23,0	105	80,0	20,0	24	62,5	37,5
Rio das Ostras	24	70,8	29,2	32	78,1	21,9	7	71,4	28,6
Casimiro de Abreu	17	64,7	35,3	26	76,9	23,1	9	66,7	33,3
Armação dos Búzios	15	60,0	40,0	18	72,2	27,8	3	66,7	33,3
Cabo Frio	63	52,4	47,6	96	68,8	31,3	20	55,0	45,0
Arraial do Cabo	13	38,5	61,5	17	52,9	47,1	5	60,0	40,0
Araruama	43	58,1	41,9	68	72,0	28,0	11	63,6	36,4
Saquarema	48	68,6	31,4	65	76,9	23,1	9	66,7	33,3
Marica	49	69,4	30,6	64	79,7	20,3	14	57,1	42,9

Fonte: MEC/INEP – Censo Educacional – 2004

A oferta dos serviços educacionais, medida pelo percentual de matrículas nos estabelecimentos públicos e particulares na Área de Influência fluminense (Quadro II.5.3.8.5), evidencia que é a rede pública que oferece a grande maioria das vagas do sistema. A exceção a essa regra ocorre em Araruama, onde a oferta de matrículas da pré-escola é superior na rede particular, o mesmo ocorrendo neste último município no que se refere às matrículas no ensino médio.

É importante verificar, no entanto, que é nos municípios mais urbanizados, de maior porte populacional e maior dinamismo econômico, que a rede escolar particular assume maior importância, oferecendo atratividade para o setor privado e ampliando o leque de oportunidades para a formação educacional da população. Dessa forma, a rede privada assume maior importância nos municípios de Campos dos Goytacazes, Macaé, Cabo Frio e Arraial do Cabo.

Quadro II.5.3.8.5 - Percentual das Matrículas em Estabelecimentos Públicos e Privados – RJ/ 2004.

Municípios	Participação das Matrículas					
	Pré-escolar		Fundamental		Médio	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
RG Norte Fluminense						
São Francisco Itabapoana	95,4	4,6	97,3	2,7	97,3	2,7
São João da Barra	87,3	12,7	94,9	5,1	94,8	5,2
Campos dos Goytacazes	62,8	37,2	81,5	18,5	88,8	11,2
Quissamã	87,3	12,7	91,0	9,0	69,4	30,6
Carapebus	100,0	0	100,0	0	100,0	0

RG Norte Fluminense						
Macaé	80,6	19,4	84,6	15,4	82,9	17,1
RG Baixadas Litorâneas						
Rio das Ostras	88,5	11,5	91,0	9,0	90,2	9,8
Casimiro de Abreu	71,6	28,4	86,9	13,1	90,9	9,1
Armação dos Búzios	78,9	21,1	90,8	9,2	98,1	1,9
Cabo Frio	66,6	33,4	87,8	12,2	87,5	12,5
Arraial do Cabo	66,6	33,4	83,7	16,3	93,5	6,5
Araruama	45,4	54,6	89,8	10,2	86,8	13,2
Saquarema	75,2	24,8	89,2	10,8	88,2	11,8
Marica	69,8	30,2	85,1	14,9	85,9	14,1

Fonte: MEC/INEP – Censo Educacional - 2004

Os dados do MEC (Censo da Educação Superior, 2003) indicam que, na área de influência fluminense, existem estabelecimentos que oferecem o ensino superior em Campos de Goytacazes, Macaé e Cabo Frio.

Em Campos de Goytacazes estão instaladas duas universidades públicas, destacando-se a Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, e 6 estabelecimentos particulares, com 3.134 (17,4%) e 14.924 (82,6%) matrículas, respectivamente.

Existem duas instituições educacionais de nível superior no município de Cabo Frio, sendo um estabelecimento privado, onde estão matriculados 3.217 alunos (96%), e um federal, com 135 matrículas, correspondendo a apenas 4% do total.

Em Macaé, funciona um campus da Universidade Federal Fluminense (UFF) que, em 2003, tinha 494 alunos matriculados e dois estabelecimentos da esfera privada com 1027 alunos, correspondendo, respectivamente, a 32,5% e 67,5% do total das matrículas.

II.5.3.9– LAZER, TURISMO E CULTURA

A área em estudo apresenta diferentes características geomorfológicas, tais como costões rochosos, praias, restingas, sistemas estuarinos e lagunares. Estes atrativos naturais provocam a afluência de um expressivo contingente populacional, seja de novos moradores, seja de turistas e veranistas, sendo utilizados como fator fundamental para a exploração das atividades de lazer e turísticas em toda a região.

Além dos atrativos naturais, os municípios da Área de Influência apresentam

potencial para o turismo religioso, histórico, cultural, devido à existência de múltiplos exemplares do patrimônio histórico da época colonial, como fortes e casarios antigos, além de museus e casas de cultura. Destaca-se, também, a presença de sítios arqueológicos característicos de regiões costeiras – os sambaquis - especialmente em Cabo Frio, Arraial do Cabo e em Niterói, que figuram entre os mais antigos do litoral brasileiro.

Com relação ao turismo religioso, destaca-se o município de Anchieta, que reúne milhares de andarilhos todos os anos para percorrer “os passos de Anchieta”, do Padre José Antonio de Anchieta.

Esportes náuticos são normalmente praticados nas praias e lagoas da área, sem atingir grandes distâncias da costa. O ecoturismo é prática comum na Área de Influência dos empreendimentos em função da riqueza do patrimônio natural e das inúmeras unidades de conservação existentes, em especial em Guarapari e demais municípios do litoral sul capixaba.

O turismo náutico desenvolvido na área está fortemente relacionado aos cruzeiros marítimos, que possuem como escalas, principalmente, Armação dos Búzios e Cabo Frio e que, mais recentemente, incorporaram Arraial do Cabo, no Estado do Rio de Janeiro, em suas rotas.

Assim, as atividades turísticas presentes em toda a Área de Influência constituem-se em uma das mais importantes fontes de geração de emprego e renda da maioria destes municípios. Apesar da importância regional da atividade, órgãos ligados ao setor, como a EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo), não apresentam dados sobre a sua representatividade para as economias estaduais ou sobre os impactos sobre atividades associadas como construção civil, alojamento, alimentação, atividades recreativas e transporte.

No Estado do Espírito Santo, com objetivo de desenvolver o setor de turismo, as zonas turísticas foram distribuídas em rotas. Assim, é estabelecido um roteiro, segundo o qual o turista circula por diferentes municípios e lugares. Destaca-se que a forma de turismo integrado vem sendo o principal mecanismo de alavanque do setor em áreas pouco desenvolvidas.

Dentro dos Arranjos Produtivos Locais (APL's) no Espírito Santo, temos o Programa SEBRAE/ES de Turismo, norteado pelo Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado, construído em parceria com 57 entidades, representantes da

cadeia produtiva do turismo no Estado. Ancorado no Programa de Regionalização do Ministério do Turismo, as ações trabalhadas em projetos apontam para as regiões onde se localizam as sete rotas, a saber: Rota do Sol e da Moqueca, Rota do Mar e das Montanhas, Rota do Verde e das Águas, Rota do Caparaó, Rota dos Imigrantes, Rota dos Vales e do Café e Rota da Costa e da Imigração.

No Estado do Rio de Janeiro, o Governo Estadual dividiu o território em treze zonas turísticas, visando incrementar a ação promocional e facilitar a implantação das estratégias programadas para cada zona turística. Segundo a classificação da Secretaria Estadual de Turismo do Rio de Janeiro, os municípios da Área de Influência fluminense estão inseridos em duas regiões turísticas: Costa Doce e Costa do Sol.

Considerando os municípios dos Estados de Rio de Janeiro e Espírito Santo, a Área de Influência da atividade de Desenvolvimento Integrado da Produção e Escoamento na Área Denominada Parque das Baleias e no Campo de Catuá está dividida em quatro zonas turísticas, discriminadas no Quadro II.5.3.9 -1, a seguir:

Quadro II.5.3.9 -1 – Zonas turísticas da Área de Influência.

Zonas Turísticas	Municípios da AII
Rota do Sol e da Moqueca	Vitória Vila velha Guarapari Anchieta*
Rota da Costa e da Imigração	Piúma Itapemirim Marataízes Presidente Kennedy
Costa Doce	São Francisco de Itabapoana São João da Barra Campos dos Goytacazes
Costa do Sol	Quissamã Carapebus Macaé Rio das Ostras Casimiro de Abreu Cabo Frio Armação dos Búzios Arraial do Cabo Aruama Saquarema Maricá

Fonte: www.mre.gov.br

*o município de Anchieta está inserido nas Rotas do Sol e da Moqueca e na Rota da Costa e da Imigração.

A Área de Influência assistiu, nas últimas décadas, ao incremento das atividades turísticas, em decorrência das características naturais do litoral e da ampliação da rede de rodovias e melhoria das vias de acesso aos balneários. Entretanto, o dinamismo promovido não veio acompanhado de infra-estrutura básica e de políticas municipais de ordenamento e uso do solo que protegessem o patrimônio ambiental e ecossistemas associados.

A indústria do turismo, aliada à especulação imobiliária, vem causando danos ao meio ambiente costeiro, com a descaracterização da faixa litorânea, principalmente para a execução de aterros para implantação de empreendimentos imobiliários. A maior parte dessas construções não está ligada à rede de esgoto, lançando indiscriminadamente esgotos “in natura” nos corpos d’água, o mesmo ocorrendo com o destino dos resíduos sólidos, comprometendo os corpos d’água e o potencial paisagístico e turístico regional/local.

Segundo dados publicados no Perfil dos Municípios Brasileiros – Meio Ambiente, 2000, a ocupação desordenada do solo e a implantação de empreendimentos imobiliários foram as principais causas de alteração ambiental da região. Além disso, muitos empreendimentos foram construídos em áreas legalmente protegidas, comprometendo a qualidade ambiental local e reduzindo o fluxo turístico.

O período de maior fluxo de turistas corresponde aos meses de verão (janeiro e fevereiro), além dos feriados prolongados. O ápice anual do turismo ocorre durante o período do Carnaval. Em algumas localidades, o contingente de turistas chega a ser superior à população local.

Dada a reestruturação no calendário escolar, o período de férias, tanto de verão como de inverno, foi reduzido. Como estratégia para atrair o maior número de turistas, os municípios têm promovido vários eventos, incluindo desde festividades religiosas até festivais de verão e de inverno.

Com relação ao turismo doméstico, destaca-se a Rota do Sol e da Moqueca no Estado do Espírito Santo e a Costa do Sol, mais conhecida como Região dos Lagos, no Rio de Janeiro.

No litoral sul do Espírito Santo, o fluxo mais intenso de turistas é proveniente, principalmente, das regiões leste e da zona da mata de Minas Gerais. Ao passo

que, no Rio Janeiro, em especial na Costa do Sol, o maior fluxo é proveniente da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

No litoral fluminense do Estado do Rio de Janeiro, predomina o turismo de segunda residência. A atividade turística representa a principal fonte de receita dos municípios da Costa do Sol. A concentração de atividades turísticas no litoral da Costa do Sol induziu a implantação de uma ampla infra-estrutura de serviços e comércio voltada, também, ao atendimento do turismo de recreação ou lazer. Estes municípios, em sua maioria, dispõem de uma gama variada de hotéis, pousadas, apart-hotéis, restaurantes, bares, quiosques. Entre eles, destaca-se Armação dos Búzios como o município com a rede hoteleira mais estruturada e sofisticada, dispondo de diferentes categorias de hotelaria: *resorts*, hotéis, pousadas e albergues.

O município de Maricá possui um perfil turístico diferenciado. Devido à proximidade com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o município vem se constituindo como área de expansão urbana da mesma. Assim, Maricá tem se constituído como continuação da cidade de Niterói e não como área de lazer, apesar das belezas naturais do município.

II.5.3.9.1 – LAZER E TURISMO NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA

a) VITÓRIA

O município de Vitória é rico em atributos naturais. Sua configuração geográfica oferece uma variedade paisagística composta por montanhas, morros, cinco praias, enseadas, ilhas, rios, canais e estuários.

A presença de monumentos cênicos dos municípios vizinhos como o Mestre Álvaro, o Penedo e o Moxuara, realça ainda mais esse patrimônio natural.

Os pontos mais elevados são: Morro da Fonte Grande, onde se localizam as torres de comunicação, com altitude de aproximadamente 308 m, a Pedra dos Olhos, com altitude de 296 m e o Morro de São Benedito com 194 m.



Figura II.5.3.9 -1 – Vista do Morro de São Benedito. Fonte: www.morrodomoreno.com.br.

Outros atrativos são as riquezas culturais, que podem ser observadas em monumentos arquitetônicos e em visitas a museus. No bairro de Goiabeiras Velha, uma das atrações culturais são as paneleiras, mulheres que vivem da confecção de panelas de barro. O barro é retirado da lama do manguezal. Em visita ao local, é possível observar todo o processo de manufatura das panelas de barro. A panela de barro é uma tradição do Estado, iniciada pelos índios. Atualmente, elas são reconhecidas internacionalmente como objeto de arte popular. A panela de barro não perde sua tradição utilitária, está associada à genuína culinária capixaba, especialmente ao preparo da moqueca e da torta capixaba.



Figura II.5.3.9-2 – Panelas de barro – bairro Goiabeiras. Fonte: Associação das Paneleiras do Bairro de Goiabeiras.

A arquitetura religiosa pode ser contemplada visitando-se a Catedral Metropolitana de Vitória; a Capela de Santa Luzia (século XVI), a mais antiga

edificação de Vitória; a Igreja de São Gonçalo (século XVIII), tombada pelo Patrimônio Histórico em 1948; o Convento São Francisco; a Igreja do Rosário (1765); a Capela Nossa Senhora das Neves; o túmulo do Padre José de Anchieta; e o Santuário de Santo Antônio, fiel imitação da Igreja Bramanesca de Nossa Senhora da Consolação, um templo do século XVI construído na cidade de Todi, Itália.

A cidade possui quatro museus – o Museu de Artes do ES, Museu Solar Monjardim (século XVIII), o Museu da Imigração Italiana e o Museu do Porto/CODESA – e nove bibliotecas públicas, que podem dispor de informações sobre a história e cultura local.

Além de opções de programação nos teatros e cinemas da cidade, o lazer para moradores e turistas pode ser buscado nos eventos da agenda cultural, como a amostra de cinema e vídeo “Vitória Cine Vídeo”, a Feira do Verde, e a Programação cultural “Vitória Cidade Sol”, que acontece durante todo o mês de janeiro, em um palco montado na Praia de Camburi, com atividades artísticas e culturais, músicas variadas, danças, oficinas para crianças, apresentações de filmes, etc. Há também os eventos populares como o Vital (carnaval fora de época de Vitória), o Vitória Music Festival, e rodeios.

A programação religiosa inclui entre as festividades a Romaria dos Homens, Mulheres (Festa da Penha), a Caminhada Passos de Anchieta, a Festa e Procissão Marítima de São Pedro, a Festa e Procissão de São Benedito, a Puxada do Mastro de São Benedito e o Concerto de Natal.

A agenda esportiva de Vitória é bastante variada, oferecendo campeonatos e torneios, além de etapas de competições nacionais. Entre os esportes marítimos que acontecem na cidade, destacam-se: a Regata Eldorado Brasilis, o Torneio Costa Brasil de Marlin Azul, o Torneio de Pesca de Peixe de Fundo, o Torneio de Abertura da Temporada de Pesca Oceânica e o Torneio de Pesca de Peixe de Bico.

O turista pode hospedar-se em um dos 37 hotéis, que oferecem aproximadamente 6 mil leitos, entre outros meios de hospedagem. São mais de 120 restaurantes, além de bares, pizzarias, sorveterias e lanchonetes, prestando serviços de alimentação, de acordo com os dados do inventário turístico de Vitória de 2003, fornecido pela prefeitura municipal.

O serviço de informações é oferecido em Postos de Informação Turística, que funcionam durante todo o ano, em pontos estratégicos como Aeroporto de Vitória, Shopping Vitória e Cais do Hidravião. No verão, o número de postos geralmente é incrementado.

A vida noturna concentra-se na Praia do Canto, no local popularmente denominado de “Triângulo das Bermudas”, com cerca de 15 bares e restaurantes e também na Orla de Camburi, que oferece mais de 20 quiosques e dispõe dos maiores hotéis, bares e restaurantes. A curva da Jurema possui uma programação para cada dia da semana, com shows de músicos locais.

Além das praças, as áreas de proteção ambiental também são utilizadas como lazer, como o Parque Municipal Gruta da Onça, o Parque Pedra da Cebola, o Parque Municipal Horto de Maruípe, o Parque Municipal de Tabuazeiro, o Parque Municipal Mata da Praia, o Parque da Fonte Grande e o Parque Moscoso. Há outras áreas de conservação ambiental (duas reservas ecológicas, duas áreas de proteção e uma estação ecológica) na cidade e que também fazem parte dos atrativos naturais de Vitória.

O planejamento para o setor de turismo é uma realidade em Vitória. Um dos resultados dessas iniciativas é a participação de Vitória no projeto Rota do Sol e da Moqueca, um convênio entre as prefeituras de Vitória, Vila Velha, Serra e Guarapari, com o objetivo de promover e divulgar o turismo nesses municípios. O roteiro turístico oferecido pela Rota do Sol e da Moqueca tem cerca de 100 km de praias (mais de 30 praias), bares, restaurantes, hotéis e parques.

Um dos roteiros de passeios sugeridos no âmbito da Rota do Sol e da Moqueca é a pesca oceânica pelos mares capixabas. As saídas são programadas para Vitória e Vila Velha. O passeio sugerido tem duração de total de quatro dias, incluindo dois dias em alto mar, um dia livre e um dia para traslado.

A prefeitura municipal reconhece a necessidade de investir na capacitação de mão-de-obra para trabalhadores do setor. Atualmente, há quatro faculdades que oferecem graduação na área de turismo, capacitando profissionais para atuarem nos setores de Planejamento Turístico, Hotelaria, Agência de Viagem/Turismo, Organização de Eventos e Guia de Turismo.

b) VILA VELHA

O município de Vila Velha possui um litoral de 32 quilômetros recortado de praias. A mais visitada é a Praia da Costa, que chama atenção pela moderna urbanização. O balneário de Ponta da Fruta é outro local muito visitado e oferece ao turista três praias, três lagoas, o Parque Estadual Paulo Vinha e o Morro do Cruzeiro, de onde se tem uma vista panorâmica do litoral do balneário.



Figura II.5.3.9 -3 – Vista do Morro do Cruzeiro. Fonte: www.morrodomoreno.com.br.

Os morros também fazem parte dos atrativos naturais de Vila Velha, locais que permitem uma vista panorâmica da cidade, como o Morro do Moreno, com 167 m de altura, que pode ser alcançado por carros altos e com capacidade de jipe; o Morro do Convento, com 154 m de altura, que mantém um caminho antigo, a Ladeira das Sete Voltas, uma calçada de pedras antigas cercada de árvores (no topo está o Convento da Penha); e o Morro do Penedo, com 136 m de altura.



Figura II.5.3.9- 4 – Vista aérea de Vila Velha. Fonte: www.morrodomoreno.com.br.

O município possui muitas áreas naturais protegidas: um Parque Municipal, uma Reserva Ecológica Estadual, dois Parques Ecológicos (o Parque Ecológico Morro do Penedo é tombado pelo Conselho Estadual de Cultura como Monumento Natural integrante do Patrimônio Paisagístico Estadual) e cinco Áreas de Preservação Permanente, sendo que, na Área de Preservação Permanente da Lagoa de Cocal, está sendo implantado um Parque Urbano, visando proporcionar lazer e atividades culturais à população e aos turistas de Vila Velha.

Além disso, florestas e demais formas de vegetação natural situadas nas encostas, no entorno de lagoas, nas matas de aluvião do Rio Jucu, os manguezais do Rio Aribiri e do Rio Jucu, as Ilhas Itatiaia, Ilha dos Pacotes e Ilha das Garças constituem Áreas de Preservação Permanente, e Áreas de Interesse Paisagístico e Cultural de Vila Velha.

A colonização do Espírito Santo começou por Vila Velha, e por isso sua história e cultura estão extremamente ligadas à própria História do estado. Seu patrimônio cultural inclui monumentos religiosos, entre os quais estão a Igreja Nossa Senhora do Rosário (1.573), que é a mais antiga do Estado; a Igreja Nossa Senhora dos Navegantes (1.945), localizada No Morro do Cruzeiro; e o Convento da Penha (construído entre 1.570 e 1.644 pelo Frei Pedro Palácios), o mais antigo santuário mariano do país e o maior ponto turístico-religioso do estado, atraindo fiéis que participam de missas diárias. Do local, pode-se avistar Vila Velha, Vitória e arredores.

Outros atrativos culturais são: Farol de Santa Luzia (1.870), Gruta do Frei Pedro Palácios – a primeira residência do Frei no estado, situada no Morro do Convento – e Sítio Histórico da Prainha, formado pela Praia da Prainha, Forte Piratininga, Museu Etnográfico, Museu Homero Massena, obelisco a Vasco Fernandes Coutinho e ao Frei Pedro Palácios e à Praça da Bandeira.

A Fábrica de Chocolates Garoto, fundada em agosto de 1929, é um atrativo para turistas, que podem ir até a lojinha da fábrica e comprar chocolates.

O lazer para o turista e moradores de Vila Velha conta com nove espaços de entretenimento, entre parques aquáticos e centro de lazer e esporte. Para o lazer noturno, a diversão acontece nos oito clubes e boates da cidade.

c) GUARAPARI

O município de Guarapari, o mais desenvolvido, do ponto de vista turístico, da região do Sul do Estado, tem por principais belezas naturais as praias, podendo se dividir em três regiões: uma ao norte, outra no centro do município, coincidindo com a sede municipal, e uma terceira região ao sul, na qual figuram os núcleos turísticos de Nova Guarapari e Meaípe como áreas urbanas de destaque.

A sede do município, conhecido como “cidade Saúde”, pela existência de areias monazíticas nas suas praias, tem, neste fato, sua popularidade conquistada entre moradores de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Brasília e do próprio estado do Espírito Santo.

Na região norte do município destacam-se as praias de Muquiçaba, Praia do Morro, Praias do Morro da Pescaria, Três Praias, Praia de Santa Mônica, Praia de Setiba, e Praia Recanto da Sereia.

Nesta região, há grande diversidade paisagística: por um lado, praias de mar aberto e fortes ondas, como a praia Recanto da Sereia, grande atrativo de surfistas e *bodyboarders*; por outro lado, como em Três Praias, mistura de praias de enseada de águas calmas e praias de mar agitado. A praia de Setiba, com águas muito transparentes e frias se destaca na região norte do município. No centro, Praia dos Namorados, Praia das Virtudes, Praia das Castanheiras, Praia do Meio, Praia Areia Preta, Praia Arrebentação e Praia das Pelotas. Na região sul, a Praia do Riacho, Praia Ipiranga, Praia Graçaí, Praias da Enseada Azul, Praia dos Padres, Praia de Meaípe, Praia do Porto Grande, Praia do Urubu e Praia do José Sechin. A APA de Setiba e o Parque Municipal de Guarapari são visitados por turistas que veraneiam na cidade. No tocante à APA de Setiba, encontra-se neste momento em fase de elaboração o Plano de Manejo da área.

d) ANCHIETA

O município de Anchieta conta também com belas praias e o rio Benevente, que perpassa a sede municipal e, na desembocadura, transforma-se em porto de embarcações de pesca, somados aos manguezais, morada natural das garças brancas. As praias do município são: Praia de Mãe-Bá, Praia do Além, Praia de Tiquiçaba, Praia de Ubu, Praia de Parati, Praia de Guanabara, Praia dos

Castelhanos, Praia de Anchieta, Praia de Quitiba, Praia do Coqueiro, Praia do Balanço, Praia de Mar Vila, Praia dos Namorados, Praia Costa Azul, Praia da Areia Preta, Praia de Santa Helena, Praia de Inhaúma, Praia Juca da Mata e Praia do Sapê.



Figura II.5.3.9-5 – Praia de Parati. Fonte: www.es.gov.br.

A maioria das praias do município caracteriza-se por ser de enseadas, com águas calmas, especiais para o lazer. Porém, existem algumas praias, como a de Mãe-bá, de Santa Helena e a praia do Além que são de mar aberto e com ondas, ideais para prática de *surf*. Nas praias dos Castelhanos, Parati e Ubu, há recifes de coral que acabam aprisionando água e formando pequenas piscinas, tornando-se as águas mornas, ideais para banho de crianças.

e) PIÚMA

Piúma é uma ilha separada do continente pelo rio Piúma. Possui patrimônio natural e paisagístico composto por 8 km de praias e uma cadeia de ilhas.

Seu maior símbolo é o Monte Aghá, formação rochosa com mais de 300 metros em pleno mar. As águas aos pés desse monte são claras e repletas de conchas.

Próximas às praias estão as Ilhas do Gambá, do Meio, dos Cabritos e a Ilha dos Franceses, onde existem espécies exóticas de conchas que são usadas por artesãos.

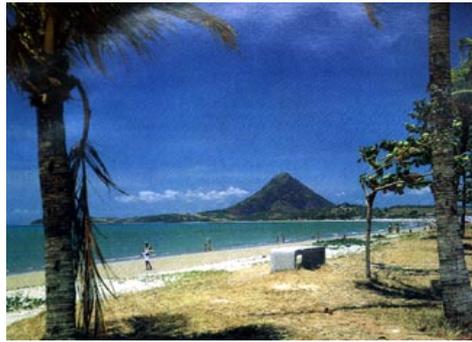


Figura II.5.3.9-6 – Praia do Centro e Monte Aghá. Fonte: www.rotadosol.com.br.

Conhecido internacionalmente, o artesanato de conchas é característico do Litoral Sul. Mas é em Piúma que esta arte tem sua maior expressão, sendo responsável pelo sustento de dois terços da população local. São colares, enfeites, portas-retratos e baús feitos com conchas e búzios, que depois são vendidos em feiras e exposições no centro da cidade.

f) ITAPEMIRIM

Itapemirim possui uma estrutura turística muito restrita. Apesar deste fato, o turismo desempenha um papel importante na economia local. Suas praias de águas tranquilas, Itaóca e Itaipava, são freqüentadas o ano inteiro pelos capixabas.



Figura II.5.3.9- 7 – Praia de Itaipava. Fonte: Pousada Azul do Mar.

A praia de Itaipava não dispõe de quiosques ou barracões na areia, mas os bares, ao longo da Avenida Beira Mar servem bebidas e petiscos aos freqüentadores da praia. Em Itaóca, há quiosques, bares e restaurantes. Devido

ao mar calmo e aos ventos constantes, esta praia é indicada para a prática de iatismo.

g) MARATAÍZES

Quase na divisa com o Rio de Janeiro, Marataízes é conhecida, no Espírito Santo, como "a pérola capixaba". Os cenários naturais preferidos pelos turistas se misturam entre as praias oceânicas e as lagoas de água doce.

Ao todo, são 25 km de praias, muitas ainda desertas. Com águas mornas e sol sempre presente, o lugar vem se tornando um dos maiores balneários do sul do estado. As areias pretas de Marataízes são famosas até no exterior, pelos tratamentos medicinais.



Figura II.5.3.9-8 – Praia do Centro. Fonte: www.rotadosol.com.br.

As praias mais importantes são a praia Principal ou praia do Centro (atualmente impossibilitada de uso para o lazer em função da colocação de gabiões, cujo objetivo era o de controlar a excessiva erosão, e que terminaram por impossibilitar o uso da praia), da Cidade Nova, da Barra e a praia do Siri. Esta última é o mais contundente exemplo de mistura de cenários, pois se encontra a poucos metros da lagoa do Siri, e é nesta união de cenários naturais que fica o maior e melhor centro de camping do estado. Além da lagoa do Siri, no município, se destacam a lagoa D´antas e a lagoa Funda.

h) PRESIDENTE KENNEDY

O município de Presidente Kennedy, o mais austral do estado do Espírito Santo, carece de um desenvolvido do enfoque turístico. Porém, possui belezas

naturais com potencialidade para o desenvolvimento sustentável da atividade, como é o caso da Praia das Neves, da Praia de Marobá e da Praia de Boa Vista, na divisa com o município de Marataízes.



Figura II.5.3.9- 9 – Praia de Marobá. Fonte: www.rotadosol.com.br.

Trata-se de praias oceânicas de grande extensão, ideais para prática de esportes aquáticos. No caso da Praia de Marobá, uma lagoa, comunicada com o mar na maré alta, permite tomar banho em águas calmas e mais quentes.

i) SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA

O município de São Francisco de Itabapoana emancipou-se do município de São João da Barra na década de 90, sendo hoje, no Brasil, o município que mais depende de recursos transferidos pela União e pelo Estado, de acordo com o Ministério do Planejamento (2003). Entre as principais atividades econômicas de São Francisco de Itabapoana, destacam-se o turismo, a agropecuária e a pesca. No entanto, o turismo é pouco desenvolvido.

A atividade turística apresenta grande potencial de desenvolvimento face ao patrimônio natural distribuído em 92 km de orla marítima. Existe uma distinção entre as praias do sul e do norte no município. As praias do sul - como Santa Clara, Guaxindiba, Gargaú, Sonhos e Sossego - são mais urbanizadas e possuem melhor infra-estrutura turística.

As praias do norte - como Tatagiba, Caçador, Guriri e Lagoa - são mais preservadas, sendo circundadas por paisagens rurais. Ainda no norte, situam-se

inúmeros casarões antigos situados às margens do Rio Itabapoana, em um local chamado Vila Rainha. Vislumbra-se, assim, a possibilidade de realização de turismo histórico aliado ao ecoturismo neste local, a exemplo do que ocorre em Casimiro de Abreu, no Rio São João.



Figura II.5.3.9 -10 – Mapa Turístico de São Francisco de Itabapoana. Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de São Francisco de Itabapoana, 2007.

No litoral sul do município, nas lagoas situadas na localidade de Gargaú, também pode se praticar o turismo ecológico, além da pesca esportiva e diversos esportes náuticos, como esqui aquático e *jet ski*.

Outros pontos atrativos do município para a prática de ecoturismo são as Ilhas de Lima, do Peçanha e da Convivência, além da foz do Rio Paraíba, onde se encontram áreas de manguezais, ricas em espécies de crustáceos, canais tipo igarapé, pequenas lagoas, ilhas de areias e muita vegetação nativa.

Com o objetivo de estimular o turismo no município, a prefeitura tem dado apoio ao turismo de eventos, com a contratação de diversos shows musicais e religiosos, além de festividades tradicionais das comunidades, como a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, realizada por comunidades pesqueiras da região, que promovem todos os anos uma tradicional procissão.

j) SÃO JOÃO DA BARRA

Entre as modalidades turísticas desenvolvidas no município, o turismo histórico se realiza através de visitas ao antigo casario da Rua dos Passos, com casas da época do império e construções do século XVIII, como a Antiga Câmara de Vereadores e Cadeia Pública, de 1749. A Rua das Palmeiras, onde foram plantadas 21 palmeiras em homenagem à visita de D. Pedro I à região em 1847, também é um importante ponto turístico.

Uma outra vertente do turismo histórico, o turismo religioso, também é praticado no município, em razão da presença preservada de antigos templos, destacando-se a Igreja Matriz de São João Batista (28), que foi construída no início do século XVIII e reformada em 1884, após um incêndio que destruiu sua nave central. Também são muito visitadas as igrejas de N. Sra. da Boa Morte, de São Benedito e de São Pedro, todas do século XIX.

O turismo litorâneo em São João da Barra se desenvolve em suas diversas praias, destacando-se as de Barra do Açu, Grussaí, Atafona, Iquipari e Chapéu do Sol. A Praia do Açu, situada na foz do rio Paraíba do Sul, por conta de suas ondas fortes, é propícia ao surfe.

A Praia de Atafona, região principalmente de veraneio tem, atualmente, parte de sua orla destruída devido à movimentação natural das dunas de areia, que avançam em direção ao continente e provocam a destruição de várias casas e ruas, afetando, inclusive, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha. Os principais atrativos turísticos de Atafona são a Foz do Rio Paraíba do Sul, que forma o segundo maior delta do país, atraindo os adeptos do ecoturismo e a presença de areias monazíticas, consideradas medicinais.

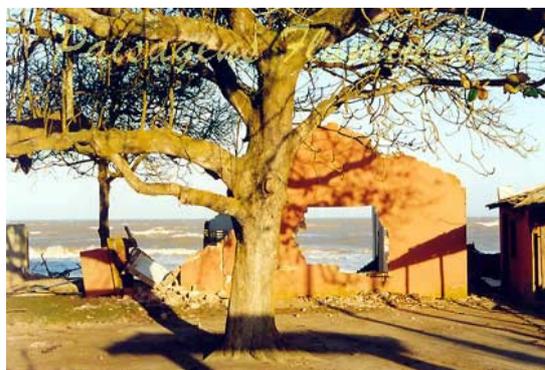


Figura II.5.3.9-11 – Praia de Atafona. Fonte:www.artefotos.com.br.

Na Cachoeira de São Romão, a presença de várias piscinas naturais atrai os turistas que procuram o município em busca de maior contato com a natureza.

O turismo de veraneio ocorre principalmente em Grussaí, onde existem diversas segundas moradias, pousadas e quiosques, além do complexo hoteleiro do Sesc Mineiro, além de casas de arquitetura do início do século XX, remanescentes dos primeiros veranistas.

Próxima a Grussaí, a região da Praia do Iquipariri também é muito procurada, tanto por adeptos do ecoturismo, em razão da reserva de mata atlântica, e da presença da Lagoa de Iquipariri, como por esportistas que praticam, principalmente, caminhadas e pesca esportiva. As Praias do Rancho e de Veiga e do Chapéu do Sol são freqüentadas por pescadores esportivos, principalmente de linha.

Quanto aos eventos culturais, destaca-se a realização em São João da Barra de uma tradicional festa de Carnaval, com duração de 10 dias de comemorações, considerada como um dos maiores carnavais da Região Norte Fluminense.

Situado no município está o Clube Social SESC Mineiro que, segundo a secretaria de turismo, conta com o maior centro de convenções e lazer do país.

Apesar de várias opções turísticas, a precariedade da infra-estrutura urbana e de saneamento dificulta o desenvolvimento do turismo na região.

k) CAMPOS DOS GOYTACAZES

Por não possuir um litoral muito propício ao turismo litorâneo, a prefeitura tem incentivado o chamado turismo de eventos. O primeiro é incentivado através da realização de shows musicais e eventos de lazer na Praia do Farol de São Tomé, além de exposições agropecuárias e festivais de música erudita.

O turismo histórico, contudo, é uma modalidade bastante praticada no município, por conta de diversas igrejas datadas do século XVIII e dos inúmeros solares, como o Solar da Baronesa, originados no ciclo áureo do açúcar na região. A valorização dos casarios do século XVIII vêm incrementando o roteiro de turismo rural do município.



Figura II.5.3.9-12 – Antiga Fazenda de cana-de-açúcar. Fonte:www.artefotos.com.br.

Outra forma bem tradicional de turismo em Campos é do segmento de turismo de negócios. A cidade possui em seu calendário eventos como o Encontro de Mulheres Empresárias, a Feira Ponta de Estoque, o Simpósio Empresarial do Norte e Noroeste Fluminense e a Exposição Agropecuária e Industrial do Norte Fluminense, que se realiza, anualmente, há 40 anos, e constitui-se em evento de grande importância econômica para a região.

Algumas manifestações culturais, como as danças típicas do Jongo e Mana-Chica, e ícones da cultura popular como o Boi Pintadinho ou Boi-de-Samba, no carnaval, também atraem visitantes, sendo esta modalidade identificada como turismo cultural. A Cavalhada de Santo Amaro, por exemplo, é uma manifestação em louvor ao padroeiro da Baixada Campista, que se realiza há mais de 325 anos de forma ininterrupta.

O Ecoturismo é realizado em diversas cachoeiras, rios e lagoas. A Lagoa de Cima, que se origina nos Rios Urubu e Imbé, é um dos principais atrativos naturais do município e é propícia a banhos, pesca e esportes náuticos, além de abrigar o late Clube Lagoa de Cima. A Cachoeira do Rio Mocotó é uma das cachoeiras mais visitadas em Campos dos Goytacazes, sendo muito adequada para banhos.

I) QUISSAMÃ

Entre os principais atrativos do ecoturismo na região está o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, que possui 65% de seu território situado em Quissamã. O Parque abriga 18 lagoas ao longo de seus 44 km de costa, contando com variado recurso faunístico e florístico, inclusive elevado número de espécies endêmicas ameaçadas de extinção, como orquídeas e bromélias.

Outro importante ponto de ecoturismo no município é a Lagoa Feia, maior lagoa de água doce do Estado do Rio de Janeiro. A lagoa localiza-se na divisa com Campos dos Goytacazes e é circundada por um rico ecossistema, também chamado de Pantanal da Costa Doce. O atrativo esportivo é o constante vento forte, que propicia a prática, principalmente, do windsurfe.



Figura II.5.3.9-13 – Lagoa Feia. Fonte:www.artefotos.com.br.

O turismo rural fica por conta do resgate de sua história de prosperidade econômica, vivida no auge do ciclo açucareiro. Até hoje há diversos ícones desta história ainda preservados, como casarões e solares antigos e a primeira fazenda de cana-de-açúcar da região, a Fazenda de Machadinha. Outro ícone desta história que vem sendo resgatado e valorizado pelo turismo histórico e cultural é o Fado de Quissamã, um bailado de origem afro-brasileira, que surgiu na época da prosperidade açucareira na região e que se mantém vivo até os dias de hoje.

O Turismo de Eventos também é uma modalidade incentivada pelo governo do município, que tem apostado em eventos principalmente ligados às suas atividades rurais, como a Festa da Água de Coco e Exposições agropecuárias, além de eventos religiosos.

O turismo de veraneio ocorre principalmente nas praias de João Francisco e Maria Menina. Nesta região, há cerca de 130 casas de temporada e é o local onde são realizados os principais eventos de verão, como shows e carnavais fora de época. Barra do Furado é o ponto principal da atividade pesqueira e de competições náuticas do município, onde costumam ocorrer muitos eventos esportivos, como competições de surfe e *bodyboard*.

m) CARAPEBUS

Carapebus possui inúmeras fazendas do período de auge do ciclo da cana que se encontram bem preservadas, como a Fazenda São Domingos e a Fazenda Retiro, onde se desenvolve o turismo histórico.

Outro atrativo histórico é o Canal Macaé-Campos, considerado uma das maiores obras de engenharia do Brasil da época do Império. Construído com o objetivo de escoar o açúcar de Campos dos Goytacazes até o Porto de Macaé, o canal foi abandonado com a chegada da ferrovia à região. Atualmente, um projeto para sua recuperação vem sendo considerado o ponto de partida para estimular o turismo histórico no município.

Dentre os atrativos naturais, estão o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, o qual possui cerca de 40% de seu território situado no município de Carapebus e é um dos grandes atrativos do turismo ecológico desenvolvido no município.



Figura II.5.3.9 -14 – PARNA da Restinga de Jurubatiba. Fonte: www.belli.com.

A Lagoa da Praia de Carapebus, outro importante atrativo ecoturístico do município, é frequentemente utilizada para a prática de esportes como canoagem e caminhadas em seu redor. Na Praia de Carapebus, são realizados diversos torneios e campeonatos de pesca, como a Prova de Pesca de Carapebus, promovida todos os anos pela Prefeitura Municipal.

As festividades religiosas que acontecem na cidade são a Via Sacra, a Festa de São Sebastião e a Cavalgada de Páscoa. Também são realizados eventos como Enduro de velocidade de Motocross e Gincana de Pesca, anualmente em janeiro, a Cavalgada Festiva, e a Festa de Aniversário da Cidade no dia 13 de março.

n) MACAÉ

A descoberta de petróleo na Bacia de Campos e a escolha do município, pela Petrobras, para a instalação do seu terminal de apoio às atividades petrolíferas não só dinamizou a economia do município como também criou condições para a expansão do turismo de negócios. De acordo com dados da MACAETUR, esse segmento corresponde hoje a 71% do turismo do município. Eventos internacionais do setor petrolífero se realizam no município, atraindo visitantes de todo o mundo.

O ecoturismo realizado no município está muito ligado ao ambiente rural, principalmente nos distritos de Glicério e do Sana. Em Glicério, situa-se o Parque Natural Municipal Fazenda do Atalaia, que possui uma área de 235 ha com 75% de seu espaço formado por Mata Atlântica. Além disso, pode-se visitar em Glicério o Pico do Frade, ponto mais alto de Macaé de onde é possível avistar toda a Serra da Bocaina e o mar. No Sana, onde se situa Área de Proteção Ambiental do Sana, a Cachoeira do Escorrega e o Pico Peito de Pombo são os principais atrativos do turismo ecológico. Nos dois distritos, é realizado o turismo de aventura, através de esportes radicais como canoagem, cavalgadas, descida de bote (*rafting*), caminhadas, ciclismo, escaladas, arvorismo e rapel.

Em Macaé, existiu um Quilombo quase tão importante quanto o Quilombo dos Palmares. A região onde ocorreu a história do Quilombo do Carukango é vasta, de difícil acesso, abrangendo a área de dois municípios fluminenses, Macaé e Conceição de Macabu, o que denota um potencial para o desenvolvimento do turismo histórico.

Em relação ao turismo litorâneo, cita-se a Praia dos Cavaleiros como a mais freqüentada do município. Nesta praia, localiza-se a maior parte das residências de veraneio e os principais bares e restaurantes da cidade.

O turismo esportivo é representado pela prática da pesca em lagoas e praias do município. A Praia do Pecado é muito freqüentada para pesca de linha e submarina. Dentre as lagoas, a de Imboacica é a mais procurada para a prática da pesca. A prática do mergulho, no município Macaé é realizada principalmente no Arquipélago de Sant'Ana, formado pelas ilhas de Sant'Ana, do Francês, Ponta das Cavalas e Ilhota do Sul. Na Lagoa de Imboacica, são praticados esportes náuticos, principalmente à vela.



Figura II.5.3.9 -15 – Arquipélago de Sant´ana. Fonte: Macaetur, 2007.

o) RIO DAS OSTRAS

O ecoturismo no município se realiza nas diversas trilhas do Monumento Natural dos Costões Rochosos e nos manguezais do Rio das Ostras (rio que dá o nome ao município). Além disso, desenvolve-se no Parque Municipal de Rio das Ostras, que recebe, nos finais de semana e feriados, inúmeros visitantes.

A Lagoa de Iriry, chamada de Lagoa da Coca-Cola por se tratar de lagoa de águas ferruginosas, e atualmente Área de Proteção Ambiental, é outro local freqüentado por adeptos do turismo ecológico.



Figura II.5.3.9-16 – Lagoa da Coca-cola. Fonte: www.guiabrasil.com.br.

O turismo litorâneo ocorre diferenciadamente em cada praia. As Praias do Centro e das Tartarugas são propícias ao mergulho e à pesca de vara. A Praia do Centro é circundada por residências, restaurantes e bares, encontrando-se, em sua extremidade, o late Clube de Rio das Ostras, com lanchas e barcos

fundeados na área. Além disso, na Praia do Centro, são realizados passeios de pedalinhos, banana-ski e escuna pela orla. Já a Praia Costazul é procurada para a prática de surfe e *bodyboard*.

Além das lagoas e praias, os turistas também têm a opção de visitar as Ilhas do Costa, das Pombas (do Coqueiro Só), dos Quinze Réis e dos Trinta Réis, que são ponto de pesca, mergulho e observação de pássaros.

O turismo de aventura também é realizado no município, através de enduros, como o da Independência, e o Rali Terra Brasil, além de Festivais de Balonismo e encontros de motoqueiros.

O turismo cultural no município fica por conta da Casa da Cultura de Rio das Ostras, que é uma casa centenária que apresenta um acervo de móveis e objetos no estilo dos anos vinte, e da antiga Estação de Trem, Estação Ferroviária de Rocha Leão.

O sítio arqueológico Sambaqui da Tarioba, demarcado e identificado em 1967, é outro atrativo turístico do município. O sítio abrigou índios na pré-história e nele foram encontrados restos de esqueleto fragmentado, objetos, ostra gigante, conchas, pedras e cerâmica de tradição Una, que caracterizam a ocupação de uma antiga civilização estimada em 4 mil a 2 mil anos da data de hoje. Hoje, há no local o Museu de Sítio Arqueológico.

p) CASIMIRO DE ABREU

O município de Casimiro de Abreu tem este nome porque serviu de inspiração, no passado, para o poeta Casimiro de Abreu, que viveu e morreu no local, em 1860. Situada às margens do Rio São João, a casa onde o poeta viveu hoje é um Centro Cultural.

Além da Casa de Casimiro de Abreu, as margens do Rio São João abrigam diversos casarões antigos, que se constituem em um dos principais roteiros turísticos do município. A rua que percorre as margens do rio também abriga restaurantes de comida típica caseira, instalados em edifícios do século XVIII. Passeios de barco pelo rio também são realizados, partindo da margem coberta de figueiras centenárias. Hoje, o Rio São João pertence à APA do Mico Leão Dourado.

O turismo rural, outra das vertentes turísticas praticadas no município, é

realizado nas inúmeras fazendas da época do ciclo do café, através dos chamados circuitos rurais, planejados em parceria pelas Secretarias de Agricultura e Turismo e a ABRATTUR – Associação Brasileira de Turismo Rural. A pavimentação da Estrada Serra Mar, que liga o município a Nova Friburgo, também contribuiu para o surgimento desses circuitos.

O ecoturismo e o turismo de aventura são realizados nos rios do município, onde se praticam esportes radicais como o *rafting*. O município possui, ainda, diversas cachoeiras, como as do Poço do Pai João e trilhas.

O turismo litorâneo é praticado especialmente na Prainha, local de encontro do Rio São João com o oceano. Nas Praias Grande e de Unamar, são praticados esportes como surfe, *bodyboard* e vela. A Ilha dos Trinta Reis e a Laje da Cruz são propícias para a pesca de mergulho.



Figura II.5.3.9-17 – Praia da Prainha. Fonte: www.artefotos.com.br.

No entanto, cabe ressaltar que, apesar dos atrativos turísticos, o município de Casimiro de Abreu não possui infra-estrutura satisfatória de apoio ao visitante, assim como não dispõe de sinalização e divulgação de suas atrações, sendo o turismo na região divulgado informalmente.

q) ARMAÇÃO DOS BÚZIOS

O turismo em Armação dos Búzios é a principal base econômica do município, sendo inclusive a principal razão para a emancipação e o crescimento do município.

A atividade turística no município está apoiada em uma ampla rede de hotéis, restaurantes, bares e serviços especiais ao turista. A vida noturna de Búzios é bastante movimentada e o turismo gastronômico é uma das modalidades turísticas praticadas no município, realizado através de um grande número de estabelecimentos de renome internacional, concentrados principalmente na Rua das Pedras.

O principal atrativo turístico de Armação dos Búzios, no entanto, é sua natureza e, mais especificamente, as suas 26 praias. O turismo de veraneio ocorre principalmente nas Praias de Manguinhos, do Canto, da Armação, dos Ossos, da Ferradura, da Ferradurinha e de Geribá.



Figura II.5.3.9-18 – Praias de Armações dos Búzios. Fonte: www.buzios.com.br.

O ecoturismo se dá através de caminhadas ecológicas, principalmente em trilhas entre as praias, como a trilha para as Poças, entre as Praias Ferradura e Ferradurinha, que leva a um costão chamado de Poças das Tartarugas. Este costão é um local de piscinas naturais de águas salgadas onde, eventualmente, se observam espécies de tartarugas marinhas. A trilha das Pitangueiras situa-se na Restinga dos Tucuns, que possui vegetação remanescente de restinga. Outros atrativos do turismo ecológico no local são a Reserva de Tauá, na Praia Rasa, que é uma área reflorestada por iniciativa privada, e a Enseada de Manguinhos, que apresenta trechos bem preservados de manguezal.

O turismo náutico também é muito praticado, sendo os passeios de escuna, catamarã e traineiras, realizados principalmente nos fins-de-semana, feriados e no período do verão. Além destas atividades, o espaço marítimo de Búzios é

muito cobiçado para a prática de esportes náuticos, como a vela e o iatismo, sendo a Praia Rasa um dos principais locais para a prática de windsurfe e esportes à vela, possuindo, inclusive, uma marina. Na Praia dos Ossos, onde são praticados esportes náuticos e pesca de mergulho, localiza-se o Iate Clube.

Como exemplo de evento náutico, destaca-se a Regata Rio-Búzios, que conta com a participação de diversas classes de barcos à vela. Ainda dentro desta modalidade, ocorre, durante o mês de março, a tradicional regata de oceano "Búzios *Sailing Week*", que é o encontro anual de veleiros nacionais.

Búzios é, ainda, um dos principais pontos de mergulho esportivo do Brasil. Os locais mais utilizados para esta atividade são as Praias da Tartaruga, Azedinha, Ferradurinha, do Forno e Caravelas e a Ilha Feia. As Praias Brava e de Geribá são muito procuradas por surfistas.

Armação dos Búzios também é uma importante escala nas rotas de cruzeiros marítimos que passam pelo litoral brasileiro. Hoje, o município é o terceiro porto em escalas de cruzeiros marítimos, perdendo em movimento apenas para Santos e Rio de Janeiro. A cidade conta com dois atracadouros para a recepção de passageiros: o Porto Veleiro Búzios, que possui boa infra-estrutura (bar, lojas, balcão para a contratação de passeios e excursões, banheiros e posto de abastecimento de embarcações), e um cais público, administrado pela prefeitura municipal.

r) CABO FRIO

Entre os atrativos naturais do município, sobressaem-se as dunas de Cabo Frio, com destaque para a Dama Branca, localizada na Praia das Dunas. Outro importante ponto de atração turística de Cabo Frio são as áreas de salinas, situadas, principalmente, ao redor da Lagoa de Araruama.

A pesca amadora, tanto de linha como de mergulho, é muito praticada no município, nas Praias das Conchas, do Foguete, do Coqueiral, da Siqueira e nas Ilhas do Papagaio, dos Pargos, dos Anjos, Dois Irmãos e Comprida.



Figura II.5.3.9-19 – Praia das Conchas. Fonte: www.artefotos.com.br.

A prática de esportes náuticos acontece predominantemente nas Praias das Conchas, do Forte e do Sudoeste. Além disso, o Canal do Itajuru e a Lagoa de Araruama também são muito utilizados com esse fim, principalmente para a prática de iatismo, esqui aquático e windsurfe. Por conta de todas estas atividades, situam-se, às margens do Canal de Itajuru, marinas e um late Clube.

Na vertente de ecoturismo, destaca-se a Ilha do Japonês, onde são realizadas caminhadas ecológicas, bem como o Horto do Portinho, que reúne espécies vegetais organizadas em três categorias: ornamentais, frutíferas e de reflorestamento.

As Praias do Perú, Brava, do Forte e do Foguete são as mais procuradas por praticantes do surfe e do *bodyboard*. O turismo de veraneio ocorre principalmente nas Praias do Perú, do Foguete e do Coqueiral.

Assim como Armação dos Búzios, Cabo Frio também tem sido rota de diversos cruzeiros marítimos que passam pela costa brasileira. Por este motivo, recentemente foi inaugurado, no Canal de Itajuru, um terminal de passageiros com cais para embarque e desembarque de *tenders* (os navios em visita à cidade ficam ao largo, na Praia do Forte), escritórios e infra-estrutura para autoridades como Receita Federal, Polícia Federal, Capitania dos Portos e Vigilância Sanitária e receptivo, balcão de atendimento, lojas e banheiros. Cabo Frio é um dos municípios da denominada Costa do Sol que possui melhor infra-estrutura de receptivos, incluindo aeroporto e boa malha rodoviária.

Na costa marítima de Cabo frio, são realizados, principalmente nos meses de janeiro e fevereiro, torneios de pesca, em decorrência da presença na região, das espécies Marlin Azul, Marlin Branco e *Sailfish*. Estes torneios são considerados

como atração turística nacional e internacional.

A cidade é conhecida por seu passado histórico e reflete a arquitetura colonial em monumentos como o Forte São Mateus, construído em 1650, o Convento de N. Sra. dos Anjos e o Museu de Arte Sacra com início da construção datada de 1615 e concluída em 1696.

s) ARRAIAL DO CABO

O município de Arraial do Cabo é um dos principais destinos turísticos da “Costa do Sol”. Apelidado de Capital do Mergulho, por conta do fenômeno da ressurgência, que torna o ambiente marítimo da região muito límpido e rico em fauna, atrai mergulhadores de diversos lugares (Figura II.5.3.9-18). A Ilha de Cabo Frio e o Pontal do Atalaia são dois importantes locais de mergulho do município. Além do mergulho, a pesca amadora, tanto de linha como de mergulho, também é muito praticada em Arraial do Cabo, sendo os esportes náuticos, como windsurfe, surfe e vela, realizados na maioria das praias.



Figura II.5.3.9-20 – Praia Grande – Arraial do Cabo

Atualmente o município foi inserido nas escalas das rotas de cruzeiros marítimos que passam pelo litoral brasileiro.

A região urbana de Arraial do Cabo, no entanto, vem sofrendo um forte processo de especulação imobiliária, por conta do crescimento não planejado da atividade turística. Como conseqüências, têm-se a descaracterização urbana e

ambiental e o crescimento urbano desordenado, o que, por sua vez, compromete o turismo.

No sentido de reverter esta situação, algumas iniciativas por parte do poder público estão sendo adotadas, destacando-se a criação da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo, em 1997, com o objetivo de explorar de forma sustentável os recursos pesqueiros da região. A realização de eventos nesta área, como o Pólo de Pesca Esportiva Marinha do País, objetiva atrair turistas sem deteriorar o patrimônio natural do município.

O município conta, ainda, entre seus atrativos turísticos, com diversos monumentos históricos: a Casa da Pedra, localizada na Praia dos Anjos, construída pelos portugueses em 1506, e tida como uma das primeiras edificações do país, a Igreja N. Sra. dos Remédios, também situada na Praia dos Anjos, as ruínas da Fortaleza do Marisco; as ruínas do Telégrafo, situadas no Morro do Pontal do Atalaia; as Ruínas do Farol Velho, localizadas no ponto mais alto da Ilha de Cabo Frio/do Farol.

t) ARARUAMA

Araruama possui praias oceânicas e lagunares, separadas pela Lagoa de Araruama, a segunda maior do país. As praias lagunares são muito utilizadas para a prática de esportes náuticos como vela, windsurfe, *jet-ski* e caiaque. As praias oceânicas, como Praia Seca, por se situarem mais distante da sede do município, se mantiveram mais preservadas, sendo muito utilizadas para a prática de surfe e pesca de linha.



Figura II.5.3.9-21 – Praia Seca. Fonte: www.artefotos.com.br.

O município é predominantemente freqüentado por turistas de veraneio que pouco utilizam os serviços receptivos, como hotéis, pousadas, restaurantes, etc.

Recentemente inaugurado, o circuito de Turismo Rural de Araruama tem o nome de um dos distritos rurais do município: Morro Grande. O circuito oferece passeios por trilhas ecológicas, cavalgadas, visitação a plantações, hortas, criações de animais, alambique, casa de farinha, ordenha, apicultores, hortos, prática de pesca esportiva, entre outros.

Há em Araruama, ainda, uma rampa de v o livre e trilhas, como a Trilha da Serra das Castelhanas e a Trilha dos Goonies, que aliam o turismo esportivo ao desenvolvimento do turismo ecológico. As Cachoeiras da Serra do Roncador, um conjunto de seis cachoeiras acessadas apenas através de trilhas vem sendo divulgado pela secretaria de turismo do município, com o objetivo de incentivar o ecoturismo.

O turismo de eventos também tem sido bastante realizado e eventos como *shows* musicais e exposições agropecuárias buscam incentivar o turismo rural da região.

u) SAQUAREMA

O turismo esportivo é uma das principais modalidades turísticas realizadas em Saquarema. O município é denominado, inclusive, de Capital do Surfe, por

possuir praias adequadas à prática do esporte. São sediados, desde a década de 1970, campeonatos de surfe, principalmente na Praia de Itaúna.

A pesca amadora também é um dos esportes praticados em Saquarema. A pesca de tarrafa e de arremesso é realizada tanto nas Lagoas de Saquarema e Jaconé, como nas Praias da Boca, da Barra, de Massambaba, de Saquarema e do Jaconé. A pesca de mergulho é muito praticada nas Praias do Canto, do Meio e de Itaúna.



Figura II.5.3.9-22 – Praia de Itaúna. Fonte: www.artefotos.com.br.

Outro importante atrativo turístico do município é o Centro de Desenvolvimento de Voleibol, da Confederação Brasileira de Vôlei, onde ocorre o treinamento da seleção brasileira. A área possui hospedagem, restaurantes e área de lazer para os atletas, além de um museu do vôlei para o público em geral.

O turismo religioso tem seu principal atrativo no cemitério localizado nos fundos da Igreja N. Sra. de Nazareth. Isto porque se situa em um penhasco, com vista privilegiada para o mar, havendo um similar apenas na Europa, na França.

v) MARICÁ

Maricá possui uma pequena rede receptiva para turistas, composta por pousadas e um *camping*. No centro do município, em áreas de maior urbanização, há um grande número de segundas residências e de alojamentos, caracterizando o município como área predominantemente de veraneio.

Como forma de tentar reverter esta situação, o poder público local tem incentivado o turismo ecológico e de aventura, principalmente, nas pedras, serras

e cachoeiras da região. O turismo de eventos também é muito realizado em Maricá, através de *shows* musicais e carnavais fora de época.

Os esportes náuticos e a pesca amadora são realizados predominantemente nas lagoas da região. As praias oceânicas de Barra de Maricá, Itaipuaçu e Ponta Negra são muito utilizadas para a pesca de linha, sendo a última também muito freqüentada para a prática do surfe.



Figura II.5.3.9- 23 – Vista aérea de Maricá. Fonte: www.marica.rj.gov.br.

II.5.3.10– CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

De acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente, a responsabilidade pelo controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais é dos órgãos ou entidades estaduais membros do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, cabendo ao IBAMA apenas a atuação supletiva. Desse modo, serão apresentadas aqui as instituições públicas responsáveis pelo controle e fiscalização ambiental identificadas na Área de Influência dos empreendimentos.

II.5.3.10.1 – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

No âmbito federal, o IBAMA - entidade vinculada ao Ministério do Meio Ambiente - é o órgão responsável pelo gerenciamento e fiscalização do meio

ambiente. O controle é exercido através do processo de licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras. Atua sobre as águas jurisdicionais brasileiras e empreendimentos interestaduais.

Quanto às Unidades de Conservação, há um impasse entre os funcionários do órgão e o Ministério do Meio Ambiente. Em maio de 2007, a Medida Provisória (MP) 366/07 criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, com o objetivo de atuar restritamente sob o controle, gestão e fiscalização das Unidades de Conservação, com autonomia administrativa e financeira, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, retirando, assim, esta atribuição do IBAMA. Desde a promulgação desta Medida Provisória, os funcionários iniciaram uma greve em protesto contra tal medida e as ações de transferência de pessoal e competência estão paralisadas.

O IBAMA é o responsável pelo licenciamento ambiental, controle e fiscalização das atividades de exploração e produção de petróleo e gás nas bacias sedimentares brasileiras. Para a atuação na Área de Influência dos empreendimentos, o IBAMA conta com um total de treze escritórios e agências na área em estudo - seis unidades no Estado do Espírito Santo e sete no Estado do Rio de Janeiro.

Cabe destacar que estão incluídas neste total a gerência, os escritórios regionais, as sedes das Unidades de Conservação e as sedes do projeto TAMAR. Estas unidades estão listadas no item II.5.1.2 deste relatório.

II.5.3.10.2 – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA) é o órgão estadual responsável pelo gerenciamento, de forma articulada com os demais órgãos da administração pública, das políticas estaduais de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Atua no sentido da preservação e melhoria da qualidade ambiental através da supervisão e apoio às pesquisas, estudos científicos e projetos efluentes líquidos, resíduos sólidos, recursos atmosféricos, recursos hídricos superficiais (interiores e costeiros), recursos hídricos subterrâneos, poluição sonora, solos, dentre outros parâmetros a serem estabelecidos para o cumprimento do controle das atividades

potencialmente poluidoras e degradadoras. Sua atuação está direcionada, ainda, ao fomento a ações que visem o desenvolvimento de atividades relacionadas com a Política Estadual de Educação Ambiental e à coordenação das ações do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA -, dos Conselhos Regionais de Meio Ambiente - CONREMAS - e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH.

II.5.3.10.3 - INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – IEMA

O Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recurso Hídricos (IEMA), vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA), tem por objetivo executar, fiscalizar e controlar as atividades de meio ambiente, dos recursos hídricos e dos recursos naturais.

O IEMA promove a proteção dos recursos naturais, estabelecendo os padrões de qualidade ambiental, avaliando os impactos sobre a natureza, licenciando e revisando as atividades poluidoras e degradadoras. O órgão, ainda, cria e gerencia áreas protegidas, efetua monitoramentos, fiscalizações, pesquisas, trabalhos de educação ambiental e promove o gerenciamento integrado dos recursos hídricos. O IEMA se estrutura através das seguintes gerências:

- **Gerência de Recursos Hídricos (GRH):** tem como atribuição coordenar e controlar as ações voltadas à implementação dos instrumentos das Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, dentre eles a Outorga para o Uso da Água, visando promover a sustentabilidade dos recursos hídricos, garantindo o desenvolvimento econômico e social do Estado.
- **Gerência de Controle Ambiental (GCA):** responsável pelo licenciamento ambiental, visa disciplinar a localização, a instalação, a operação e a ampliação de atividades que sejam fontes de poluição ou degradação do meio ambiente, garantindo o desenvolvimento das atividades com o mínimo de impactos ambientais. É, ainda, de competência desta gerência o acompanhamento dos programas de

monitoramento de água e de ar, além do controle da destinação e tratamento de resíduos sólidos e recuperação de áreas degradadas.

- **Gerência de Fiscalização (GFI):** atua no sentido de impedir a degradação dos recursos naturais e na preservação da qualidade ambiental, através do atendimento de denúncias e fiscalização sistemática em todo o território estadual. Esta gerência atua também no atendimento a acidentes, com ênfase nos portos e terminais marítimos, bem como no transporte de cargas perigosas.
- **Gerência de Recursos Naturais (GRN):** tem como atribuições contribuir para a conservação das áreas naturais, a gestão das unidades de conservação do IEMA e o zoneamento ambiental, compatibilizando os diversos usos com a conservação dos ecossistemas, por meio de técnicas de zoneamento e de planos de gestão, de diagnósticos, de informações georreferenciadas e de banco de dados.
- **Gerência de Educação Ambiental (GEA):** atua no sentido de difundir a educação ambiental, como forma de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população visando, ao mesmo tempo, um desenvolvimento que esteja norteado para as necessidades atuais e futuras do homem, respeitando o ambiente e a diversidade biológica.

II.5.3.10.4 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO – IDAF

O IDAF é a entidade responsável pela execução da política agrária do Estado no que se refere às terras públicas, pela execução da política cartográfica e pela execução da política de defesa sanitária das atividades agropecuárias, florestais, pesqueiras, dos recursos hídricos e solos bem como pela administração dos remanescentes florestais da mata atlântica, demais formas de vegetação existentes e da fauna no território do Estado do Espírito Santo.

O órgão está vinculado a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aqüicultura e Pesca. A sede do IDAF está localizada em Vitória, sua divisão administrativa é composta por: 01 escritório central; 04 escritórios regionais; 29

escritórios locais; 48 postos de atendimento; 06 postos de fronteira; 05 unidades conservação; 01 laboratório de diagnóstico e 04 unidades volantes.

Na Área de Influência dos empreendimentos há o escritório central e dois escritórios regionais, situados em Cachoeiro de Itapemirim, com jurisdição nos municípios de Itapemirim, Marataízes, Presidente Kennedy e Piúma e o escritório regional de Cariacica, com jurisdição para atender os municípios de Anchieta e Guarapari.

II.5.3.10.5 - SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA-RJ

A SEA-RJ constitui órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, que tem como atribuições formular e coordenar a política de proteção e conservação do meio ambiente do Estado do Rio de Janeiro.

O Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONEMA - é um órgão deliberativo e normativo, a quem cabe o estabelecimento das diretrizes da Política Estadual de Controle Ambiental.

A gestão ambiental pública no Estado do Rio de Janeiro apóia-se no sistema estadual de meio ambiente, coordenado por esta Secretaria, do qual fazem parte:

- Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA;
- Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – SERLA;
- Fundação Instituto Estadual de Florestas – IEF;
- Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA;
- Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONEMA;
- Fundo Estadual de Controle Ambiental – FECAM;

O Fundo Estadual de Controle Ambiental (FECAM) foi criado em 1986 pela Lei Estadual nº 1.060/86. O fundo de natureza contábil tem por objetivo financiar projetos de apoio à execução da Política Estadual de Meio Ambiente. Os recursos são provenientes, principalmente, da arrecadação de multas e indenizações por infração à legislação ambiental estadual e de *royalties* de petróleo.

II.5.3.10.6 - FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE – FEEMA

A FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente é responsável pelo licenciamento, controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras, bem como pelo monitoramento e qualidade ambiental do Estado. Atua sobre os ecossistemas costeiros, unidades de conservação estadual, sendo responsável pelo licenciamento ambiental de empreendimentos no Estado do Rio de Janeiro.

Para a gestão ambiental no interior do Estado do Rio de Janeiro, a FEEMA atua através de Agências Regionais, que têm como principal objetivo se constituírem em agentes de fomento do desenvolvimento sustentável, nas respectivas áreas de atuação. Para tanto, têm buscado a parceria com o poder público local, através das prefeituras e do Ministério Público, bem como com os movimentos sociais ambientalistas.

II.5.3.10.7 - FUNDAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE RIOS E LAGOAS – SERLA

A SERLA é o gestor dos recursos hídricos no Estado do Rio de Janeiro, responsável pela execução da Política Estadual de Recursos Hídricos e pela realização de obras de proteção de rios, canais e lagoas. Atua através de Agências Regionais, que funcionam como postos avançados com os seguintes principais objetivos: cadastramento de usuários de recursos hídricos; regularização para outorga de direito de uso das águas; fiscalização e autuação de irregularidades; demarcação de faixa marginal de proteção; registro de denúncias e vistorias. As Agências Regionais com atuação na Área de Influência são:

- **3ª AR:** sediada em Niterói, com área de abrangência nas Bacias Hidrográficas da Baía de Guanabara Leste e Sistema Lagunar de Maricá, envolvendo os seguintes Municípios: Itaboraí, Guapimirim, Maricá, Niterói, São Gonçalo, Tanguá e parte dos municípios de Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito e Magé.

- **4ª AR:** sediada em Araruama, com área de abrangência nas Bacias Hidrográficas do Rio São João e Lagoa de Araruama, envolvendo os seguintes Municípios: Arraial do Cabo, Araruama, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Silva Jardim e parte dos Municípios de Casimiro e Abreu, Rio das Ostras, Cachoeiras de Macacu, Maricá e Rio Bonito.
- **5ª AR:** sediada em Campos dos Goytacazes, com área de abrangência nas Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (baixo), do rio Macaé, Lagoa Feia e Zona Costeira, envolvendo os seguintes Municípios: Macaé, Carapebus, Quissamã, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana, Cardoso Moreira, Campos dos Goytacazes e parte dos municípios de Rio das Ostras, Italva, Santa Maria Madalena, Trajano de Moraes, Casimiro de Abreu e São Fidélis.

II.5.3.10.8 - INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS – IEF

O IEF é o órgão técnico e executor da Política Florestal do Estado do Rio de Janeiro, que tem como principais atribuições propor a criação e administrar as Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro, e fiscalizar e coibir a utilização dos recursos da flora e da fauna em todo o território do Estado.

As atividades de fiscalização do IEF são realizadas através de Patrulhas de Fiscalização e Postos Avançados que cobrem todo o Estado do Rio de Janeiro, visando verificar o cumprimento da legislação de proteção à fauna e à flora, fazendo, do ponto de vista administrativo, a constatação das ocorrências para posterior emissão dos respectivos Autos de Infração.

O IEF realiza um trabalho investigativo e repressivo, mas também de orientação, coibindo práticas ilegais como caça, tráfico de animais silvestres, pesca predatória, coleta de plantas ornamentais (bromélias, orquídeas, helicônias etc.), desmatamentos e queimadas.

Este trabalho é feito através das Patrulhas de Fiscalização e dos Postos Avançados do IEF. Na Área de Influência dos empreendimentos, foram identificadas três Patrulhas de Fiscalização, nos municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes.

II.5.3.10.9 - COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL -CECA

A CECA é um órgão colegiado diretamente vinculado ao Secretário, a quem compete, entre outras atribuições, baixar as normas ambientais e outros atos complementares necessários ao funcionamento do licenciamento ambiental; aplicar as penalidades cabíveis aos infratores da legislação de controle ambiental, mediante apreciação dos Autos de Constatação lavrados pelos órgãos fiscalizadores; e dar solução final aos processos de licenciamento ambiental.

II.5.3.10.10 - COORDENAÇÃO INTEGRADA DE COMBATE AOS CRIMES AMBIENTAIS – CICCA

A Coordenadoria de Combate aos Crimes Ambientais tem a finalidade de coordenar e planejar ações conjuntas com os órgãos federais, estaduais e municipais de combate aos crimes ambientais, como o Batalhão de Polícia do Meio Ambiente e Florestal (BPMF), a Delegacia de Proteção do Meio Ambiente (DPMA), a Polícia Federal, o IEF, a FEEMA e a SERLA.

A CICCA visa criar mecanismos de inteligência que possibilitem a intervenção antecipada com o objetivo de coibir e dissuadir ações que representem ameaças ou depredações à natureza. Também são promovidas campanhas educativas com foco em determinados delitos, como desmatamentos, tráfico de animais silvestres e o risco de soltar balões.

Em nível municipal, as Prefeituras Municipais da Área de Influência dos empreendimentos dispõem de órgãos municipais responsáveis pelo gerenciamento e controle dos ecossistemas locais. Essas secretarias são identificadas no item II.5.3.2 – Grupos de Interesses.

II.5.3.11– INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL

De acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente, os instrumentos de gestão ambiental são aqueles destinados ao estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, tais quais avaliações de impactos, cadastros técnicos e especialmente os zoneamentos, onde é possível estabelecer os procedimentos de uso e ocupação para que o crescimento do local seja sustentável. Nesse

sentido, considerando a natureza dos empreendimentos, deve-se destacar o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro, como instrumento de planejamento gestão ambiental dos recursos naturais disponíveis na costa brasileira.

O PNGC foi instituído pela Lei Federal nº 7.661/88, é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e vem sendo executado nos 17 estados costeiros da Federação, no âmbito do Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA, com o apoio financeiro do Banco Mundial. Como forma de promover a integração entre os diversos atores que atuam na Zona Costeira, foi criado, no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM, do Ministério da Marinha, o Grupo de Integração de Gerenciamento Costeiro - GI-GERCO, que é composto por representantes de entidades federais, estaduais, municipais e da sociedade civil.

Conforme definido pelo PNGC, a zona costeira corresponde à soma dos territórios dos municípios litorâneos e adjacentes, acrescida de uma faixa marinha de 12 milhas náuticas (mar territorial), incluindo, portanto, a Área de Influência dos empreendimentos. Os Estados litorâneos participam do PNGC através dos Planos Estaduais de Gerenciamento Costeiro. Dentre os objetivos do PNGC, podemos destacar:

- Orientar e estabelecer a ocupação do solo e a utilização dos recursos naturais da Zona Costeira;
- Fortalecer o sistema de controle e fiscalização do ambiente costeiro, pela cooperação e parceria com os municípios e com os demais órgãos atuantes na faixa costeira (Plano Integrado de Gestão Costeira);
- Promover a melhoria da qualidade de vida das populações locais;
- Conservar os ecossistemas costeiros, em condições que assegurem a qualidade ambiental;
- Determinar as potencialidades e vulnerabilidades da Zona Costeira;
- Estabelecer o processo de gestão das atividades sócio-econômicas na Zona Costeira, de forma integrada, descentralizada e participativa, com a proteção do patrimônio natural, histórico, étnico e cultural;

- Assegurar o controle sobre os agentes que possam causar poluição ou degradação ambiental, em quaisquer de suas formas, que afetem a Zona Costeira;
- Assegurar a mitigação dos impactos ambientais sobre a Zona Costeira e a recuperação de áreas degradadas;
- Assegurar a interação harmônica da Zona Costeira com as demais regiões que a influenciam ou que por ela sejam influenciadas;
- Implantar programas de Educação Ambiental com as comunidades costeiras;
- Definir a capacidade de suporte ambiental das áreas passíveis de ocupação, de forma a estabelecer níveis de utilização dos recursos renováveis e não renováveis;
- Estabelecer normas referentes ao controle e manutenção da qualidade do ambiente costeiro.

II.5.3.11.1 - PLANO ESTADUAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO DO ESPÍRITO SANTO - PEGC/ES

O Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Espírito Santo - PEGC/ES - foi instituído pela Lei N° 5.816, de 22 de dezembro de 1968 que, em seu artigo 13, define como de competência da SEAMA a sua coordenação executiva.

Para fins do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, a Zona Costeira do Espírito Santo apresenta a seguinte setorização:

- Litoral Extremo Norte: compreendendo os Municípios de Conceição da Barra, São Mateus e Jaguaré, em seus respectivos limites territoriais, além do Mar Territorial e a Plataforma Continental adjacente;
- Litoral Norte: compreendendo os Municípios de Linhares, Sooretama e Aracruz, em seus respectivos limites territoriais, além do Mar Territorial e a Plataforma Continental adjacente;
- Litoral Centro: compreendendo os Municípios de Fundão, Serra, Vitória, Cariacica, Vila Velha e Viana, em seus respectivos limites territoriais, além do Mar Territorial e a Plataforma Continental adjacente;

- Litoral Sul: compreendendo os Municípios de Guarapari, Anchieta e Piúma, em seus respectivos limites territoriais, além do Mar Territorial e a Plataforma Continental adjacente;
- Litoral Extremo Sul: compreendendo os Municípios de Marataízes, Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim e Presidente Kennedy, em seus respectivos limites territoriais, além do Mar Territorial e a Plataforma Continental adjacente.

Destacam-se como principais instrumentos do PEGC/ES:

- **Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - ZEEC:** instrumento básico de planejamento que estabelece, após discussão pública de suas recomendações técnicas, a nível estadual e municipal, as normas de uso, ocupação do solo e de manejo dos recursos naturais da costa, em zonas específicas, definidas a partir de suas características ecológicas e socioeconômicas;
- **Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro - SIGERCO:** instrumento do PEGC que terá a função de armazenar, processar e atualizar dados e informações do Programa, servindo de fonte de consulta rápida e precisa para a tomada de decisões;
- **Plano de Gestão da Zona Costeira - PEGZC:** concebido pelo conjunto de ações e programas setoriais, integrados e compatibilizados com as diretrizes estabelecidas no Zoneamento Ecológico-Econômico, envolvendo a participação das entidades civis e dos setores organizados da sociedade;
- **Monitoramento Ambiental da Zona Costeira - MAZC:** constituído de uma estrutura operacional de coleta de dados e informações, de forma contínua, de modo a acompanhar os indicadores de qualidade socioambiental da Zona Costeira e propiciar o suporte permanente do Plano de Gestão;
- **Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira - RQA-ZC:** procedimento de consolidação periódica dos resultados produzidos

pelo Monitoramento Ambiental e, sobretudo, de avaliação da eficiência das medidas e ações desenvolvidas em nível do PEGC/ES.

II.5.3.11.2 - PROGRAMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO - GERCO/RJ

O Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro - GERCO/RJ abrange uma faixa de aproximadamente 800 km de extensão, correspondendo à faixa marinha de 12 milhas e uma faixa continental, envolvendo os municípios litorâneos até 50km, desde que abriguem fontes poluidoras de alto impacto, dentre outras.

Para efeito de Gerenciamento Costeiro, o litoral fluminense foi subdividido em 4 setores, identificados a seguir:

- **Setor 1 - Litoral Sul:** Municípios de Paraty, Angra dos Reis, Mangaratiba, Itaguaí, Seropédica, Queimados, Japeri.
- **Setor 2 - Litoral da Baía de Guanabara:** Municípios do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Belfort Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, São Gonçalo, Itaboraí, Niterói, Maricá;
- **Setor 3 - Litoral da Região dos Lagos:** Municípios de Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, São Pedro d'Aldeia, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras.
- **Setor 4 - Litoral Norte Fluminense:** Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Francisco do Itabapoana.

Cabe destacar que o Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da FEEMA, tem participado do PNGC por duas razões básicas: (i) a importância do litoral fluminense do ponto de vista econômico e ambiental, e (ii) em atendimento à Lei Estadual nº 1.204, de 7/11/87, que instituiu o Comitê de Defesa do Litoral - CODEL/RJ e fortaleceu as atribuições do Estado na gestão do processo de uso e ocupação do litoral. Dentre as atividades em desenvolvimento no Rio de Janeiro, destacam-se:

- Apoio à Regulamentação da Lei nº. 7661, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, em apoio ao Ministério do Meio Ambiente;
- Participação em grupo de trabalho para implementação de projeto piloto de controle de água de lastro no Porto de Sepetiba;
- Apoio na implementação do Projeto Orla, que visa o ordenamento desta fração da zona costeira, envolvendo o aperfeiçoamento do arcabouço normativo e a integração dos diversos atores na gestão integrada da orla;
- Apoio na implementação da Agenda Ambiental Portuária, que visa o fortalecimento da capacidade dos portos brasileiros para o controle ambiental;
- Apoio à estruturação do Programa de Proteção do Ambiente Marinho no Atlântico Sudoeste, vinculado ao Programa de Ação Global de Proteção do Ambiente Marinho frente às Atividades Baseadas em Terra, coordenado pelo PNUMA/ONU;
- Plano de Gestão Costeira da Baía de Guanabara, desenvolvido através de convênio entre o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Terra de Preservação Ambiental, sob supervisão da FEEMA/SEMADUR, tendo como principal objetivo fortalecer os instrumentos e procedimentos de gestão, integrando em sua estrutura os diversos segmentos sociais que direta ou indiretamente se relacionam com a Baía de Guanabara;
- Apoio permanente ao processo de Gestão Ambiental envolvendo a sistematização de informações sobre aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos da zona costeira, perícias e avaliações ambientais, o planejamento de unidades de conservação, o apoio aos municípios no ordenamento do solo, dentre outros.

Dentre as principais perspectivas do GERCO/RJ, destacam-se o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro e os Planos de Gestão da Zona Costeira, que têm o objetivo de integrar e setorizar as atividades econômicas desenvolvidas ao longo da zona costeira.

II.5.3.11.3 - PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL – ESPÍRITO SANTO

Na Área de Influência capixaba, os Municípios de Piúma e Presidente Kennedy não têm a obrigatoriedade de elaborar planos diretores, por possuírem contingentes populacionais inferiores a 20.000 habitantes.

Relaciona-se, a seguir, a situação dos demais municípios:

- Vitória – a atualização do Plano Diretor (obrigatória decenalmente) está em processo de aprovação pela Câmara Municipal;
- Vila Velha – em processo de revisão pelo IBAM;
- Guarapari – nova proposta em processo de elaboração pela UFES/Fundação Ceciliano Abel de Almeida
- Anchieta – os técnicos da Prefeitura Municipal estão participando do curso de capacitação, ministrado pelo Instituto Jones dos Santos Neves, que tem como objetivo fornecer instrumentos para intervenção no planejamento e na gestão municipal, capacitando-os para o desenvolvimento do Plano Diretor de seus municípios.
- Itapemirim – teve início o processo de elaboração, atualmente em fase levantamentos;
- Marataízes – a atualização do Plano Diretor (Lei 305/2000), não foi iniciada.

II.5.3.11.4 - PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL – RIO DE JANEIRO

São poucos os municípios da Área de Influência fluminense que dispõem de instrumentos de planejamento e gestão territorial, apesar da obrigatoriedade para todos aqueles que tenham mais de 20 mil habitantes.

Identifica-se, a seguir, a situação atual dos municípios que dispõe desses instrumentos:

- Em Arraial do Cabo existe Plano Diretor (Lei nº 602 de 23/04/1992);
- Em Saquarema existe Plano Diretor, mas está desatualizado;
- Em Rio das Ostras, Araruama e Macaé, o Plano Diretor está em fase de elaboração, tendo sido iniciado o processo de consulta popular;

- Em Armação dos Búzios, existe Lei de Uso e Ocupação do Solo (Zoneamento Ambiental), estando sendo elaboradas as Leis de Proteção Ambiental e o Código Ambiental.
- Em Campos dos Goytacazes, o Plano Diretor de 1991 está atualmente em processo de atualização.

II.5.3.12– PRINCIPAIS RECURSOS NATURAIS UTILIZADOS E SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

Os principais recursos naturais utilizados na Área de Influência dos empreendimentos estão relacionados aos recursos pesqueiros. Por esta razão, considerou-se que a contextualização de sua importância socioeconômica, está contemplada no Item II.5.3.14 – Caracterização da Atividade Pesqueira.

II.5.3.13– QUALIDADE DA PAISAGEM NATURAL

A Área de Influência do Campo Parque das Baleias tem como característica básica de sua paisagem, a leste, uma faixa litorânea onde se encontram praias, dunas, restingas, mangues, baías, ilhas e enseadas. Em seu limite oeste, encontra-se a Serra do Mar, com seus contornos, picos e escarpas, recoberta com remanescentes da Mata Atlântica. Entre estes limites são encontradas diversas lagoas e lagunas.

A Região das Baixadas Litorâneas apresenta um primeiro trecho, dirigindo-se a Leste, desde a praia de Itaipuaçu, em Maricá, até a Ilha do Cabo Frio, em Arraial do Cabo, onde a paisagem é determinada pela presença de uma seqüência de lagoas separadas do mar por estreita faixa de terra. Estas lagoas, que por muito tempo foram o principal atrativo turístico desta região, sobretudo a lagoa de Araruama, hoje apresentam problemas consideráveis de deterioração de seus corpos d'água, o que não impede que continuem recebendo um grande número de veranistas, embora haja uma clara preferência pelas praias oceânicas da região.

Um segundo trecho, que se inicia nas dunas de Cabo Frio, reúne os municípios de Arraial do Cabo, Cabo Frio e Armação de Búzios, com um litoral recortado, onde se encontram extensas praias, como as do Perú e das Conchas,

em Cabo Frio, e pequenas praias, como a da Ferradurinha, em Búzios. É o trecho de maior beleza cênica da região, e que concentra seus maiores contingentes de turistas. A partir de Armação de Búzios, a costa assume a direção norte, continuando pelo município de Cabo Frio até Rio das Ostras, com um litoral entremeado por praias e costões rochosos, com menor atração turística.

A Região Norte Fluminense, a partir de Macaé, se inicia com a Lagoa de Imboassica, continuando por um litoral marcado pela presença de belas praias. A partir do limite com Carapebus encontra-se uma extensa área de restinga, adentrando o município de Quissamã, que constitui a Parque Nacional de Jurubatiba. Em todo este trecho, o litoral é marcado pela presença da restinga, de praias e de pequenos corpos d'água, até a chegada à Lagoa Feia. A partir do litoral de Campos de Goytacazes, a paisagem é marcada por diversas praias, até a foz do rio Paraíba do Sul, com a presença de extensos manguezais, seguido de inúmeras praias até a barra do rio Itabapoana. A paisagem da Região Norte Fluminense reúne potencialidades para o desenvolvimento turístico, que não são exploradas atualmente.

No litoral extremo sul capixaba, a paisagem é caracterizada pela presença de costas altas, representadas por falésias, e extensas faixas da Formação Barreiras, em especial nos municípios de Presidente Kennedy, Marataízes, Itapemirim e Piúma. O município de Presidente Kennedy carece de um desenvolvido enfoque turístico, embora possua belezas naturais com potencialidade para o desenvolvimento sustentável da atividade, como é o caso da Praia das Neves, da Praia de Marobá e da Praia de Boa Vista, na divisa com o município de Marataízes. Tratam-se de praias oceânicas de grande extensão, ideais para prática de esportes aquáticos. No caso da Praia de Marobá, uma lagoa comunicada com o mar na maré alta, permite tomar banho em águas calmas e mais cálidas.

No trecho entre os municípios de Anchieta e Guarapari, a paisagem é caracterizada pelas enseadas e pelos costões rochosos, alternando-se com costas baixas assinaladas pelas planícies costeiras, freqüentemente relacionadas a pequenos cursos fluviais e embocaduras de rios.

Deve-se ressaltar que as praias desse trecho do litoral do Espírito Santo, além de suas belezas naturais, são também procuradas devido às propriedades

terapêuticas de suas areias – areias monazíticas, sendo as do Município de Piúma as que apresentam maior concentração de monazita no Estado.

Com relação à qualidade ambiental da paisagem natural, nos municípios de Anchieta e Guarapari ou ao longo do rio Meaipe, os problemas de ocupação irregular e de poluição dos recursos hídricos, assim como a extração predatória de recursos, são recorrentes, de modo a comprometer a qualidade dos recursos naturais disponíveis. A poluição dos recursos hídricos se manifesta pela interferência na qualidade das águas para uso de lazer e da pesca realizada próxima à costa.

O município de Vitória é rico em atributos naturais. Sua configuração geográfica oferece uma variedade paisagística composta por montanhas, morros, cinco praias, enseadas, ilhas, rios, canais e estuários. A presença de monumentos cênicos dos municípios vizinhos, como o Mestre Álvaro, o Penedo e o Moxuara, realça ainda mais esse patrimônio natural.

Os pontos mais elevados são: Morro da Fonte Grande, onde se localizam as torres de comunicação, com altitude de aproximadamente 308 m, a Pedra dos Olhos, com altitude de 296 m, e o Morro de São Benedito com 194 m.

A paisagem é também caracterizada por remanescentes de Mata Atlântica nas encostas, extensos mangues na região dos estuários e restingas nas planícies costeiras.

II.5.3.14– CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA:

Nesta seção, são caracterizadas as atividades de pesca e maricultura desenvolvidas nos municípios da Área de Influência do Campo de Produção de Parque das Baleias, localizado em lâmina d'água com profundidade que varia entre 1.000 e 2.000 m e com distância mínima da costa de 77 km do município de Anchieta (ES).

Para a caracterização da atividade pesqueira, foram considerados três principais fatores de impacto: a criação de uma zona de exclusão para as atividades pesqueiras e as possíveis trajetórias de deriva de óleo provenientes de possíveis acidentes com vazamento de óleo na área integrada de Parque das Baleias e Catuá e o local que servirá de base de apoio durante a operação.

A criação da zona de segurança para as atividades pesqueiras, no espaço marítimo correspondente a um raio de 500 m no entorno das unidades de perfuração e produção, proíbe qualquer atividade pesqueira ou qualquer outra que não esteja relacionada aos empreendimentos em questão, afetando, assim, os pescadores de Itaipava (ES), que utilizam a área de Parque das Baleias como área de pesca.

No entanto, deve-se considerar que, a longo prazo, a área de Parque das Baleias e Campo de Catuá se tornará um pesqueiro e, com isto, passará a atrair pescadores de outras localidades que, atualmente, não utilizam esta área de para a pesca.

Desse modo, adotou-se uma caracterização geral da atividade de pesca desenvolvida na Área de Influência, destacando as artes de pesca, entidade e suas especificidades em cada município em estudo, além de considerações sobre a pesca industrial e a promovida por armadores de pesca na área do campo de produção e escoamento de Parque das Baleias.

São identificados, também, os municípios cujas atividades pesqueiras ocorrem eventualmente na área do campo de Parque das Baleias. As áreas de atuação dos pescadores, de acordo com as artes de pesca empregadas, são representadas em mapas esquemáticos, elaborados com base nas informações obtidas junto aos representantes dos pescadores de cada município visitado (Mapas de Arte de Pesca: II.5.3-1A, II.5.3-2A, II.5.3-3A).

Dessa forma, será apresentada a atividade de pesca desenvolvida no trecho costeiro entre os municípios de Maricá, no Estado do Rio de Janeiro, e Vitória, no Estado do Espírito Santo.

II.5.3.14.1 CONCEITUAÇÃO DA PESCA NO BRASIL

A pesca no Brasil é classificada como: amadora, pesca de subsistência, artesanal e industrial/empresarial. A pesca industrial/empresarial pode, eventualmente, ser subdividida em pesca desenvolvida por armadores de pesca e a pesca industrial propriamente dita (SEAP, 2005), que é exercida tanto na região costeira como em águas profundas da região oceânica. As principais características de cada conceito de pesca são apresentadas a seguir.

Pesca Amadora – É praticada ao longo de todo o litoral brasileiro com a finalidade de turismo, lazer ou desporto. O produto desta atividade não é comercializado ou industrializado.

Pesca de Subsistência - É exercida com a finalidade única de obtenção de alimento para o pescador e seus familiares, onde não existe a finalidade comercial.

Pesca Artesanal ou de Pequena Escala – É o principal tipo de pesca exercida na Área de Influência dos empreendimentos. Refere-se à pesca com finalidade comercial. Utiliza tanto embarcações de médio porte, motorizadas ou não, como embarcações construídas pelos próprios pescadores. Não existe nenhuma sofisticação nas artes de pesca e nos insumos utilizados. Utilizam equipamentos básicos de navegação, embarcações com estrutura, de um modo geral, capaz de produzir volumes pequenos ou médios de pescado. É a maior parcela da frota pesqueira brasileira, com cerca de 27.000 barcos (SEAP, 2005).

A pesca artesanal continua desempenhando um papel bastante importante no contexto nacional, tendo representado, no ano de 2004, praticamente 50% das capturas da pesca extrativa em todo o país (IBAMA, 2004). Também conhecida como pesca de pequena escala, a pesca artesanal é caracterizada pelo fato de que os pescadores são, normalmente, proprietários de seus meios de produção (redes, anzóis etc.), e as embarcações são, predominantemente, de pequeno porte. O proprietário da embarcação, normalmente, é pescador e participa de todas as atividades pesqueiras (SEAP, 2005). A pesca artesanal no Brasil se concentra, principalmente, nas áreas com profundidades que normalmente não ultrapassam os 75 m.

Pesca Industrial Costeira - É realizada por embarcações com maior autonomia, casco de aço ou de madeira, e capazes de operar em regiões mais distantes da costa, explorando recursos pesqueiros relativamente concentrados em nível geográfico. A operação das artes de pesca é mecanizada a bordo dessas embarcações, que possuem motores com potência mais elevada, e navegam e detectam os cardumes com o auxílio de equipamentos eletrônicos. A pesca industrial costeira no Brasil se concentra na captura dos principais recursos em volume ou valor da produção, com destaque para a pesca da lagosta, da

piramutaba, atuns e afins, sardinha, camarões e espécies de peixes demersais como a corvina, pescada, pescadinha, castanha entre outras.

Pesca Industrial Oceânica - Ainda é inexpressiva no Brasil a pesca industrial oceânica, e envolve embarcações capazes de operar em toda a Zona Econômica Exclusiva - ZEE, região compreendida a 200 milhas da costa brasileira, incluindo áreas oceânicas mais distantes, mesmo de outros países. As embarcações possuem grande autonomia não só de deslocamento, mas, inclusive, podem industrializar o pescado a bordo, sendo dotadas de sofisticados equipamentos de navegação e detecção de cardumes, além de ampla mecanização.

O conceito de Diegues com relação à pesca industrial/empresarial, subdividindo-a como aquela desenvolvida por armadores de pesca e a pesca empresarial ou industrial propriamente dita, também é utilizado pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), órgão do governo federal com *status* de ministério, criado através da MPV Nº 103 de 01/01/2003, art. 30, inciso VII, e encarregado do ordenamento das atividades de aquicultura e pesca no Brasil.

A pesca desenvolvida por armadores é caracterizada pelo fato de que estes (que são os proprietários das embarcações e dos petrechos de pesca) não participam diretamente do processo produtivo. Essa função é delegada ao mestre da embarcação. As embarcações são de maior porte e possuem autonomia para atuar num raio de ação mais amplo do que as utilizadas para a pesca artesanal, o que exige uma maior organização e divisão de trabalho entre os tripulantes: mestre, cozinheiro, gelador, maquinista, pescador, etc. (SEAP, 2005). Assim como na pesca artesanal, a mão-de-obra é remunerada pelo sistema de partes, ainda que, para algumas funções, possam existir formas de remuneração complementar.

Na pesca industrial ou empresarial, a empresa é proprietária tanto das embarcações como dos petrechos de pesca. As embarcações possuem autonomia para atividades em profundidades maiores e dispõem de mecanização não só para os deslocamentos até os pesqueiros (locais preferenciais de captura de pescados), mas também para o desenvolvimento das atividades de pesca, como o lançamento e recolhimento de redes, e, em alguns casos, também para o

beneficiamento do pescado a bordo. Esta modalidade de pesca é organizada em diversos setores, podendo integrar verticalmente desde a captura até o beneficiamento e a comercialização do pescado (SEAP, 2005).

Em alguns Estados brasileiros, como São Paulo, por exemplo, existe uma outra modalidade de pesca, além das já citadas anteriormente, denominada **pesca científica**. Trata-se daquela exercida unicamente com a finalidade de pesquisa, por instituições ou pessoas devidamente habilitadas e autorizadas.

A SEAP/PR estima que a pesca extrativa seja responsável pela geração de aproximadamente 800 mil empregos diretos em todo o país e que o parque industrial seja composto por aproximadamente 300 empresas relacionadas com a captura, o processamento e a comercialização do pescado. A frota pesqueira nacional (artesanal e industrial) é composta por cerca de 30.000 barcos, dos quais 10% constituem a frota industrial e o restante a frota artesanal.

Até o ano de 2002, tanto os valores totais anuais da pesca extrativa, como dos totais gerais (incluindo a aquicultura), tiveram um aumento, como pode ser observado na Quadro II.5.3.14-1, elaborado com base nos dados mais recentes do IBAMA (2004), corroborando os dados apresentados pela FAO (1998 – 2003). Esses dados indicam que, em 2003, ocorreu uma leve redução desses valores.

Quadro II.5.3.14-1 - Produção total da pesca (t) e participação relativa (%) da pesca extrativa e da aquicultura em águas marinhas e continentais (1995 - 2004).

Ano	Pesca Extrativa				Aquicultura				Total
	Marinha	Continental	Total	%	Marinha	Continental	Total	%	
1995	413.666,5	193.042,5	606.708,0	92,9	5.420,5	40.782,0	46.202,5	7,1	652.910,5
1996	422.173,5	210.277,5	632.451,0	91,2	8.490,0	52.231,5	60.721,5	8,8	693.172,5
1997	465.714,0	178.871,0	644.585,0	88,0	10.180,0	77.493,5	87.673,5	12,0	732.258,5
1998	432.599,0	174.190,0	606.789,0	85,4	15.349,0	88.565,5	103.914,5	14,6	710.703,5
1999	418.470,0	185.471,5	603.941,5	81,1	26.513,5	114.142,5	140.656,0	18,9	744.597,5
2000	467.687,0	199.159,0	666.846,0	79,1	38.374,5	138.156,0	176.530,5	20,9	843.376,5
2001	509.946,0	220.431,5	730.377,5	77,7	52.846,5	156.532,0	209.378,5	22,3	939.756,0
2002	516.166,5	239.415,5	755.582,0	75,0	71.114,0	180.173,0	251.287,0	25,0	1.006.869,0
2003	484.592,5	227.551,0	712.143,5	71,9	101.003,0	177.125,5	278.128,5	28,1	990.272,0
2004	500.116,0	246.100,5	746.216,5	73,5	88.967,0	180.730,5	269.697,5	26,5	1.015.914,0

Fonte: Ibama. Estatística da Pesca, 2004.

Como pode ser observado nos dados da 76, apesar da queda registrada em relação ao ano de 2003, houve um crescente aumento da participação da aqüicultura no contexto da produção brasileira de pescados, passando de 7% em 1995 para 26,5% em 2004, demonstrando o considerável crescimento da importância da aqüicultura na produção de pescados do Brasil.

Embora as atividades pesqueiras artesanais estejam concentradas na região com profundidades inferiores a 100 m, verificou-se, nas entrevistas realizadas com as colônias e associações de pescadores dos municípios da Área de Influência, que, mesmo pequenas embarcações destinadas à pesca artesanal, sem equipamentos adequados de navegação, freqüentemente se distanciam da costa para o exercício da pesca. Observa-se, assim, que a redução dos estoques naturais costeiros, consenso entre pescadores e autoridades vinculadas à pesca, além de promover o deslocamento das atividades pesqueiras por longos trechos da costa, leva também ao afastamento para regiões cada vez mais distantes da costa, em águas cada vez mais profundas. Freqüentemente, essas situações fazem com que os desembarques pesqueiros sejam realizados em locais diferentes daqueles onde foram originalmente capturados, alterando as estatísticas dos desembarques, uma vez que é comum, quando existe algum tipo de controle, as capturas de um determinado Município ou Estado serem inseridas nas estatísticas de pesca dos locais de desembarque. Conseqüentemente, o levantamento de informações precisas sobre a atividade pesqueira é consideravelmente prejudicado.

Mesmo com o limite de atuação para a pesca artesanal imposto pela legislação, pescadores que possuem autorização para a pesca somente até três milhas da linha de praia, freqüentemente ultrapassam este limite, exercendo suas atividades de pesca nas áreas onde se encontram as plataformas de petróleo e gás.

II.5.3.14.2. A PESCA E A MARICULTURA NA ÁREA DE INFLUÊNCIA

As pesquisas de campo identificam que a atividade pesqueira predominante é a pesca artesanal, seguida da pesca industrial. Essas atividades movimentam, direta e indiretamente, uma parcela importante da economia de diversos municípios da Área de Influência dos empreendimentos. A pesca artesanal é

responsável por um elevado nível de emprego na área em estudo, disponibilizando vagas nos setores de captura, processamento e comercialização do pescado. Os levantamentos de campo realizados entre abril e junho de 2006 indicaram a existência de cerca de 44.000 pescadores artesanais na Área de Influência. Esse número reflete a importância que a pesca artesanal desempenha no contexto geral da pesca extrativa no Brasil.

Na área, a pesca artesanal está dividida em três tipos: a pesca lagunar ou nas baías, a pesca costeira e a pesca de plataforma. A pesca lagunar pode ser observada ao longo das lagoas, baías e manguezais existentes na área de estudo. Nos municípios de Maricá, Saquarema, Araruama, Carapebus e Quissamã, a atividade pesqueira é realizada predominantemente no sistema lagunar, sendo a pesca marítima costeira considerada a segunda alternativa dos pescadores. A produção lagunar é baixa e, na maioria das vezes, destina-se à subsistência familiar. Da mesma forma, nos municípios em estudo, a pesca é predominantemente realizada na costa.

A pesca artesanal costeira é praticada ao longo de todo o litoral em estudo, atingindo profundidades de cerca de 30 m para a pesca de camarão e para as demais espécies de pescado a cerca de 100 m de profundidade. No entanto, devidos à redução do estoque pesqueiro em áreas próximas às costas, a pesca vêm sendo realizada cada vez mais distante da costa, chegando, em alguns casos, a alcançar a área de Desenvolvimento Integrado da Produção e Escoamento na Área Denominada Parque das Baleias e no Campo de Catuá.

A pesca artesanal oceânica é exercida, principalmente por embarcações linheiras, com a utilização de isca-viva ou espinhel de fundo para captura de espécies pelágicas. Esta modalidade de pesca é predominante exercida nos municípios de Itapemirim, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra, Cabo Frio e Arraial do Cabo.

A pesca de plataforma é o termo empregado pelos pescadores para classificar o tipo de atividade pesqueira desenvolvida por embarcações artesanais na região onde estão concentradas as plataformas de exploração de petróleo e de gás natural da Bacia de Campos. Embora exista uma área total de 15.000 km² de exclusão para navegação e pesca, essas plataformas configuram ambientes propícios para o desenvolvimento da atividade pesqueira, em função da

concentração de unidades de produção e prospecção, associada à ocorrência de distintas espécies de peixes que são atraídas para esses locais, caracterizando-os como verdadeiros pesqueiros. Esta pesca é destinada à captura de bonitos, dourados e afins. Para capturar os peixes são usadas iscas-vivas, normalmente sardinhas. Os pescadores deslocam-se até Arraial do Cabo e Armação dos Búzios, compram as iscas dos pescadores com barcos menores e se deslocam até a área das plataformas. De acordo com o levantamento de campo (2006/2007), esta prática foi identificada entre os pescadores de Itaipava, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Macaé, Cabo Frio e Arraial do Cabo.

Além desses três tipos de pesca, são desenvolvidas atividades de pesca industrial ou promovida por armadores em Niterói, Cabo Frio e Macaé, no Rio de Janeiro, e em Itaipava (distrito de Itapemirim), Vila Velha e Vitória, no Espírito Santo.

II.5.3.14.2.1 - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A região do Estado Espírito Santo é influenciada pela Corrente do Brasil, caracterizada por apresentar elevados valores de temperatura e salinidade. Quando a Corrente do Brasil se encontra com o banco de abrolhos, a cadeia de Vitória-Trindade ocasiona a formação de vórtices, que propiciam a presença localizada de águas frias e menos salinas, garantindo uma pesca de qualidade, com destaque para as lagostas, camarões e peixes "nobres" ou demersais, principalmente o cherne, badejo, garoupa, namorado, mero e cavala.

As atividades pesqueiras praticadas na maior parte dos municípios capixabas são caracterizadas pelo padrão tipicamente artesanal, embora existam, em alguns municípios, atividades de pesca industrial e a promovida por armadores.

Além das atividades pesqueiras, em alguns municípios, como Anchieta, existem cultivos experimentais ou comerciais de moluscos bivalves (vieiras, ostras e mexilhão), atividade produtiva também passível de ser impactada num cenário acidental de vazamento de óleo atingindo a região costeira.

A costa capixaba é formada por 14 municípios, onde estão localizadas 60 comunidades pesqueiras e cerca de 20 locais para o desembarque de pescado. Os municípios mais importantes para a atividade são: Conceição da Barra, Guarapari, Anchieta, Vitória, Vila Velha, Itapemirim e Piúma. A exceção do

Município de Conceição da Barra, os demais fazem parte da Área de influência da Área de Parque das Baleias e do Campo de Catuá.

Os vários rios que servem de pontos de atracadouros e desembarque estão com suas desembocaduras assoreadas, dificultando a navegação e pondo em risco, quando praticada, seus tripulantes, através de possíveis naufrágios ou até mesmo de avarias mais sérias na estrutura do barco. Esse fato também se relaciona com determinados locais que se configuram como perigosos quando os barcos são fundeados, comprometendo suas estruturas, bem como todo o processo de descarga de produção de pescado, influenciando em sua qualidade.

Como exemplo, pode-se citar o que ocorre no distrito de Itaipava, no município de Itapemirim, e com o atracador dos barcos de Marataízes, que têm como risco a barra de acesso à praia, cada vez menor devido ao processo de erosão que vêm sofrendo nos últimos anos. Outra situação é a presença de obstáculos naturais e/ou artificiais que dificultam a navegação de entrada e saída dos barcos de acesso aos pontos de atracação para descarga e armação, sendo necessária a sua retirada da água ou fazer o balizamento com bóias, a exemplo da barra de Anchieta (PEDEAG, 2003). Em Mataraiizes, os barcos são fundeados na areia, eles são retirados do mar com trator e carregados até a areia.

A atividade de pesca no estado é predominantemente de linha de mão, em consequência dos obstáculos da tipologia do fundo da plataforma, que apresenta grandes extensões de recifes e que dificultam a pesca de arrasto. A pesca de linha de mão limita bastante a produção da atividade na região, sendo dirigida principalmente para a captura de espécies como: pargo, peroá, anchova, cherne, garoupas, badejos, namorado, cações, bonitos e o dourado.

De acordo com o Boletim Estatístico de Pesca 2004, o Estado do Espírito Santo apresentou uma produção de 12.614,0 ton para a pesca extrativa no ano de 2004, contribuindo com 17% da região sudeste. Quanto à produção de peixes, registrou-se um total de 11.598 ton no ano de 2004, equivalente a 15% do total capturado no sudeste. As principais espécies capturadas foram o dourado (1.822 ton), a cioba (1.345 ton) e o peroá, com 1.341 ton, representando juntas 38,8% do total capturado no Estado. Outras 13 espécies, com produção igual ou superior a 1%, representaram juntas 45,6% do total, com destaque para o atum e o pargo-

rosa. Outras 40 espécies capturadas apresentaram contribuições inferiores a 1%, conforme pode ser observado no Quadro II.5.3.14 - 2, a apresentada a seguir.

Em relação aos crustáceos foram capturados um total de 959 t., equivalente a 11,8% do total da região sudeste. A principal espécie produzida foi o camarão-sete-barbas, contribuindo com 64,6% dos crustáceos capturados no ES, seguido da lagosta (28,0%), além do camarão-rosa e o camarão branco.

Quanto aos moluscos, é observada uma baixa contribuição para a pesca extrativa, com somente 57 ton capturadas, sendo 56 ton de polvo e, apenas 1 ton de mexilhão. O Quadro a seguir apresenta as principais espécies capturadas.

Quadro II.5.3.14-2 – Principais espécies capturadas na AII/ES– 2004.

PRINCIPAIS ESPÉCIES	TOTAL (ton)	INDUSTRIAL (ton)	ARTESANAL (ton)
TOTAL GERAL	12.614,0	0,0	12.614,0
Peixes	11.598,0	0,0	11.598,0
Abrotea	0,5	0,0	0,5
Agulhão	23,5	0,0	23,5
Agulhão-branco	0,5	0,0	0,5
Agulhão-negro	0,5	0,0	0,5
Albacora-branca	0,5	0,0	0,5
Albacora-lage	227,5	0,0	227,5
Ariacó	3,5	0,0	3,5
Arraia	192,0	0,0	192,0
Atum	1.067,0	0,0	1.067,0
Badejo	274,0	0,0	274,0
Bagre	17,0	0,0	17,0
Baiacu	285,5	0,0	285,5
Batata	30,5	0,0	30,5
Bijupirá	3,5	0,0	3,5
Bonito-cachorro	126,5	0,0	126,5
Cação	449,5	0,0	449,5
Cação-anequim	0,5	0,0	0,5
Cação-azul	0,5	0,0	0,5
Cações (outras espécies)	0,5	0,0	0,5
Caranha (Vermelho)	0,5	0,0	0,5
Catuá (Garoupinha)	520,5	0,0	520,5
Cavala	219,5	0,0	219,5
Cavalinha	0,5	0,0	0,5
Cherne	22,0	0,0	22,0
Cioba	1.345,5	0,0	1.345,5
Congro-rosa	13,5	0,0	13,5
Corcoroca	17,5	0,0	17,5
Corvina	71,5	0,0	71,5
Dentão	41,0	0,0	41,0
Dourado	1.822,0	0,0	1.822,0
Enchova	9,0	0,0	9,0
Espada	5,5	0,0	5,5
Espadarte	46,0	0,0	46,0
Galo	15,0	0,0	15,0
Garoupa	201,0	0,0	201,0

Fonte: CGREP/DIFAP/IBAMA, 2005.

A frota pesqueira foi consideravelmente substituída por embarcações com maior autonomia e capacidade de estocagem, sendo que a renovação dos barcos de pesca chega a representar algo em torno de 60%. Segundo o levantamento realizado em toda a costa capixaba, com números já reajustados, existem hoje 1.660 barcos de pesca motorizados, dos quais 779 estão localizados no litoral sul e 881 no litoral norte. Para efeito de distribuição da frota pesqueira, a Secretaria de Agricultura do Estado considerou como litoral sul à extensão da costa que vai do município de Presidente Kennedy até Anchieta e como litoral norte o trecho que vai do município de Guarapari até Conceição da Barra.

Do total da frota do Estado, 40% (664 barcos) não têm urnas isotérmicas, que permitem o acondicionamento do pescado e a manutenção de suas condições de consumo por vários dias. Assim, esses barcos não têm autonomia para a pesca por períodos prolongados. Além disso, segundo dados da Secretaria Estadual de Agricultura, 50% do pescado se perdem pela falta de condições de seu armazenamento nos barcos. A frota está distribuída com 136 barcos na costa sul e 528 na costa norte.

Com relação aos 60% do total da frota, que representa 996 barcos com urnas isotérmicas, o quadro é invertido: a concentração de barcos com algumas isotérmicas é maior no sul, representando algo em torno de 64,6% do total, ou seja, 643 barcos, e o restante, 353 barcos, algo em torno de 35,4% localizados no norte (PEDEAG, 2003).

Com uma frota de 1.660 barcos, o setor de pesca é, sem dúvida, um grande gerador de emprego e renda no Espírito Santo. Levando-se em consideração que cada barco emprega diretamente, em média, sete pescadores, isso significa dizer que existem hoje 11.620 ativos na captura extrativa marinha, gerando indiretamente algo em torno de 58.100 empregos, totalizando nos setores de captura e comercialização 69.720 trabalhadores.

A construção de um terminal pesqueiro em Itaipava, distrito do município de Itapemirim, no sul do Estado, encontra-se em fase de conclusão. A estimativa é de que os empreendimentos proporcione melhores condições de trabalho para os pescadores da região. O distrito de Itaipava é o maior produtor de atum do país, com uma média de 150 ton por mês. O dourado ainda é o principal destaque da

região, sendo produzidas 235 ton mensais. Pelo menos 1,2 mil famílias sobrevivem da pesca.

Uma das maiores exportadoras de pescado do país, a Atum do Brasil, está localizada na região. A empresa gera mais de 100 empregos diretos e exporta para países como Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Itália e França. São exportadas mais de 120 ton por mês de peixes frescos e congelados. Além do atum, o município de Itapemirim exporta outros pescados como dourado, cioba, sarda, mulata, catuá, pargo e meca (PEDEAG, 2003).

O Quadro II.5.3.14-3 a seguir resume as principais informações referentes ao número de associados, número de embarcações, tipos de petrecho, profundidades de captura e espécies-alvo para as Colônias e Associações de Pescadores e Cooperativas inseridas nos municípios da Área de Influência - ES. Estas informações encontram-se consolidadas nos Mapas de Pesca, ao final desta seção.

Quadro II.5.3.14-3 – Caracterização da Atividade de Pesca na All-ES.

Municípios	Colônias e Associações e Cooperativas	Número de Associados	Número de Embarcações	Tipo de Petrecho, Profundidade e Espécies Alvo	Observações
Vitória	Colônia de Pescadores Maria Ortiz (Z-5)	4.500 pescadores associados (Vila Velha, Serra, Aracruz, Linhares, Conceição da Barra, Colatina, Baixo Guandu e Aimorés - MG).	Aproximadamente 200 embarcações motorizadas (o tamanho das embarcações varia entre 10 m e 14 m em sua maioria).	Rede de espera: até 3 milhas da costa a uma profundidade de 15 m para pesca de corvina, pescada, lagosta, enchova, xixarro e pescadinha;	Outras Entidades em Vitória: Associação de Pesca de Santo Antônio; Associação de Pesca Ilha das Caieiras; Associação de Pesca da Praia do Canto; Associação de Pesca de Goiabeiras Vitória
				Espinhel de superfície: entre 12 e 15 milhas da costa, a uma profundidade até 60 m para pesca de realito, pargo, papa terra, dentão e dourado;	
				Espinhel de fundo: para pesca de cação e badejo. A empresa Alvarenga realiza a captura de forma industrial de camarão VG. Os barcos de pequeno porte utilizam como petrecho a linha com anzol.	
				Pesca com currico: praticada na viagem por algumas embarcações de grande porte que se aproximam das Ilhas Martin Vaz e Trindade;	

Municípios	Colônias e Associações e Cooperativas	Número de Associados	Número de Embarcações	Tipo de Petrecho, Profundidade e Espécies Alvo	Observações
Vitória	Colônia de Pescadores Maria Ortiz (Z-5)	4.500 pescadores associados (Vila Velha, Serra, Aracruz, Linhares, Conceição da Barra, Colatina, Baixo Guandu e Aimorés - MG).	Aproximadamente 200 embarcações motorizadas (o tamanho das embarcações varia entre 10 m e 14 m em sua maioria).	<p>Arrastão: pesca de arrasto para camarão, a mais comum no município. Além do camarão são pescadas outras espécies.</p> <p>Pesca esportiva: outro tipo de pesca realizado na capital, especialmente para captura do marlim azul. Tem sido, inclusive, realizados torneios de pesca da espécie com o apoio da Prefeitura Municipal de Vitória.</p>	Outras Entidades em Vitória: Associação de Pesca de Santo Antônio; Associação de Pesca Ilha das Caieiras; Associação de Pesca da Praia do Canto; Associação de Pesca de Goiabeiras Vitória
Vitória	Associação de Pesca da Praia do Suá	600 pescadores associados	80 barcos cadastrados de pequeno porte (5 a 8 m)	Sem informação	-
Vitória	Cooperativa de Desfiadeiras de Siri da Ilha das Caieiras	Sem informação	-	O material utilizado pelos catadores de mariscos da região é composto por rede, puçá, jereré, e armadilha. Os principais mariscos comercializados são camarão, siri, caranguejo, sururu, ostra e ameixa.	-

Municípios	Colônias e Associações e Cooperativas	Número de Associados	Número de Embarcações	Tipo de Petrecho, Profundidade e Espécies Alvo	Observações
Vila Velha	Associação de Pescadores da Praia do Ribeiro	50 pescadores associados	20 botes a remo e outras 12 embarcações motorizadas	Os tipos de pesca mais utilizados são: pesca de rede de espera, linha de fundo e tarrafa, para obtenção de iscas. Em média, o volume de pescado desembarcado, por dia, é de 250 kg, composto principalmente por peroá, pargo, baiacu, dourado e pescadinha, em sua maioria.	-
	Associação de Pesca de Ponta da Fruta	50 pescadores associados	15 embarcações, todas utilizadas na pesca marítima	A pesca é feita com linha de fundo, rede de espera de fundo e arrasto.	-
Vila Velha	Associação de Pescadores da Praia de Itapuã	50 pescadores associados	Aproximadamente 120 barcos, predominando embarcações de pequeno porte (116 com 4 m e 4 com 7 m de comprimento e motor).	Pesca de rede de arrasto: realizada a uma distância de 600 m da praia até 10 m. No verão o volume de pesca chega a 50 t. e no inverno cai para aproximadamente 10 t., com predominância de peixes de cardume: manjuba, sardinha, espada, pescadinha e xixarro;	Utilizam a faixa litorânea compreendida entre a Praia da Costa e Barra do Jucu para pescar. Ressalta-se que no período de veraneio também se verifica a ocorrência da pesca do sururu e da lagosta.

Municípios	Colônias e Associações e Cooperativas	Número de Associados	Número de Embarcações	Tipo de Petrecho, Profundidade e Espécies Alvo	Observações
Vila Velha	Associação de Pescadores da Praia de Itapuã	50 pescadores associados	Aproximadamente 120 barcos, predominando embarcações de pequeno porte (116 com 4 m e 4 com 7 m de comprimento e motor).	Pesca de rede de espera (pesca de espera boiera ou superfície): realizada a uma distância de 700 m da praia, entre 25 e 30 m. No verão o volume de pesca chega a 2 t., com predominância de pescadinha e pescada;	Utilizam a faixa litorânea compreendida entre a Praia da Costa e Barra do Jucu para pescar. Ressalta-se que no período de veraneio também se verifica a ocorrência da pesca do sururu e da lagosta.
Vila Velha	Associação de Pescadores da Praia de Itapuã	50 pescadores associados	Aproximadamente 120 barcos, predominando embarcações de pequeno porte (116 com 4 m e 4 com 7 m de comprimento e motor).	Pesca de linha: realizada a 10 milhas da praia, entre 35 e 50 m. No verão o volume chega aproximadamente até 5 t. e no inverno o volume cai para aproximadamente 2 t., com predominância de pescadinha, peroá, baiacu e xixarro.	Utilizam a faixa litorânea compreendida entre a Praia da Costa e Barra do Jucu para pescar. Ressalta-se que no período de veraneio também se verifica a ocorrência da pesca do sururu e da lagosta.

Municípios	Colônias e Associações e Cooperativas	Número de Associados	Número de Embarcações	Tipo de Petrecho, Profundidade e Espécies Alvo	Observações
Vila Velha	Associação de Pescadores da Praia da Costa	20 pescadores associados.	Cada associado é dono de uma embarcação de cerca de 4 m, sendo apenas 6 delas motorizadas. As 66 embarcações restantes são movidas por remos.	A grande maioria utiliza pesca de linha, com linhas de fundo de 4 até 6 anzóis. As espécies mais capturadas são baiacu, espada, pescadinha e corvina. Alguns pescadores utilizam de rede de espera de malha grande, capturando corvina, sarda, pescada, xizarro e enchova. A área de pesca vai desde os 500 m até os 1.000 m de distância da costa, nas proximidades do farol de Santa Luzia. A distância da costa é função da época do ano, sendo que no verão a pesca é realizada mais próximos (500 m) e no inverno mais afastada da costa (1000 m).	-
Vila Velha	Cooperativa Mista de Pesca de Vila Velha	Aproximadamente 1.000 pescadores associados.	Cerca de 120 embarcações, cujos comprimentos são classificados em: 5 m, 9 a 10 m e 10 a 15m, predominando as de 13,5 m.	Área de pesca abrange do sul da Bahia ao norte do estado do Rio de Janeiro. Utilizam como petrechos de pesca: linha de fundo, pargueira e espinhel. Atum, cioba, catuá, realito e dourado são destinados ao mercado externo. O badejo, dentão e dourado para o mercado interno.	-

Municípios	Colônias e Associações e Cooperativas	Número de Associados	Número de Embarcações	Tipo de Petrecho, Profundidade e Espécies Alvo	Observações
Vila Velha	Vila Velha Colônia de Pescadores Conselheiro Costa Pereira (Z-2)	3.000 pescadores associados.	180 embarcações, com predominância de embarcações pequenas, havendo 15 de médio porte.	Utilizam como petrecho espinhel de fundo e de tona ou caída para pesca de dourado, e também linha de fundo para peixe de exportação, que são: badejo, garoupa, dentão, vermelho, papa terra, cioba e cação. Das 165 embarcações menores, 30% são embarcações do tipo boca aberta, que pescam até 30 milhas da costa a uma profundidade de 25 a 35 m, utilizando como petrechos espinhel de fundo e de tona. As demais embarcações são pequenas, utilizando como petrecho rede de espera e de arrasto, e pescam mais próximo da praia.	As embarcações maiores têm autonomia para pescar na área compreendida entre Ilhéus-BA e sul do ES, incluindo as proximidades da Ilha de Trindade.

Municípios	Colônias e Associações e Cooperativas	Número de Associados	Número de Embarcações	Tipo de Petrecho, Profundidade e Espécies Alvo	Observações
Guarapari	Associação de Proprietários de Embarcações e Pescadores do Sul do Estado do Espírito Santo	14 pescadores associados	40 embarcações cadastradas	A área de pesca está compreendida entre o Sul da Bahia e o mar de Guarapari, a uma distancia de aproximadamente 100 milhas da costa. Utilizam como petrechos: Espinhel (<i>Long line</i>) para pesca de atum, dourado e cação; linha para pesca de badejo, garoupa, pargo, xixarro, peroá, catuá, caçonete, dentão, cioba, peixe pedra.	-

Municípios	Colônias e Associações e Cooperativas	Número de Associados	Número de Embarcações	Tipo de Petrecho, Profundidade e Espécies Alvo	Observações
Guarapari	Colônia de Pescadores "Almirante Noronha" (Z-3)	1500 pescadores associados.	500 embarcações cadastradas (de Meaipe a Setiba), entre 6 a 15 m, a maioria acima de 10 m	A área de pesca está entre a costa do norte do estado do Rio até o sul da Bahia. Os barcos pequenos e médios pescam a uma distancia de até 30 milhas da costa e os barcos de grande porte até 350 milhas. Petrechos (embarcações menores): rede de espera para pesca de sarda, anchova, pescada, bonito e coara (isca para pesca de cação), olho-de-boi e xizarro. Linha com anzol para pesca de catuá, peroá, pargo, realito e pescadinha. Petrechos (embarcações maiores): Espinhel de fundo e superfície; rede para lagosta; rede de arrasto e de balão para pesca de camarão.	
	Associação de Pescadores e Moradores da Perninha de Muquiçaba	150 pescadores associados.	70 embarcações cadastradas	A área de pesca está compreendida entre Guarapari e Nova Almeida (município de Serra). Utilizam como petrechos: espinhel de fundo para pesca de pargo e olho-de-boi; linha para pesca de peroá; rede de arrasto para pesca de camarão.	Embarcações de 9 a 10 m (20%) pescam a 34 milhas da costa, entre 90 a 100 m. As de 7 e 8 m (70%), pescam até 15 milhas da costa, de 35 a 40 m.

Municípios	Colônias e Associações e Cooperativas	Número de Associados	Número de Embarcações	Tipo de Petrecho, Profundidade e Espécies Alvo	Observações
Guarapari	Associação de Pescadores e Moradores da Perninha de Muquiçaba	150 pescadores associados.	70 embarcações cadastradas	A área de pesca está compreendida entre Guarapari e Nova Almeida (município de Serra). Utilizam como petrechos: espinhel de fundo para pesca de pargo e olho-de-boi; linha para pesca de peroá; rede de arrasto para pesca de camarão.	Embarcações de 9 a 10 m (20%) pescam a 34 milhas da costa, entre 90 a 100 m. As de 7 e 8 m (70%), pescam até 15 milhas da costa, de 35 a 40 m.
Guarapari	Associação Aquícola de Guarapari	40 associados, sendo 20 extratores de ostras e 20 de caranguejo.	-	-	-

Municípios	Colônias e Associações e Cooperativas	Número de Associados	Número de Embarcações	Tipo de Petrecho, Profundidade e Espécies Alvo	Observações
Anchieta	Colônia de Pescadores "Marcílio Dias" (Z - 4)	1200 pescadores associados.	110 embarcações cadastradas, sendo 70 com tamanho aproximado de 7 m (pesca artesanal) e 40 com tamanho médio entre 10 e 14 m (pesca profissional em escala comercial).	A área de pesca está compreendida entre Abrolhos - BA e Cabo de Santa Marta/SC, sendo que as embarcações pequenas utilizam áreas entre Guarapari e Pontal, em Marataízes, a uma distância de 15 milhas da costa (60 m), enquanto as de grande porte pescam a uma distancia de 50 a 60 milhas da costa (300 e 4.400 m).As embarcações de maior porte utilizam como petrechos: espinhel de aproximadamente 1000 anzóis de fundo e boieira para pesca de dourado, cação, badejo, cioba garoupa e atum. As embarcações menores utilizam linha de mão para pesca de peroá e pargo e rede de arrasto para pesca de camarão.	-

Municípios	Colônias e Associações e Cooperativas	Número de Associados	Número de Embarcações	Tipo de Petrecho, Profundidade e Espécies Alvo	Observações
Piúma	Colônia de Pesca Z-9	750 pescadores associados	150 a 160 embarcações. Destas, 120 possuem de 7 a 9 m	Embarcações maiores de 14m: espinhel de fundo para badejo, garoupa, cação. Espinhel boiado para atum, cação e dourado. Embarcações menores: rede de espera para cação, sarda, xixarro. Linha com anzóis para peroá, namorado, olho-de-boi. Profundidade até 30-35m.	As embarcações maiores se dirigem as áreas próximas de Abrolhos e da Bacia de Campos.
Itapemirim	Colônia dos Pescadores de Itaipava Dom Pedro I (Z-10)	43 pescadores associados e 37 marisqueiros (2.400 a 2.500 pescadores ativos e inativos)	O tamanho médio das embarcações é de 12 m	As artes de pesca mais utilizadas são a pesca de linha de fundo, o espinhel e o currico, atingindo 35 m. Espinhel (long line) com 500 a 1000 anzóis para pesca de meca, dourado, atum e tubarão. Pargueira com 10 a 20 anzóis, para pesca de namorado, pargo e garoupa. Linha com isca viva para a pesca de dourado e atum.	A área de pesca está compreendida entre o sul da Bahia e Santa Catarina. Os principais pesqueiros estão compreendidos desde a beira da praia até uma profundidade aproximada de 600 m
	Associação de Pesca do Distrito de Itaipava	718 pescadores associados.	103 embarcações com tamanho médio de 12 a 14 m	Currico, linha superfície e espinhel, sempre feita em mar aberto. Espécies alvo: atum e o dourado	-

Municípios	Colônias e Associações e Cooperativas	Número de Associados	Número de Embarcações	Tipo de Petrecho, Profundidade e Espécies Alvo	Observações
Itapemirim	Associação de Pescadores do Município de Itapemirim	600 pescadores associados.	300 embarcações de tamanhos entre 11 e 15 m.	Espinhel (long line) de fundo com cabo de aço: profundidade entre 350 a 400 m para pesca de cherne, garoupa, badejo, realito, namorado, vermelho, cioba, olho-de-boi, pargo e outros peixes de fundo. Espinhel (long line) boieiro para pesca de meca e cação. A área de pesca permitida é de até 400 milhas da costa, porém pescam além. Isca viva para pesca de todo tipo de boieiro: atum, dourado, sarda cavala, meca, cação e cherne.	-
Marataízes	Colônia de Pescadores de Marataízes Nossa Senhora dos Navegantes (Z-8)	3.400 pescadores associados.	140 embarcações registradas, na maioria a remo ou vela, com tamanho máximo de 14 m	O principal pescado é a lagosta, capturada em Barra e Pontal. O peroá, pescado na Barra e em Marataízes. Outras espécies comercializadas: badejo, lagosta, peroá, pargo, corvina, pescadinha, cação, camarão, baiacu, robalo, tainha. Modalidades de pesca, destacam-se a pesca de rede, linha e espinhel. Também ocorre a pesca de mergulho para a captura de peixes ornamentais.	Outros municípios cuja comunidade pesqueira se faz representar pela Z-8: Cachoeiro, Castelo, Alegre, Muqui, Rio Novo, Presidente Kennedy (Praia de Marobá), Itaipava, Itapemirim, Anchieta, Vitória; e São João da Barra e São Francisco de Itabapoana (RJ).

Municípios	Colônias e Associações e Cooperativas	Número de Associados	Número de Embarcações	Tipo de Petrecho, Profundidade e Espécies Alvo	Observações
Marataízes	Associação dos Pescadores de Marataízes - APEMAR	80 pescadores associados.	50 embarcações variando de 7 a 9,5 m	Rede de espera em locais de profundidade variando de 13 a 46 m, para pesca de garoupa, cação, corvina e lagosta. Linha para pesca de peroá, dourado, pargo. Arpão para captura de garoupa, olho-de-boi, olhete, cação e lagosta. A área de pesca está compreendida entre o Sul da Bahia e estado do RJ a uma distancia da costa que varia entre 12 e 53 milhas.	Há modalidade de pesca submarina utilizando cerca de 10 embarcações para captura de peixes ornamentais, que são exportados para o Japão, Estados Unidos e Coréia, através de empresas sediadas em Recife e Fortaleza.
Presidente Kennedy	Associação de Pescadores de Marobá	A maioria é inscrita na Colônia de Marataízes. 60 pescadores estão interessados em se associar.	3 embarcações à vela de 325 m, e 1 à motor de 3 m.	As principais espécies capturadas são pescadinha (rede de espera) peroá, corvina, cação, arraia, baiacu e pargo (pargueira). A pesca de lagosta é realizada com rede de armar e com mergulho.	-
	Pescadores da Localidade de Boa Vista.	250 pescadores associados.	-	Em torno de 40 pescadores utilizando bateira e rede de espera na costa, com 12 barcos. Os demais, cerca de 200, pescam em Cabo Frio, próximo à plataforma da Bacia de Campos. Espécies-alvo: pescadinha, cação e baiacu.	-

Municípios	Colônias e Associações e Cooperativas	Número de Associados	Número de Embarcações	Tipo de Petrecho, Profundidade e Espécies Alvo	Observações
Presidente Kennedy	Pescadores de Praia dos Cações	Entre 80 e 100 pescadores associados	19 embarcações (associados da Colônia de Marataízes) de 7 a 9 m.	A maioria pesca com linha (espinhel em manual), alguns com rede. Os produtos são o peroá e o pargo. A pesca ocorre entre 30 e 50 milhas.	-

Fonte: As informações apresentadas no Quadro foram obtidas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para a Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Campo de Golfinho, Bacia do Espírito Santo (PETROBRAS/CEPEMAR, 2005).

II.5.3.14.2.2 - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

As atividades pesqueiras praticadas na maior parte dos municípios fluminenses são caracterizadas pelo padrão tipicamente artesanal, embora existam, em alguns municípios, atividades de pesca industrial e a promovida por armadores.

Além das atividades pesqueiras, em alguns municípios, existem cultivos experimentais ou comerciais de moluscos bivalves (vieiras, ostras e mexilhão), atividade produtiva também passível de ser impactada num cenário acidental de vazamento de óleo atingindo a região costeira.

As principais espécies capturadas pelos pescadores autônomos são: anchova, lula, dourado, cação, pescadinha, corvina e, em alguns casos, badejo, xaréu, espada e atum. As épocas de safra e entressafra variam de acordo com as espécies. Em função da grande diversidade de barcos, as quantidades variam muito e chegam, nos barcos maiores, a 500 kg por dia de trabalho.

Na Bacia de Campos, as áreas litorâneas, que vão desde a desembocadura do rio Itabapoana até o Cabo de São Tomé, são compostas por restingas, baixadas e tabuleiros. A plataforma continental marítima, nesse trecho, é marcada pela presença do delta do rio Paraíba do Sul e por extensos manguezais que avançam para o mar, configurando um ambiente de fundo lamoso, adequado para a prática da atividade camaroneira, com a utilização do arrasto, que ocorre principalmente nas localidades situadas em profundidades que atingem, no máximo, 30m. As localidades de Barra de Itabapoana, Guaxindiba e Gargaú

encontram-se na faixa de transição (Jablonski, 1995), e apresentam uma atividade pesqueira com base na pesca de arrasto costeiro do camarão sete-barbas e na pesca com linha de mão do pargo e do peroá. Atafona responde por uma importante captura de cações, com o emprego de redes de espera e espinhel. Os pescadores do Farol de São Tomé têm na captura dos camarões, barba-ruça, sete-barbas e Santana a sua principal atividade pesqueira.

Do Cabo de São Tomé até Maricá, o litoral é formado por uma extensa restinga, e é interrompido por afloramentos rochosos (como nas áreas próximas às desembocaduras do rio Macaé, em Rio das Ostras e em Armação dos Búzios) e ilhas continentais, como as do arquipélago de Santana, Cabo Frio, Papagaios, Comprida e dos Pargos. Ao longo desse litoral, desenvolvem-se diferentes atividades de pesca artesanal concentradas nas áreas mais próximas da costa, nas baías e ilhas, que são ambientes rochosos que atraem inúmeras espécies de peixes. Nos municípios de Macaé, Cabo Frio, e Niterói, se concentram as capturas de sardinha com a pesca de cerco, além das frotas de linha de mão e de espinhel, voltadas para a captura de espécies como atum, dourado, cherne, pargo, entre outras. Nesse trecho, estão concentradas as plataformas de exploração de petróleo e de gás natural da Bacia de Campos, que configuram ambientes adequados para a pesca, em função da atração e concentração de inúmeras espécies de peixes nesses locais.

A Quadro II.5.3.14-4 apresenta as principais espécies que ocorrem no Estado do Rio de Janeiro, levando em consideração os seus habitats, as áreas onde são capturadas, bem como os petrechos de pesca empregados para a sua captura (FEMAR, 2001).

Quadro II.5.3.14-4 – Principais espécies de peixes que ocorrem no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com seu habitat, locais de captura e artes de pesca utilizadas.

NOME VULGAR	GÊNERO, ESPÉCIE	HABITAT	ÁREA DE PESCA	ARTE DE PESCA
Abrótea	<i>Urophycis</i> spp.	D	C	Ar
Agulhão branco	<i>Istiophorus albicans</i>	P	O	Az, E
Albacora branca	<i>Thunnus alalunga</i>	P	O	Az, E
Albacora laje	<i>Thunnus albacares</i>	P	O	Az, E
Albacorinha	<i>Thunnus atlanticus</i>	P	O	Az, E
Badejo	<i>Mycteroperca</i> spp.	D	C	Az
Bagre	<i>Netuma; Genidens</i>	D	E+C	Ar
Baiacu	<i>Lagocephalus</i>	D	C	Ar

NOME VULGAR	GÊNERO, ESPÉCIE	HABITAT	ÁREA DE PESCA	ARTE DE PESCA
	<i>Chilomycterus</i>	D	C	Ar
Batata	<i>Lopholatilus villarii</i>	D	C	Az, Ar
Betara	<i>Menticuuhus spp</i>	D	C	Em
Bicuda	<i>Sphyraena spp</i>	P	C	Az
Bijupirá	<i>Rachycentrodon</i>	D	C	Az
Bonito cachorro	<i>Auxis thazard</i>	P	O	Iv
Bonito listrado	<i>Katsuwonus pelamis</i>	P	O	Iv
Bonito pintado	<i>Euthynnus alletteratus</i>	P	O	Iv
Cabra	<i>Prionotus spp.</i>	D	C	Ar
	<i>Prionace, Squalus,</i>	-	-	-
Cação	<i>Carcharhinus, Squatina,</i>	-	-	-
	<i>Mustelus, Alopias</i>	-	-	-
Carapeba	<i>Diapterus spp.</i>	P	E+C	Ce
Carapicu	<i>Eugerres,</i>	P	E+C	Ce
	<i>Eucinostomus</i>			
Castanha	<i>Umbrina canosai</i>	D	C	Ar
Cavala	<i>Scomberomorus cavala</i>	P	O	Az
Cavala empinge	<i>Acanthocybium solandri</i>	P	O	Az
Cavalinha	<i>Scomber japonicus</i>	P	C	Ce
Cherne poveiro	<i>Polyprion americanus</i>	D	C	Az, E
Cherne verdadeiro	<i>Epinephelus niveatus</i>	D	C	Az, E
Chicharro	<i>Trachurus lathami</i>	D	C	Ce
Cioba	<i>Ocyurus chrysurus</i>	D	C	Az
Cocoroca	<i>Pomadasys, Haemulon</i>	D	C	Ar
Congro rosa	<i>Genypterus brasiliensis</i>	D	C	E, AR
Corvina	<i>Micropogonias furnieri</i>	D	E+C	Ar
Dourado	<i>Coryphaena hippurus</i>	P	O	Az, E
Enchova	<i>Pomatomus saltatrix</i>	P	C	Ce
Espada	<i>Trichiurus lepturus</i>	P	C	Ce
Galo	<i>Selene spp</i>	P	C	Ce
Garoupa	<i>Epinephelus spp</i>	D	C	Az, E
Goete	<i>Cynoscion jamaicensis</i>	D	C	Ar
Gordinho	<i>Peprilus paru</i>	D	C	Ar
Guaivira	<i>Oligoplites spp</i>	P	C	Az
Linguado	<i>Paralichthys; Etropus;</i>	D	C	Ar
	<i>Bothus</i>	D	C	Ar
Manjuba	<i>Anchoviella spp</i>	P	C	Ce
Marimbá	<i>Diplodus argenteus</i>	D	C	Az
Merluza	<i>Merluccius hubbsii</i>	D	C	Ar
Mero	<i>Epinephelus itajara</i>	D	C	Az
Namorado	<i>Pseudoperca numida</i>	D	C	Az, E
Olhete	<i>Seriola</i>	P	O	Az, E
Olho de boi	<i>Seriola lalandi</i>	P	O	Az, E
Olho de cão	<i>Priacanthus spp</i>	D	C	Az, E
Palombeta	<i>Chloroscombrus</i>	P	C	Az
Pampo	<i>Trachinotus carolinus</i>	D	C	Az
Parati	<i>Mugil spp</i>	P	E+C	Ce
Pargo	<i>Pagrus pagrus</i>	D	C	Az, E
Peixe sapo	<i>Lophius gastrophysus</i>	D	C	Ar
Peroá	<i>Balistes capriscus</i>	D	C	Az, E
Pescada amarela	<i>Cynoscion acoupa</i>	D	E+C	Ar
Pescada cambuçu	<i>Cynoscion virescens</i>	D	E+C	Ar

NOME VULGAR	GÊNERO, ESPÉCIE	HABITAT	ÁREA DE PESCA	ARTE DE PESCA
Pescada maria mole	<i>Cynoscion striatus</i>	D	E+C	Ar
Pescada p.de moça	<i>Cynoscion leiarchus</i>	D	E+C	Ar
Pescada rosa	<i>Nebris microps</i>	D	E+C	Ar
Pescadinha (real)	<i>Macrodon ancylodon</i>	D	E+C	Ar
Pirajica	<i>Kyphosus</i> <i>Raja, Manta</i>	P -	E+C -	Az, E -
Raia	<i>Zapterix, Dasyatis</i> <i>Myliobatis</i>	- -	- -	- -
Robalo	<i>Centropomus spp</i>	P	E+C	Em
Roncador	<i>Bairdiella ronchus</i>	D	E+C	Ce
Salema	<i>Anisotremus</i>	P	C	Az
Sardinha boca	<i>Centengraulis edentulus</i>	P	E+C	Ce
Torta				
Sardinha	<i>Harengula clupeiola</i>	P	E+C	Ce
Cascadura				
Sardinha lage	<i>Opisthonema</i>	P	E+C	Ce
Sardinha savelha	<i>Brevoortia spp</i>	P	E+C	Ce
Sardinha	<i>Sardinella brasiliensis</i>	P	E+C	Ce
Verdadeira				
Serra	<i>Sarda sarda</i>	P	O	Iv
Solteira	<i>Parona</i>	P	C	C
Sororoca	<i>Scomberomorus cavala</i>	P	O	Iv
Tainha	<i>Mugil liza</i>	P	E+C	Ce
Tira vira	<i>Percophis brasiliensis</i>	D	C	Ar
Trilha	<i>Mullus argentinae</i>	D	C	Ar
Ubarana	<i>Elops spp.</i>	P	C	Ce
Vermelho	<i>Lutjanus spp</i>	D	C	Az
Viola	<i>Sphyrna spp</i>	P	O	Az, E
Xaréu	<i>Caranx hippos</i>	P	C	Ce

P=pelágico; D=demersal; E=estuarino; C=costeiro; O=oceânico; Ar=arrasto de fundo; Az=anzol; E=espindel; Em=emalhe; Ce=cerco; Iv=isca-viva; - = Indeterminado. Fonte: FEMAR, 2001.

Os tipos de embarcação utilizados também variam, pois existem desde os pescadores que pescam sozinhos em pequenos barcos motorizados (até 4 m de comprimento) e canoas, até donos de barcos maiores, onde trabalham até 4 pessoas (aproximadamente 10 m de comprimento). Assim como existem muitas embarcações, há grande variação nas distâncias alcançadas pelos pescadores autônomos, que podem ser de 5 km (3 horas de distância da costa) até 150 km de distância da costa (15 a 20 dias no mar).

O desembarque do pescado é feito em entrepostos locais e o produto é vendido, de acordo com o preço de mercado, no que os próprios pescadores chamam de "leilão". Na maioria dos casos, já existe um comprador (atravessador), que vende o peixe para os mercados consumidores do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo.

Os armadores (proprietários de barcos) dominam a maior parte da atividade pesqueira no Estado do Rio de Janeiro. O sistema de pagamento é o da porcentagem (40% para o armador e 60% para a tripulação). As principais espécies capturadas pelos pescadores nesse tipo de produção são: anchova, dourado, espada, pargo, cação, garoupa, olho-de-cão, olhete, pitangola, cherne, badejo, namorado, corvina, camarão e atum. As épocas de safra e entressafra variam de acordo com as espécies, e a quantidade de pescado varia com a distância e o número de dias no mar, podendo chegar a 4 ton. no total de dias (aproximadamente 15 dias no mar).

O Quadro II.5.3.14-5 a seguir resume as principais informações referentes ao número de associados, número de embarcações, tipos de petrecho, profundidades de captura e espécies-alvo para as Colônias e Associações de Pescadores e Cooperativas inseridos nos municípios da Área de Influência - RJ. Estas informações encontram-se consolidadas nos Mapas de Pesca, ao final desta seção.

Quadro II.5.3.14-5 – Caracterização da Atividade Pesqueira na All-RJ.

Município	Colônias e Associações e Cooperativas	Número de Associados	Número de Embarcações	Tipo de Petrecho, Profundidade e Espécies-Alvo	Observações
São Francisco de Itabapoana	Colônia de Pescadores Z-01 de São Francisco do Itabapoana- RJ	Há 1.200 associados, no entanto, estima-se que haja cerca de 3.000 pescadores atuando no município.	Há 150 embarcações registradas junto à Colônia, no entanto, estima-se que haja cerca de 650 embarcações atuando no município.	Rede de espera ou rede caída, utilizada em profundidades de 3 a 100 metros para a captura de goete, bagre branco, namorado e cação; Rede de arrasto ou balão, é empregada de 4 até 30 metros para a captura do camarão branco, sete-barbas, barba-ruça, peroá, pescadinha, tainha e raia; Espinhel de superfície: é utilizado em águas mais profundas, entre 50 e 200 metros, empregado para a captura de dourado, cherne, badejo, olho-de-boi, olho-de-cão, cação e peroá, em áreas que alcançam as plataformas de petróleo; Linha de mão: utilizada em profundidades de 50 a 200 metros, e também junto às plataformas de petróleo, para a captura de anchova, cherne, namorado, pargo, olho-de-cão, badejo e peroá.	No município há três comunidades pesqueiras centrais: Gargaú, Guaxindiba e Barra de Itabapoana. Barra de Itabapoana é o principal ponto de desembarque pesqueiro do município.
São João da Barra	Colônia de Pescadores Z-02 de São João da Barra - RJ	Há 2.000 associados, no entanto, estima-se que haja cerca de 3.000 pescadores atuando no município.	Há 225 embarcações registradas junto à Colônia, no entanto, estima-se que haja cerca de 650 embarcações atuando no município.	Rede de espera: utilizada para a captura de pescadinha, em profundidades menores que 50 metros; Rede de arrasto: utilizada para a captura do camarão sete-barbas, camarão barba-ruça, cação e corvina, normalmente empregada em profundidades de 40 a 100 metros; Linha de mão e o espinhel de superfície: utilizados em profundidades maiores de 40 a 200 metros, para a captura de espécies como anchova, palombeta, cavala, peroá, atum, olho-de-cão, dourado, olhete, pargo, cherne, cação e bonito-serra; Rede mijuada ou rede de laço: utilizada em profundidade de 50 metros, para a captura de cação, corvina, goete e bonito-serra.	

Município	Colônias e Associações e Cooperativas	Número de Associados	Número de Embarcações	Tipo de Petrecho, Profundidade e Espécies-Alvo	Observações
Campos dos Goytacazes	Colônia de Pescadores Z-19 de Farol de São Tomé	Há 2.200 associados.	Há 600 embarcações registradas junto a Colônia, no entanto estima-se que haja cerca de 2.100 embarcações atuando no município.	<p>Parelha: realizada durante todo o ano, em profundidade variando de 10 a 100 metros, se distanciando além de 100 km da costa. Está voltada para a captura de 10 espécies de pescado, dentre elas o camarão rosa, camarão barba-ruça, camarão sete-barbas, corvina, cação e pescadinha.</p> <p>Linha de mão: realizada em profundidade de até 200 metros, voltada principalmente para a captura do pargo e do badejo.</p> <p>Rede de espera: (rede de emalhar ou rede caída): redes de 3.000 metros de comprimento, com malha 50 mm ou mais, para a captura de espécies bentônicas ou pelágicas. Cerca de 30 embarcações e 150 pescadores realizam esta pesca, se distanciando até 50 km da costa;</p> <p>Arrasto de balão: é específico para a captura do camarão sete-barbas, barba russa e do camarão rosa. Realizada a partir de 4 km de distância da costa, em profundidade menores que 80 metros. Também são capturadas espécies como o linguado, trilha, corvina, cação, polvo e lagosta;</p> <p>Covos: voltada para a captura de pargo, badejo, namorado, cioba, cherne, garoupa e batata, e praticada em profundidades de 100 a 120 metros;</p>	<p>Na pesca de parelha são utilizadas cerca de 40 embarcações, com cerca de 240 pescadores trabalhando neste tipo de pesca. A captura média anual da pesca de parelha é de cerca de 1.800 toneladas;</p> <p>A pesca de linha de mão é realizada durante o ano todo, com aproximadamente 125 barcos empregando 625 pescadores, que resultam em capturas médias de 4.000 toneladas/ano, entre 17 espécies de pescado;</p> <p>Há quatro associações de pesca (Associação dos Pescadores de Coroa Grande; Associação dos Pescadores de Parque Prazeres; Associação de Pescadores da Lagoa do Campelo e a Associação dos Pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos, onde funciona a sede da UEPA. A área preferencial de pesca são os rios e lagoas existentes no município.</p>

Município	Colônias e Associações e Cooperativas	Número de Associados	Número de Embarcações	Tipo de Petrecho, Profundidade e Espécies-Alvo	Observações
Quissamã	Associação de Pescadores de Barra do Furado	Há 78 associados.	Há 27 embarcações registradas em Barra do Furado.	Redes de espera (rede caída): realizada em profundidades menores que 15 metros para a captura principalmente de pescadinha, goete, cação, peixe-galo, anchova, salema, corvina e viola; Rede de arrasto (balão): utilizada em profundidades de 15 a 25 metros, para a captura do camarão sete-barbas, barba-russa e Santana, e peixes como goete, pescadinha, corvina e mistura; Covos (gaiolas): empregada para a captura de pargo, badejo e lagostas, em profundidades de cerca de 70 a 200 metros.	É recorrente a reclamação dos pescadores quanto à perda ou dano de petrechos de pesca que ficam agarrados nos dutos. Ressaltando que estes chegam em Cabiúnas, estação situada na costa do município.
Carapebus	Associação dos Pescadores de Carapebus	Há 62 associados, no entanto, estima-se que haja cerca de 100 pescadores atuando no município.	Há 30 embarcações registradas junto à Colônia, no entanto, estima-se que haja cerca de 60 embarcações atuando no município.	Rede de espera e tarrafa: realizada na lagoa de Carapebus. As principais espécies capturadas são: carapeba, robalo, tainha, parati, traíra, sairu, tilápia e bagre. O pescado é desembarcado no Porto de Pedra Branca (localizado na lagoa), sendo estimada uma produção próxima de 24 toneladas por ano.	Os pescadores de Carapebus encontram-se filiados à Associação dos Pescadores de Carapebus. Não existe uma colônia de pescadores no município. Os pescadores costeiros embarcam em Macaé.

Município	Colônias e Associações e Cooperativas	Número de Associados	Número de Embarcações	Tipo de Petrecho, Profundidade e Espécies-Alvo	Observações
Macaé	Colônia de Pescadores Z-03 (Carapebus, Macaé e Rio das Ostras)	Há 2.500 associados, no entanto, estima-se que haja cerca de 7.000 pescadores atuando no município.	Há 1.400 embarcações registradas junto à Colônia, no entanto, estima-se que haja cerca de 3.000 embarcações atuando no município.	<p>Linha de mão: praticada distante da costa e o uso de espinhel apresentam a maior diversidade e quantidade de pescado capturado, e envolvem também o maior número de pescadores e embarcações, cerca de 4.000 pescadores e 800 embarcações. Os principais recursos capturados são o dourado, anchova, pargo, garoupa, cherne, badejo, atum, cavala e olho de boi. Cada embarcação permanece em média uma semana no mar, pescando em profundidades que variam entre 300 e 1.000 metros; Parelha: também, é expressiva na região, e atua em profundidades até 80 metros. Estão envolvidos nesta modalidade de pesca, cerca de 70 barcos e 420 pescadores, e a produção estimada para esta modalidade é de cerca de 2.900 toneladas/ano; Cerco traineiro ou de lance: são capturadas perto de 3.200 toneladas/ano, principalmente de sardinha, peixe-galo e xerelete, em profundidades menores que 40 metros. Esta pesca é praticada entre 4 e 10 milhas da costa, a leste e ao sul do arquipélago de Santana;</p>	A pesca do peroá é realizada na primavera, verão e outono, a partir de 4 milhas da costa, à leste e sul do arquipélago de Santana por cerca de 600 barcos e 1.200 pescadores.

Município	Colônias e Associações e Cooperativas	Número de Associados	Número de Embarcações	Tipo de Petrecho, Profundidade e Espécies-Alvo	Observações
Macaé	Colônia de Pescadores Z-03 (Carapebus, Macaé e Rio das Ostras)	Há 2.500 associados, no entanto, estima-se que haja cerca de 7.000 pescadores atuando no município.	Há 1.400 embarcações registradas junto à Colônia, no entanto, estima-se que haja cerca de 3.000 embarcações atuando no município.	Rede de espera: praticada em profundidade de 10 a 400 metros. A produção estimada é de 200 toneladas/ano. As principais espécies capturadas são o goete, pescadinha, corvina, Maria Luiza, cação, cherne e pargo; Aarrasto (balão): um total de cerca de 600 barcos, envolvendo 1.200 pescadores. Na região, as principais espécies capturadas são o camarão sete-barbas e o camarão barba-ruça, capturados em profundidade de 7 a 15 metros e o camarão rosa, capturado em profundidade de 20 a 30 metros;	A pesca do peroá é realizada na primavera, verão e outono, a partir de 4 milhas da costa, à leste e sul do arquipélago de Santana por cerca de 600 barcos e 1.200 pescadores.
	Cooperativa Mista de pescadores de Macaé	Há 35 associados, no entanto, estima-se que haja cerca de 115 pescadores atuando no município.	Cerca de 35 embarcações, todas cadastradas na Colonia Z-03.		

Município	Colônias e Associações e Cooperativas	Número de Associados	Número de Embarcações	Tipo de Petrecho, Profundidade e Espécies-Alvo	Observações
Rio das Ostras	Colônia de Pescadores Z-22 – Rio das Ostras	Há 140 associados, no entanto, estima-se que haja cerca de 200 pescadores atuando no município.	Estima-se que haja cerca de 50 embarcações atuando no município.	<p>Rede de espera (de emalhe) de superfície: empregada em profundidades de 15 a 50 metros, utilizada para captura de peixes como o bonito serra, cavala e anchova; Rede de espera de fundo (caçoeira): empregada em profundidades de 15 a 100 metros e utilizada para captura de corvina, cação-anjo, cação-viola, cação galha-preta, cação-fígado-branco, cação-corre-costa, pescada, anchova e pargo;</p> <p>Espinhel de superfície: empregado em profundidade de cerca de 100 metros e utilizado principalmente para captura de dourado;</p> <p>Linha de mão: utilizada em profundidades em torno de 65 metros, para a pesca de badejo, olhete e garoupa.</p>	Muitos pescadores, em especial os mais antigos, continuam filiados à Colônia de Z-3, em Macaé. A Colônia de Pesca Z-22 foi criada em 2002.
Casimiro de Abreu	Não há entidade de pesca registrada no município. Os pescadores são filiados à Colônia de Pesca Z-2 - Cabo Frio.	Há 100 pescadores cadastrados junto a colônia de Pesca de Z-2, no entanto, estima-se que haja cerca de 400 pescadores atuando no município.	Há 180 embarcações registradas junto à Colônia, no entanto, estima-se que haja cerca de 200 embarcações atuando no município.	As artes de pesca mais comumente utilizadas são a linha de mão, rede de arrasto para camarão, rede de espera e a rede de arrasto de praia. As principais espécies capturadas são a corvinota, anchoveta, corvina, xerelete, cação, robalo, tainha, peixe galo, graçaíinha, xaréu, sardinha, peixe-espada, camarão sete barbas, camarão VG.	Segundo os pescadores, para a pesca de rede no mar, o inverno é a melhor época, enquanto que para os peixes de rio, os camarões, ostras e caranguejos no verão a produção é maior. Há a Associação Livre dos Aqüicultores das Águas de São João – ALA.

Município	Colônias e Associações e Cooperativas	Número de Associados	Número de Embarcações	Tipo de Petrecho, Profundidade e Espécies-Alvo	Observações
Armação dos Búzios	Colônia de Pescadores Z-23 – Armação dos Búzios	Há 160 associados, no entanto, estima-se que haja cerca de 510 pescadores atuando no município.	Estima-se que haja cerca de 305 registradas junto à Colônia.	Rede de espera (ou de emalhe): utilizada para a captura de espécies como a corvina, viola, tainha e anchova, em profundidades variando de 10 a 60 metros; Rede de arrasto: voltada para a captura de camarão em profundidades variando de 10 a 18 metros; Rede de cerco: voltada principalmente para a pesca da sardinha e xerelete, em profundidades de 10 a 100 metros; Espinhel de superfície: destinado à captura de cação, polvo, dourado, cherne, garoupa, namorado e tubarão cabeça-chata, em profundidades variando de 10 a 600 metros; Linha de mão: voltada para a captura de pargo, bonito, anchova, dourado, cherne, garoupa, namorado e tubarão cabeça-chata, em profundidades de 10 até 600 metros; Arpão (mergulho): voltada para a captura de garoupa, badejo e lagosta, em profundidades de 10 a 30 metros.	O município é o principal ponto de venda de isca-viva para a realização da pesca "de plataforma". Além da Associação de Manguinhos, foi identificada a Associação dos Maricultores de Armação dos Búzios.
	Associação de Pescadores de Manguinhos	Há 130 associados.	Sem informação		

Município	Colônias e Associações e Cooperativas	Número de Associados	Número de Embarcações	Tipo de Petrecho, Profundidade e Espécies-Alvo	Observações
Cabo Frio	Colônia de Pescadores Z-04 – Cabo Frio (RJ)	Há 2.300 associados, no entanto, estima-se que haja cerca de 4.000 pescadores atuando no município.	Estima-se que haja cerca de 370 embarcações registradas na Colônia Z-4.	Arrasto de camarão (balão): para a pesca do camarão sete barbas e do camarão barba-ruça, realizada em profundidade de 6 a 8 metros. Cerco: para a captura de peixes como a sardinha, anchova, xerelete, bonito, corvina, sarda e cavala, em profundidades variando de 3 a 200 metros. Emalhe: utilizada em profundidades de 40 a 150 metros, para a captura de peixes como dourado, pargo, bonito, cação e goete. Espinhel: utilizado para a pesca de dourado, pargo, bonito e cação, em profundidades variando de 40 a 150 metros. Longline: para a pesca de badejo, garoupa cherne e pargo, em profundidade de 60 a 90 metros. Linha de mão: usada na captura de pargo, olho-de-cão, cherne, namorado e espada, pescados em profundidade variando entre 40 e 150 metros. Linha de mão pargueira: utilizada em profundidades de 40 a 160 metros, para a captura de olho-de-cão, cherne, namorado, lírio, anchova e pargo.	A frota pesqueira do município é constituída por aproximadamente 20 embarcações de pesca industrial e 350 embarcações dedicadas à pesca artesanal, constituídas principalmente por traineiras com até 30 TBA, e "barcos de boca aberta" utilizados para a pesca artesanal de linha de mão, que possuem casco de madeira e motor de centro, medindo de 5 a 9 metros. Além dessas, existem embarcações de outros municípios que também atuam na pesca da região. O contingente de pescadores estimado para o município de Cabo Frio é de cerca de 4.000 pescadores, efetivamente atuando nas atividades de pesca, tanto artesanal como industrial. Capa
	Associação de Pescadores e Amigos da Gamboa	Há 60 associados.	Estima-se que haja cerca de 50 embarcações.		
	Capatazia da Colônia de Pescadores Z-04 – 2º Distrito (Praia de Santo Antônio, Praia de Aquários e Unamar)	Há 60 associados, no entanto, estima-se que haja cerca de 110 pescadores atuando no município.	Estima-se que haja cerca de 150 embarcações.		
	Associação de Pescadores, Aqüicultores e Amigos da Praia do Siqueira	Há 150 associados.	Estima-se que haja cerca de 70 embarcações.	Voltada exclusivamente para a pesca lagunar, realizada principalmente na lagoa de Araruama	
	Associação de Pescadores do São João (Cabo Frio, Casimiro de Abreu e Silva Jardim)	Há 100 associados, no entanto, estima-se que haja cerca de 150 pescadores atuando no município.	Há 150 embarcações registradas junto a Associação.	Pesca ao longo do rio São João.	

Município	Colônias e Associações e Cooperativas	Número de Associados	Número de Embarcações	Tipo de Petrecho, Profundidade e Espécies-Alvo	Observações
Arraial do Cabo	Colônia dos Pescadores Z-05;	Há 1.830 associados, no entanto, estima-se que haja cerca de 2.330 pescadores atuando no município.	Há 625 embarcações registradas.	Linha de mão e o espinhel (de fundo e de superfície): são artes utilizadas em profundidades variando de 2 a 60 metros, para a captura de peixes como anchova, espada, goete, lula, pitangola e olhete; Rede de cerco: utilizada principalmente para a sardinha, corvina, sarda, anchova, cavala e bonito, capturados em profundidades de 3 a 50 metros; Rede zangareio: é utilizada em profundidades de 3 a 10 metros para a captura de lula e em 45 metros para a pesca do pargo; Tarrafa: utilizada também, para a captura de peixes como a tainha e o parati, em profundidade até 5 metros. Arrasto de praia: realizado por duas embarcações, destinado à captura tainhas, cavalas, sardinha verdadeira e xaréus. Ocorre diariamente na praia Grande.	Além das entidades identificadas, há duas outras, vinculadas à pesca esportiva e turismo náutico: a Associação de Barqueiros Tradicionais da Beira da Praia dos Anjos – ABTBPA. Esta entidade conta com 40 associados e cerca de 42 embarcações e a Associação de Pesca e Turismo Náutico de Arraial do Cabo - APTUNAC.
	Associação dos Pescadores de Arraial do Cabo - APAC	Há 200 associados.	Há 56 embarcações registradas.		
	Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo - AREMAC	Há 400 associados.	Há 340 embarcações registradas e estima-se que haja cerca de 400 embarcações.		
	Associação dos Coletores e Criadores de Marisco de Arraial do Cabo - ACRIMAC	Há 15 associados.	Sem informação		
Araruama	Associação de Pescadores e Amigos de Praia Seca.	Há 42 associados	Há 4 canoas registradas	Os petrechos de pesca mais utilizados nas lagoas são tarrafas, puçás, ganchos, rede de arrasto de calão, tróia, cerco e rede de espera (ou mijuada). As espécies mais capturadas nestas lagoas são: camarão, tainha, carapeba, perumbaba, saúba e carapicu.	Existe também, em Araruama, a Associação dos Pescadores Artesanais de Araruama, criada para atender os pescadores que atuam somente no sistema lagunar. A Associação possui 475 associados, dos quais grande parte ainda se encontra associada às colônias de Arraial do Cabo e de São Pedro D'Aldeia.

Município	Colônias e Associações e Cooperativas	Número de Associados	Número de Embarcações	Tipo de Petrecho, Profundidade e Espécies-Alvo	Observações
Saquarema	Colônia de Pescadores Z-24 (Saquarema e Cora Grande)	Há 800 associados, no entanto, estima-se que haja cerca de 1300 pescadores atuando no município.	Há 350 embarcações registradas.	Linha de mão: utilizada em profundidade variando de 5 a 120 metros, para a captura de peixes como: cherne, namorado, pargo, anchova, marimbá e corvina. Espinhel: empregado em profundidade variando entre 30 a 120 metros para a captura de cherne, badejo, xerelete e pargo. Rede de espera (rede de emalhe): utilizada em profundidade variando entre 5 a 30 metros para a captura de anchova e corvina.	
	Associação de Pescadores e Amigos da Praia de Itaúna - APAPI	Há 200 associados.			
Maricá	Associação de Pescadores de Itaipuaçu (vinculados a Colonia de Z-7 - Itaipu.)	Há 26 associados.	Sem informação	Linha de Mão: empregada para capturar anchova, badejo, bonito, corvina em profundidades de 30 a 100 mestros. Espinhel: para capturar garopa, cherne e namorado em profundidades de 80 a 100 metros. Rede de emalhe: empregada para capturar, principalmente anchova, bonito, corvina e serra, em profundidades de 30 a 60 metros.	Os pescadores de Maricá se dividem em três comunidades pesqueiras, que totalizam aproximadamente 500 pescadores. Essas comunidades são conhecidas como: comunidade de Zacarias; Ponta Negra e Itaipuaçu.
	Associação de Pescadores de Ponta Negra	Há 71 associados.	Há 70 embarcações registradas.	A pesca na lagoa é a mais expressiva do município, as principais espécies capturadas pelos pescadores de Maricá são: tainha, robalo, bagre e camarão.	
	Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias - ACCLPZ	Há 60 associados.	Sem informação		

Fonte: PETROBRAS/CONCREMAT, 2006.

II.5.3.14.2.3 - A PESCA ARTESANAL NA ÁREA DO CAMPO DE PARQUE DAS BALEIAS

De acordo com o que foi levantado no presente estudo, na área do campo de Parque das Baleias, localizado em profundidade média de 100 metros, e a cerca de 77 km da costa de Anchieta (ES), a atividade pesqueira artesanal é realizada predominantemente com a utilização de linha de mão e espinhel e está voltada principalmente para a captura tanto artesanal como industrial de grande peixes pelágicos como o atum, bonito, albacora, dourado e afins. Nesta atividade, estão envolvidos diretamente os pescadores de Itapemirim (Itaipava), São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Macaé e Cabo Frio.

A pesca industrial possui pouca interferência na área do Campo, principalmente em função de sua mobilidade, embora, eventualmente, outras embarcações de diferentes origens (Niterói - RJ, Santos - SP e Itajaí - SC), também possam utilizar a área do Campo de Parque das Baleias para a pesca.

II.5.3.14.3 - A PESCA DESENVOLVIDA POR ARMADORES E A INDUSTRIAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA

Serão também abordados, de maneira genérica, no presente diagnóstico, alguns aspectos da pesca industrial e da pesca desenvolvida por armadores de pesca de alguns municípios onde a atuação dessas modalidades ocorre também na Área de Influência Direta do estudo.

De acordo com os dados do IBAMA/2004, apresentados no Quadro II.5.3.14-6, a pesca industrial respondeu por cerca de 77% da produção pesqueira no Estado do Rio de Janeiro.

Quadro II.5.3.14-6 – Produção total da pesca extrativista, 2004.

Federação e Estados	Pesca Extrativa				Aqüicultura		
	Industrial	%	Artesanal	%	Total	%	Total (t)
Brasil	240.961,50	23,7	505.255,00	49,7	269.697,50	26,5	1.015.914,00
Sudeste	76.020,50	47,1	53.710,00	33,3	31.707,00	19,6	161.437,50
Rio de Janeiro	52.421,00	73,4	17.089,50	24	1.704,50	2,4	71.215,00
Espírito Santo	0,0	0,0	13.416,00	77	4.003,50	23	17.419,50

Estima-se que haja cerca de 20.000 pescadores trabalhando diretamente na atividade e 7.000 pessoas atuando indiretamente. Além do envolvimento direto, são gerados postos de trabalho nos portos de origem das embarcações.

II.5.3.14.3.1 - A PESCA DESENVOLVIDA POR ARMADORES

As atividades de pesca desenvolvidas por armadores de pesca na área do sistema integrado de Parque das Baleias são principalmente realizadas por embarcações provenientes de Niterói, no Rio de Janeiro e Itapemirim no Espírito Santo.

Os armadores de pesca são os proprietários das embarcações e dos petrechos de pesca. Uma das características dessa pesca é o fato dos armadores não participarem diretamente do processo produtivo, sendo essa função delegada ao mestre da embarcação.

Na percepção dos entrevistados, a vantagem para o dono do barco é dividir os prejuízos e despesas oriundas do material de produção. Para a tripulação, a vantagem é o recebimento de um *pró-labore*, mesmo que, para isso, os pescadores recebam um valor significativamente inferior ao valor que o dono do barco recebe ou até mesmo ao que estão acostumados a receber como autônomos.

Os dados apresentados a seguir refere-se às informações levantadas durante pesquisas de campo realizadas em 2004, 2005, 2006 e 2007 sobre as atividades de pesca do Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro e sobre as atividades dos armadores de pesca de Itapemirim, ES, associados à APEDI – Associação dos Pescadores do Distrito de Itaipava, levantadas em 2005.

II.5.3.14.3.1.1- NITERÓI – RIO DE JANEIRO

O Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro possui, hoje, cerca de 600 associados. Atualmente, a frota cadastrada é de 500 embarcações, entre nacionais e arrendadas, direcionadas à pesca de atuns e afins. A frota é dividida entre traineiras com mais de 24 m e os denominados barcos atuneiros. Em entrevista com a responsável pelo Sindicato dos Armadores de Pesca do estado do Rio de Janeiro, ela não soube informar precisamente a frota de cada categoria. Normalmente, estas embarcações fazem uma média de

duas viagens por mês, permanecendo até 12 dias no mar, dependendo das condições marítimas e volume de pescado.

Segundo informações da responsável pelo Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado, uma traineira chega a capturar 60 mil kg de sardinha ou corvina. Um barco de arrasto traz cerca de 10 mil kg de camarão e um barco de *long line* chega a produzir 30 mil kg de atum por pescaria. As principais modalidades de pesca são: arrasto, linha de fundo, *long line*, rede de cerco e rede de fundo.

Grande parte do pescado capturado na região metropolitana é desembarcada no entreposto de pesca de Niterói, situado na Ilha da Conceição. Normalmente, os barcos aportam entre 2 e 3hs da manhã no cais para venderem o pescado. Os peixes capturados são leiloados e quem apresentar o melhor preço leva o produto. Segundo informações locais, o leilão inicia-se às 2:30h e estende-se até às 6:00h. Além da sardinha verdadeira, destacam-se a pesca do camarão, corvina e do atum.

Quanto à área de pesca, grande parte dos pescadores entrevistados informou pescar em área costeira até 200 milhas náuticas, entre 250 e 500 m de profundidade. Entretanto, todos informaram transitar em zonas mais profundas, chegando a 500 e 1000 m, conforme a disponibilidade do pescado.

II.5.3.14.3.1.2 - ITAPEMIRIM – ESPÍRITO SANTO

Itaipava, distrito localizado em Itapemirim, no Espírito Santo, é um dos maiores pólos pesqueiros do País, sendo hoje o maior produtor de atum e dourado do Brasil. Esta localidade possui duas fábricas de gelo e duas indústrias de beneficiamento do pescado (Italfish e Atum do Brasil). Itaipava possui cerca de 2.500 pescadores (1.980 embarcados e 520 sem documentos) e 350 barcos entre 13 e 15 m. Aproximadamente 40% destes pescadores são mestres e donos de embarcações, e os demais fazem parte da tripulação flutuante. Alguns estão ligados à empresa Atum do Brasil.

A pesca mais representativa na região é a de linha e espinhel de fundo em grandes profundidades (chegando até 1.000 m), além de 100 km da costa, de norte a sul do Brasil (a rota mais comum é a de Santos a Trindade). Esta pesca é voltada principalmente para a captura do atum (albacora) e do dourado. Outros

peixes, como espadarte (meca), cherne, batata, namorado, garoupa, badejo, pargo, cavala e peroá, também são capturados na área de atuação. Nestes barcos, geralmente, trabalham de 7 a 10 pescadores, que ficam de 10 a 15 dias no mar, dependendo das condições de pesca.

A Associação dos Pescadores do Distrito de Itaipava – Apedi, que reúne principalmente armadores e mestres de pesca, informou que existem no distrito de Itaipava 780 pescadores registrados na associação, embora sejam estimados aproximadamente 1.100 pescadores atuando no município. No que se refere à frota pesqueira, o presidente da associação estima a existência, atualmente, de cerca de 180 embarcações das quais 120 registradas. A associação possui sede própria com boas instalações, habilitada para prestar assistência médica, odontológica, jurídica e orientação no que se refere aos direitos sociais dos associados.

II.3.14.3.2 - PESCA INDUSTRIAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA

O grau tecnológico e a grande autonomia das embarcações utilizadas na pesca industrial permitem grandes deslocamentos para as atividades de pesca, não restringindo a atuação em áreas próximas de onde estão estabelecidas. Dessa forma, devido à grande mobilidade das embarcações de pesca industrial, não é possível determinar a frequência com que essa frota atua na área do campo de produção e escoamento de Parque das Baleias.

A pesca industrial desenvolvida nas regiões Sudeste e Sul do Brasil atuam na plataforma continental, em profundidades de cerca de 150 m, e nos taludes continentais. Isto se dá em decorrência não só da maior proximidade da costa, mas, principalmente, devido à maior disponibilidade de recursos pesqueiros, conseqüência da maior produtividade das áreas costeiras. A pesca industrial nos Estados de Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, é mais expressiva que nos demais estados, e apresenta os maiores índices de produção, conforme pode se observar no Quadro II.5.3.14.-7 a seguir.

Quadro II.5.3.14-7 - Total das capturas estuarinas e marinhas no Brasil em 2000.

Estado	Artesanal	Industrial	Total
Amapá	3628	---	3628
Pará	63813	37705,5	101518,5
Maranhão	40131,5		40131,5
Ceará	11546	2665,5	14211,5
Piauí	1940,5	---	1940,5
Rio Grande do Norte	8305,5	3333,5	11639
Paraíba	2621,5	10168	12789,5
Pernambuco	5383	56	5439
Alagoas	7712,5	---	7712,5
Sergipe	3881,5	---	3881,5
Bahia	38688	460,5	39148,5
Espírito Santo	8063	5160	13223
Rio de Janeiro	12899,5	47982	60881,5
São Paulo	3339,5	24553	27892,5
Paraná	1514,5	---	1514,5
Santa Catarina	6967	71042	78009
Rio Grande do Sul	10296,5	33830	44126,5
Total	230731	236956	467687

Fonte: IBAMA, 2000.

No entanto, em função da contínua redução dos estoques pesqueiros naturais ao longo dos anos, atualmente, a pesca industrial tem apresentado tendências claras de redirecionamento das frotas para áreas mais distantes da plataforma e do talude continental. Vale ressaltar que, embora os índices de produtividade biológica nestas áreas mais profundas geralmente sejam menores, observa-se uma exploração cada vez maior dos recursos pesqueiros nesta região, que, exatamente pela menor abundância total, alcançam elevados valores de mercado, compensando a menor biomassa total capturada.

A frota considerada industrial, com tripulação média de 10 pescadores por embarcação, emprega em torno de 30 mil pescadores em todo o Brasil, sendo que o parque industrial é composto por cerca de 300 empresas relacionadas à captura e ao processamento (SEAP/PR). Nas regiões Sudeste e Sul, as indústrias apresentam uma infra-estrutura direcionada para a produção de conservas de sardinha e bonito, dentre outros, e produtos resfriados/congelados, voltados, em

sua maior parte, para o mercado interno. Esse parque possui uma estrutura de beneficiamento relativamente nova, com cerca de 20 anos de funcionamento, e nível tecnológico comparável aos melhores do mundo, apesar de atualmente operar com elevado nível de ociosidade.

A frota pesqueira industrial é composta de sub-frotas especializadas na exploração de determinados grupos de recursos pesqueiros formados por uma ou mais espécies afins. Essa frota atua tanto sobre os recursos costeiros (camarões, lagostas, sardinha, etc.), como também sobre os recursos considerados oceânicos, tais como os atuns e afins (bonito, albacora, espadarte, dourado, cavala, serra, etc.), o peixe sapo, entre outras. A divisão da frota industrial ou empresarial, por modalidade/petrechos e espécies a capturar, é apresentada no Quadro II.5.3.14-8 a seguir.

Quadro II.5.3.14-8 - Frota nacional industrial (por modalidade/espécie).

Modalidade	Espécie alvo
Pesca de Arrasto (arrasteiros)	Peixes diversos e camarões
Pesca com Linha (linheiros)	Peixes diversos (pargo, atuns e afins)
Pesca com Linha/Vara/Isca Viva	Atuns (bonito listrado)
Pesca de Emalhar	Peixes diversos e lagosta
Pesca de Cerco (cerqueiros)	Peixes diversos (sardinha, corvina)
Pesca com Armadilha (covos)	Peixes diversos (pargo), lagostas e caranguejos de profundidade

Fonte: <http://www.presidencia.derepublica.gov.br/seap/>

A frota estrangeira arrendada apresenta características distintas da frota nacional e varia conforme a modalidade de pesca e a espécie alvo das capturas. De uma maneira geral, apresenta-se com características superiores às da frota brasileira, com melhor nível tecnológico, seja de captura ou de armazenamento na embarcação. Vale registrar que a frota estrangeira arrendada, nas últimas décadas direcionada, prioritariamente, para a captura de atuns e afins, passou a operar, também, sobre outras espécies consideradas como emergentes, tais como peixe sapo, abrótea, merluza, caranguejos de profundidade, entre outras.

As principais frotas que operam a partir do litoral considerado no levantamento são: barcos espinheiros e de isca viva que operam sobre atuns e

afins; barcos de espinhel de fundo operando sobre peixes demersais; embarcações de arrasto simples e duplo e de emalhe de fundo e covos, que exploram várias espécies demersais e a frota camaroneira.

A captura de atuns e afins é realizada apenas pela frota industrial, sendo executada por duas modalidades distintas: espinhel e pesca com vara e isca viva. Ambas são executadas sobre o talude continental, ou seja, em águas com profundidades superiores a 200 metros (IBAMA, 1996). Atualmente, observa-se que a frota espinheleira passou a operar em outras áreas da ZEE brasileira (por exemplo, no Nordeste) e em águas internacionais.

A frota nacional especializada nesta modalidade está sediada principalmente em Santos (SP). É composta por cerca de 10 embarcações de médio porte, com 30m de comprimento, geralmente com casco de madeira. A frota arrendada para esta finalidade localiza-se no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, possuindo cerca de 30 barcos, com comprimento em torno de 50 m, com casco de aço e congelamento a bordo (IBAMA, 1996). As embarcações nacionais realizam viagens de pesca de no máximo 20 dias, enquanto que os barcos arrendados podem passar 3 a 4 meses no mar, operando em qualquer ponto da costa brasileira (IBAMA, 1996). A tecnologia de pesca empregada varia conforme as espécies visadas. A frota arrendada, que direciona a sua atividade para a captura de albacora-bandolim (*Thunnus obesus*), visa capturar grandes quantidades desta espécie em profundidades de cerca de 60m. Já a frota nacional, direcionada para a pesca do espadarte (*Xiphias gladius*), utiliza espinhel de linha de nylon monofilamento, atingindo águas mais próximas à superfície (30 m) (IBAMA, 1996).

Na pesca de atuns e afins com vara e isca viva, os barcos utilizados possuem tanques e grandes bombas d'água, para a constante renovação da água, onde são armazenadas as iscas vivas (normalmente sardinhas e manjubas). A grande maioria emprega gelo para conservação do pescado, sendo que um pequeno número utiliza salmoura resfriada (IBAMA, 1996). A frota está sediada no Rio de Janeiro e em Santa Catarina, possuindo cerca de 50 embarcações com comprimento entre 18 e 38 m. As embarcações permanecem no mar pescando por no máximo 20 dias (IBAMA, 1996). O bonito-listrado (*Katsuwonus pelamis*) é a principal espécie capturada, chegando a representar entre 85 e 90% do

pescado capturado (IBAMA, 1996). A produção da frota, em 1994, foi de 20.555 ton de bonito-listrado e de 16.007 ton de outros atuns, principalmente a albacora-lage.

O Quadro II.5.3.14-8 apresenta os desembarques de atuns e afins, realizados nas duas modalidades pelas frotas nacional e arrendada. Cabe ressaltar que estes dados se referem ao desembarque total de atuns e afins, em 1994, espécies que podem ser capturadas na área de influência dos empreendimentos.

Quadro II.5.3.14-8 - Desembarque pesqueiro de atuns e afins, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina (1994).

Frota	Espinhel (ton)	Vara e isca viva (ton)	Total (ton)
Nacional	3.157	36.562	39.719
Arrendada	3.600	-	3.600
Total (t)	6.757	36.562	43.319

Fonte: IBAMA, 1996

Deve-se ressaltar, também, que as características das embarcações utilizadas nas duas modalidades da pesca de atuns e afins (espinhel e isca viva) permitem viagens longas, muitas vezes para outros trechos do litoral brasileiro.

As principais frotas direcionadas para a captura de peixes demersais atuantes na região são a frota de arrasteiros duplos e a frota arrendada de emalhe de fundo.

A frota de arrasto duplo opera duas redes de portas, idênticas e simultaneamente, uma de cada lado da embarcação. Este tipo de pesca emprega redes para camarão (com malha pequena) ou redes para peixes (com malhas maiores). A maior parte da frota opera em regime de 24 horas, dando de 4 a 6 lances/dia, cada lance com duração média de 4 horas. As viagens duram de 11 a 18 dias. O pescado é mantido resfriado com gelo, no porão, cuja capacidade, normalmente, é de cerca de 30 a 40 ton. Alguns poucos barcos, baseados em São Paulo, são frigoríficos e o pescado é mantido congelado no porão. Essas embarcações possuem maior autonomia, fazendo viagens de 40-45 dias. Nas Regiões Sul e Sudeste, há mais ou menos 500 arrasteiros duplos operando.

A frota de emalhe de fundo e de covos é constituída por 10 barcos

arrendados, com tamanhos variáveis. Cada um trabalha com quatro "aparelhos" de pesca, constituídos por uma série de panos de rede emendados. Em média, um aparelho de pesca possui 20 km de comprimento e cerca de 1,5 m de altura, e malha grande. Cada aparelho fica submerso por períodos muito variáveis, mais que em média atingem 48 a 72 horas. O barco deixa um ou dois aparelhos por dia, colocados muitas vezes próximos uns dos outros. Todas essas embarcações são processadoras, ou seja, o peixe vai para o porão onde é eviscerado, embalado, lacrado e congelado em câmaras frigoríficas. Chegando ao cais, tudo é colocado rapidamente em *containers* que são enviados para a Europa. A duração média das viagens é de 45 a 60 dias.

A frota que opera com covos (armadilhas) opera sobre o estoque de caranguejo de profundidade (*Chaceon ramosae*). Esta pescaria ocorre em profundidades superiores a 500 m.

A produção desembarcada pela frota pesqueira industrial em Santa Catarina no período de janeiro a novembro de 2004 foi de 92.476 ton, correspondendo a uma redução de cerca de 10 mil ton em relação ao observado no mesmo período do ano de 2003.

Em São Paulo, os municípios de Santos e Guarujá detêm a principal frota pesqueira industrial do estado, e o Quadro II.5.3.14-10, apresenta a evolução das capturas nesses municípios no período de 2000 a 2004, de acordo com as modalidades de pesca.

Quadro II.5.3.14-10 - Evolução das capturas de pescados (em kg) da frota industrial de Santos e Guarujá – SP, por modalidade de pesca (2000 a 2004).

Modalidade	2000	2001	2002	2003	2004
Arrasto duplo médio	1.802.224	1.766.281	1.813.027	3.500.979	2.471.228
Espinhel de fundo	140.391	80.570	8.000	25.830	21.341
Espinhel de superfície	1.566.685	1.542.147	681.937	1.276.372	761.062
Cerco	10.617.105	5.225.284	9.183.623	4.577.434	8.352.085
Parelha	6.033.512	5.924.045	4.839.547	4.948.412	4.958.448
Vara e isca viva	-	-	-	15.000	73.000
Linha de mão	2.550	3.530	5.444	10.904	36.414
Covo Caranguejo	1.230.499	1.224.482	953.167	1.665.586	1.446.695
Total (kg)	21.392.966	15.766.339	17.484.745	16.020.517	18.120.273

Fonte: Instituto de Pesca de São Paulo, 2005.

II.5.3.15– IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE ETNIAS INDÍGENAS E POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS

Considerando a distância do campo de produção Parque das Baleias à costa, o único grupo extrativista passível de sofrer impactos da operação são os pescadores marítimos. Este grupo foi identificado e caracterizado no Item II.5.3.14 – Caracterização da Atividade Pesqueira.

No entanto, se for considerado o conjunto de possíveis trajetórias de deriva de óleo acidentalmente vazado na área do campo de Parque das Baleias, poderiam vir a sofrer interferências populações tradicionais residentes em áreas costeiras ou próximas destas que estabeleçam relações de vizinhança e de trocas comerciais.

Além dos pescadores artesanais costeiros, caracterizados no item supracitado, foram identificadas 14 comunidades remanescentes de quilombos nos municípios da Área de Influência dos empreendimentos. Apenas uma delas localiza-se em área costeira - a comunidade de Rasa, situada no município de Armação dos Búzios.

II.5.3.15.1 - COMUNIDADES QUILOMBOLAS

De acordo com os levantamentos realizados junto à Fundação Palmares e demais entidade de pesquisa, ao todo, foram identificadas 14 comunidades remanescentes de quilombo na área em estudo dos empreendimentos (Quadro II.5.3.15-1). Desse total, apenas quatro comunidades estão em processo de reconhecimento de suas terras junto à Fundação Palmares e ao INCRA.

Quadro II.5.3.15-1 – Terras Remanescentes de Quilombo identificadas na área de estudo dos empreendimentos.

Município	Terra Remanescente de Quilombo	Situação Jurídica	Data da Publicação no DO
Campos dos Goytacazes	Alelua	Reconhecida	30/09/2005
Campos dos Goytacazes	Batatal	Reconhecida	30/09/2005
Campos dos Goytacazes	Cambucá	Reconhecida	30/09/2005
Campos dos Goytacazes	Conceição de Imbé	Reconhecida	30/09/2005
Quissamã	Machadinha	Reconhecida	13/12/2006

Município	Terra Remanescente de Quilombo	Situação Jurídica	Data da Publicação no DO
Armação dos Búzios	Rasa	Reconhecida	09/11/2005
Cabo Frio	Angelim	Em processo de reconhecimento	
Cabo Frio	Botafogo	Reconhecida	24/03/2006
Cabo Frio	Sítio Elias	Em processo de reconhecimento	
Cabo Frio	Preto Forro	Reconhecida	10/12/2004
Cabo Frio	Fazenda do Espírito Santo	Em processo de reconhecimento	
Araruama	Prodígio	Em processo de reconhecimento	-
Araruama	Sobara	Reconhecida	28/07/2006
Presidente Kennedy	Boa Esperança e Caçambinha	Reconhecida	30/09/2005

Fonte: Fundação Palmares, 2007.

Atualmente, o conceito de comunidade de quilombo vai muito além dos antigos grupos descendentes de escravos fugidos das fazendas do período colonial. Ele também engloba grupos urbanos, como terreiros de candomblé, que se autodefinem como comunidades negras e pedem o registro de seu espaço como “território negro”. Essa perspectiva tem gerado uma ampliação do leque de políticas públicas voltadas para esse segmento da sociedade. Ao mesmo tempo, também é objeto de discussões entre os próprios atores sociais envolvidos, como as populações de afrodescendentes, órgãos governamentais e o movimento negro organizado.

Um dos marcos da ampliação dos direitos de populações afrodescendentes é a Constituição Brasileira de 1988. No artigo 68 dos Atos das Disposições Transitórias, a Constituição Federal assegura a posse definitiva das terras a todas as comunidades remanescentes de quilombos. Já no seu artigo 216, garante o tombamento dos documentos e sítios detentores de “reminiscências de antigos quilombos”.

Nessa ótica pluralista, devem existir no Brasil pelo menos 1.000 comunidades remanescentes de quilombos, espalhadas nas áreas urbanas, periurbanas e rurais, com os mais variados níveis de desenvolvimento social e tecnológico. Essas povoações foram constituídas não somente por escravos fugidos das fazendas, mas também por alforriados ou libertos (“pretos forros”), que

compraram terras e ali desenvolveram suas comunidades, dando início a várias gerações.

Atualmente, a maioria das áreas reconhecidas como remanescentes de quilombos são agrupamentos familiares com 20 a 30 casas. Todavia, existem comunidades cuja população é superior a 4 mil pessoas, a exemplo dos Kalungas, ocupando um território com mais de 200 mil ha, abrangendo 3 municípios do Estado de Goiás.

A maioria dessas comunidades vive em condições precárias, com carência nas áreas de saúde, educação e produção agrícola. E, apesar do dispositivo constitucional específico, a regularização das terras ainda está em processo de reconhecimento e titulação, devido à necessidade de negociações entre estados e municípios para a delimitação e titulação das áreas destas comunidades.

A organização territorial dos remanescentes de antigos quilombos apresenta algumas características geográficas comuns. Uma delas é a forma de distribuição das construções, que ocorre de maneira esparsa no território, sem arruamento geométrico definido, como tradicionalmente se verifica em outras comunidades do país. Outro aspecto espacial relevante é o sítio geográfico dos antigos quilombos, geralmente estratégico, ocupando regiões de topografia acidentada (chapadas ou serras) e/ou vales florestados e férteis, com sistemas de vigilância nas áreas mais altas.

Sob o aspecto da organização social, um dos elementos mais marcantes é o agrupamento das famílias em torno de uma terra comunal. A agricultura é baseada na mão de obra familiar. Cabe destacar que a vivência do uso comum das terras reforça os laços de solidariedade entre as famílias da comunidade.

O território das comunidades é delimitado pelo uso, ou seja, a área é entendida como aquela usada pelos membros da comunidade, seja para moradia, agricultura ou para lazer e manifestações culturais. O uso comum da terra, engendrado na sua ancestralidade, constitui a base física e imaginária desses grupos, sendo de fundamental importância para a identidade dos membros dessas comunidades. Seu valor se remete, portanto, à satisfação de suas necessidades mútuas, que incluem o simbólico, tradições e sobrevivências culturais. É nesse sentido que território e cultura se mesclam, assegurando-lhes a continuidade da comunidade, mesmo que sua produção econômica seja muito

pequena e não lhes dê margem de lucratividade. Muitos aspectos ligados às suas relações sociais internas e externas encontram-se comprometidos pelas mudanças no padrão de trabalho e pela sua inserção no mercado. Projetos de natureza técnico-científica têm imposto desarticulações sobre o modo de ser desses grupos.

II.5.3.15.1.1 - COMUNIDADE NEGRA DE RASA

A Comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa está localizada na periferia do município de Armação dos Búzios. Segundo os moradores, sua população se originou de escravos fugidos e libertos da antiga Fazenda Campos Novos.

A abertura de estradas, a transformação de Búzios em um balneário turístico de fama internacional, a chegada de pessoas de outras cidades atraídas pela oportunidade de empregos e os loteamentos de terras, transformaram a Rasa em um bairro urbanizado. Com os constantes parcelamentos de terra entre os filhos de uma mesma família, muitos moradores começaram a adquirir pequenos terrenos, através de documentos de compra e venda, o que impossibilitou a continuidade das lavouras.

A delimitação territorial da área, realizada pela FCP em 1999, que data de seu reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo, não inclui todo o bairro da Rasa, mas apenas as famílias descendentes dos escravos que se encontram espalhadas por todo o bairro. O laudo não traz informações sobre a população abrangida pelo artigo 68 da CF nem sobre sua situação jurídica. Não se dispõe de informações sobre iniciativas oficiais de titulação dessas terras por parte da União ou do Estado. Sabe-se apenas que o trabalho de delimitação territorial realizado pelo ITERJ foi inutilizado porque o memorial descritivo utilizou como pontos de referência na delimitação territorial os antigos postes de madeira que foram, posteriormente, substituídos e reordenados pela empresa de fornecimento de energia elétrica. Atualmente existem iniciativas individuais de alguns moradores, que tentam recuperar a posse de parte de suas terras por meio de outros recursos legais.

II.5.3.16 – IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE TOMBAMENTOS

Uma vez que as atividades de produção e escoamento a serem realizadas na área denominada de Parque das Baleias e Campo de Catuá ocorrerão em área marítima, a identificação e caracterização de tombamentos inseridos na Área de Influência dos empreendimentos são abordadas em estudo complementar. Este estudo se encontra em análise pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA do Estado do Espírito Santo, processo número 38073641, protocolado em 17/07/07, com escopo específico para o licenciamento ambiental estadual do trecho terrestre do Gasoduto Sul Capixaba.